



Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL

**SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA LÍNGUA BANIWA NA COMUNIDADE
CASTELO BRANCO DO MÉDIO RIO IÇANA**

MANAUS

09/2023

OVÍDIO DA SILVA CAMICO

**SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA LÍNGUA BANIWA NA COMUNIDADE
CASTELO BRANCO DO MÉDIO RIO IÇANA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como parte dos requisitos para a obtenção do grau de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Sanderson Castro
Soares de Oliveira

MANAUS

09/2023

Camico, Ovídio Da Silva

C183s Situação sociolinguística da língua baniwa na Comunidade Castelo Branco do
Médio Rio Içana / Ovídio Da Silva Camico . 2023
119 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Sanderson Castro Soares de Oliveira
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Sociolinguística . 2. Língua Baniwa. 3. Alto Rio Negro. I. Oliveira,
Sanderson Castro Soares de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDD 306.44

Ficha elaborada de acordo com os dados fornecido pelo autor
Bibliotecário: Rodrigo Sousa e Sousa (CBR - 1215)

OVÍDIO DA SILVA CAMICO

**SITUAÇÃO SOCIOLINGUÍSTICA DA LÍNGUA BANIWA NA COMUNIDADE CAS-
TELO BRANCO DO MÉDIO RIO IÇANA**

Aprovado em 13 de setembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Sanderson Castro Soares de Oliveira – PPGL/UFAM

Membro efetivo: Prof. Dr. Thiago Costa Chacon --UNB

Membro efetivo: Profa. Dra. Micheli Carolini de Deus Lima Schwade --UFAM

Membro suplente: Profa. Dra. Ana Carolina Ferreira Alves --UFAM

Membro suplente: Profa. Dra. Flávia Santos Martins --UFAM

AGRADECIMENTOS

Esse é o momento de lembrar as pessoas que contribuíram diretamente e indiretamente comigo durante os meus dois anos e meio de pós-graduação. Posso me esquecer dos nomes de algumas pessoas, mas diante disso peço desculpas.

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus, por ter dado a oportunidade, por iluminar a minha caminhada, por me guiar nos momentos difíceis e por ter me deixado chegar até esse momento de conclusão da etapa desejada.

A minha mãe (falecida em 2011), que nunca teve acesso à escola, e ao meu pai, que estudou apenas três meses para aprender a assinar seu nome. Eles foram as pessoas que me criaram e sempre me incentivaram com muita responsabilidade a frequentar a escola, desde a etapa inicial até a minha trajetória acadêmica. Agradeço especialmente pela ajuda em questões financeiras.

Agradeço às minhas irmãs, Laura da Silva Camico e Elizabete da Silva Camico; e, em especial, à minha sobrinha, Larissa da Silva Camico; elas foram as pessoas que me deram o incentivo e se preocuparam durante a minha ausência, me apoiaram e contribuíram, principalmente, com recursos financeiros para me manter durante o meu estudo.

Agradeço ao Michel Luciano e toda sua família que me receberam de braços abertos na chegada a Manaus e me doaram um espaço de moradia por um período.

À minha colega da turma especial, Vanessa, pela orientação para a efetivação da matrícula no momento mais difícil que foi na época da pandemia. Ela também sempre me ajudou com várias informações no decorrer do curso.

Às colegas Ana e Joyce por me ajudarem em diversas situações durante a minha permanência em Manaus.

Ao vereador Eder Lopes, presidente da Câmara Legislativa do Município de São Gabriel da Cachoeira, pela doação de duas passagens de ida a Manaus e de retorno a São Gabriel.

Agradeço à minha sobrinha, Michele, por conseguir passagem de Manaus a São Gabriel.

Agradeço também à Vice-Prefeita do Município de São Gabriel da Cachoeira, a Senhora Eliane, pela doação de uma passagem de ida a Manaus através da prefeitura.

Ao senhor Isaías Benjamim, Secretário Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, pela articulação para a doação de uma passagem de vinda a Manaus através da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

Ao colega Gil, que me ajudou em Manaus em diversas situações.

Aos colegas de mestrado da turma de 2021, pela amizade e pela ajuda no envio de materiais de estudo, principalmente nos primeiros momentos, no período das aulas virtuais.

Ao povo Baniwa, especialmente à comunidade Castelo Branco, por me receberem com carinho, especialmente aos entrevistados durante a busca de informações para a pesquisa.

À secretaria Municipal de Educação do Município de São Gabriel pela contribuição na impressão de formulários para as entrevistas.

À Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, pelo atendimento e autorização de pesquisa na área indígena.

Ao Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI, por disponibilizar os dados de números de habitantes de cada sub-região do Rio Içana.

Aos colegas professores de várias regiões de São Gabriel, pela orientação direta e indireta para seguir firme no curso.

Ao Professor Edilson Martins Melgueiro, do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, campus São Gabriel da Cachoeira, pela orientação para o início de elaboração de projeto de pesquisa para submissão ao PPGL da UFAM.

Aos amigos e parentes Baniwa que moram em Manaus e que me ajudaram em alguns momentos difíceis.

Agradeço ao Professor Gabriel Paiva Queiroz, que me ensinou a ler e escrever na etapa inicial do Ensino Fundamental e agradeço aos professores da segunda etapa do Ensino

Fundamental, no Ensino Médio, na Graduação e na Especialização, pelo incentivo para chegar até nesse nível. Infelizmente, não lembro os nomes de todos.

Aos professores da escola Municipal Indígena Baniwa Paraattana – EIPB, da comunidade Castelo Branco, que participaram da pesquisa, ao Professor Sérgio Camico, ao Professor Freire da Silva e à Professora Gorete dos Santos, que contribuíram e deram informações necessárias para chegar ao objetivo.

Ao cacique da comunidade Castelo Branco, Senhor Pedro Luciano, e aos membros da comunidade pela recepção de braços abertos para a realização da pesquisa.

Agradeço aos professores que ministraram as aulas durante o mestrado nas disciplinas obrigatórias e optativas na pessoa do Professor Sanderson Oliveira, do Professor Wagner Barros, da Professora Marta Monteiro e da Professora Raynice da Silva.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Prof. Dr. Sanderson Castro Soares de Oliveira. Pela paciência, gostaria de dizer muito obrigado, e por me incentivar e me orientar nos trabalhos durante o estudo.

Ao programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL da Universidade Federal do Amazonas – UFAM e ao Grupo de Pesquisa Línguas e Culturas Amazônicas, por me receberem de braços abertos para seguir o curso.

Agradeço aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Prof. Dr. Leonard Costa, que me acompanhou no ano de 2021, e ao Prof. Dr. Cácio Ferreira, que me acompanhou nos anos de 2022 e 2023, pelo incentivo e pelas informações necessárias durante o curso.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, a Senhora Pâmela, que esteve conosco no ano de 2021; e ao Senhor Diego, que esteve do ano de 2022 até o presente; pelo auxílio nos momentos de dúvidas e pelos atendimentos de solicitações de declarações nos momentos necessários.

Ao amigo Lucas, pesquisador das línguas indígenas, participante do programa de PIBIC da UFAM, que me ajudou nos momentos necessários no Grupo de Pesquisa de Línguas e Culturas Amazônicas.

Agradeço ao Gabriel Verçosa, que gerou os gráficos para a análise de dados da pesquisa.

Finalmente, quero agradecer aos membros da banca que estiveram presentes na qualificação e na defesa da dissertação, ao Prof. Dr. Thiago Costa Chacon (UnB) e à Profa. Dra. Micheli Caroline de Deus Lima Schwade (UFAM).

RESUMO

O presente trabalho é o resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Amazonas e que tem como principal objetivo apresentar elementos sobre a *Situação Sociolinguística na Comunidade Castelo Branco do Médio Rio Içana*, conforme registrado em seu título. A pesquisa foi realizada por um indígena da comunidade investigada e, portanto, sua primeira parte é apresentada em primeira pessoa e numa perspectiva centrada no investigador. Nessa primeira parte, são apresentadas informações sobre o autor, sobre a comunidade, sobre a região e sobre os Baniwa. Num segundo momento, apresenta-se o referencial teórico, que tem como base trabalhos sociolinguísticos com comunidades indígenas publicados em língua portuguesa. Também é apresentada uma revisão de trabalhos anteriores sobre a língua Baniwa. Na sequência, detalham-se os procedimentos para a construção e para o desenvolvimento da pesquisa. No penúltimo capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa com base na análise dos questionários aplicados com observações e análises do autor. O último capítulo apresenta as considerações finais sobre a pesquisa, ressaltando suas contribuições.

Palavras-chave: Sociolinguística; Língua Baniwa; Alto Rio Negro.

ABSTRACT

This work summarizes the results of a master's degree research carried out in the Graduate Program in Letters (PPGL) of the Federal University of Amazonas and whose main objective is to show elements about the *Sociolinguistic Situation in the Castelo Branco Community of the Middle Rio Içana*, as recorded in its title. The research was carried out by an indigenous person from the investigated community and, therefore, its first part is presented in the first person and in an investigator-centered perspective. In this first part, information about the author, the community, the region and the Baniwa are presented. Secondly, the theoretical framework is presented, which is based on sociolinguistic works with indigenous communities published in Portuguese. A review of previous work on the Baniwa language is also presented. Next, the procedures for the construction and development of the research are detailed. In the penultimate chapter, the research results are presented based on the analysis of the applied questionnaires with the author's observations and analysis. The last chapter presents final considerations about the research, highlighting its contributions.

Keywords: Sociolinguistics; Baniwa Language; Alto Rio Negro.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura I – Mapa da Região conhecida como Cabeça do Cachorro

Figura II – Vista aérea do município de São Gabriel da Cachoeira

LISTA DE QUADROS

- Quadro I – Média de habitantes por comunidade em cada região
- Quadro II – Comunidades do Baixo Içana
- Quadro III – Comunidades do Médio Içana I
- Quadro IV – Comunidades do Médio Içana II
- Quadro V – Comunidades do Ayari
- Quadro VI – Associações da Microrregião do Baixo Içana
- Quadro VII – Associação da Microrregião do Médio Içana I
- Quadro VIII – Associação da Microrregião do Médio Içana II
- Quadro IX – Associações da Microrregião do Ayari
- Quadro X – Associação de São Gabriel da Cachoeira (Sede)
- Quadro XI – Distribuição Geográfica dos Clãs Baniwa
- Quadro XII – Planejamento da Aplicação de Questionários segundo os critérios de inclusão
- Quadro XIII – Perfil dos participantes da pesquisa

LISTA DE ABREVIATURAS

AAMI – Associação das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Içana
ABRIC – Associação dos Baniwa do Rio Içana e Cuiari
ACIRA – Associação das comunidades indígenas do Rio Ayari
ACIRC – Associação das comunidades indígenas do Rio Cubate
ACIS – Agente Comunitário Indígena de Saúde
AEIP – Associação da Escola Indígena Paraattana
AIBRI – Associação Indígena do baixo Rio Içana.
AM – Amazonas
AMIARMI – Associação das mulheres indígenas artesãs do médio Içana
AMIBI – Associação das Mulheres do Baixo Içana
APMC – Associação de Pais e Mestres Comunitários
ARN – Alto Rio Negro
CIBUIRN – Associação das comunidades evangélicas do médio Içana
COOPERNAS – Cooperativa de Extração de Recursos Naturais Sustentáveis de Castelo Branco
COSART – Costura e Arte Içaneira- Sede São Gabriel da Cachoeira
DEEI – Departamento de Educação Escolar Indígena da UFAM
DSEI – Distrito Sanitário Especial Indígena
FACED – Faculdade de Educação da UFAM
FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro
IFAM – Instituto Federal do Amazonas
INDL – Inventário Nacional da Diversidade Linguística
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
LB – Língua Baniwa
LP – Língua Portuguesa
NADZOERI – Organização Baniwa e Koripako
OCIDAI – Organização das comunidades indígenas do baixo Rio Içana
OIBI – Organização Indígena da Bacia do Içana
PARFOR – Programa de Formação de Professores da Educação Básica
PGTA – Plano de Gestão Territorial e Ambiental
PPGL – Programa de Pós-Graduação em Letras
PSS – Processo Seletivo Simplificado
SEDUC-AM – Secretaria de Educação do Estado do Amazonas
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SESAI – Secretaria de Saúde Indígena
SGC – São Gabriel da Cachoeira
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UMIRA – União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari
UNIÁ – União das nações indígenas Arara
UNIB – União das Nações Indígenas Baniwa
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Sumário

1. Introdução.....	1
2. Minha trajetória.....	3
3. Algumas informações sobre o povo Baniwa.....	11
3.1. O Rio Içana	11
3.2. As Comunidades: localização, nomes e número de habitantes.....	13
3.2.1. As comunidades do Baixo Içana.....	15
3.2.2. Médio Içana I.....	17
3.2.3. Médio Içana II	18
3.2.4. Rio Ayari.....	19
3.3 A Comunidade Castelo Branco	21
3.4. Organizações comunitárias e associativismo	24
3.5 Organização Social.....	27
3.5.1 Organização Clânica	27
3.5.2. Organização por sexo.....	29
3.5.3. Organização por idade	31
4. Breve Revisão de Literatura sobre a Língua Baniwa	33
4.1. Introdução à Língua Baniwa do Içana (Taylor, 1991).....	33
4.2. Fonologia Sincrônica e Diacrônica do Baniwa (Siusi) (França, 1993).....	33
4.3. Sistema de Classificação do Baniwa do Içana-Hohodene Língua Aruak do Norte – Rio Negro (Baltar, 1995).....	34
4.4. Dicionário Baniwa-Português (Ramirez, 2001)	34
4.5. Sobre a Natureza, Expressão Formal e Escopo da Classificação Linguística de Entidades na Concepção de Mundo dos Baniwa (Melgueiro, 2009).....	35
4.6. Estudo Fonológico da Língua Baniwa-Kuripako (Souza, 2012).....	36
4.7. Para uma dialetologia Baniwa-Koripako do rio Içana (Gonçalves, 2018a)	36
4.8. Processos de Alfabetização e Letramento na Educação Escolar Indígena Baniwa e Koripako (Gonçalves, 2018b).....	36
5. Fundamentação Teórica.....	39
6. Metodologia da Pesquisa	47
6.2. Sobre as categorias do questionário.....	50
7. Análise dos dados.....	53
7.1. Dados básicos e de identificação.....	53
Apêndice I	1
Apêndice II.....	5
Apêndice III.....	15

1. Introdução

A presente dissertação foi desenvolvida a partir de uma pesquisa realizada na comunidade¹ de Castelo Branco, que está situada na margem esquerda do médio Rio Içana I, afluente do alto Rio Negro, pertencente ao município de São Gabriel da Cachoeira, do qual distancia-se aproximadamente 250 km. A comunidade está em uma região de mata virgem e o acesso a ela ocorre somente através de transporte fluvial ou aéreo². Nessa comunidade vivem, majoritariamente, indígenas da etnia Baniwa falantes desta mesma língua. Na região do Içana I existem outras comunidades de indígenas Baniwa, havendo ainda comunidades de outras etnias dentro da Terra Indígena Alto Rio Negro, área homologada e demarcada pelo governo federal, na região noroeste do estado do Amazonas também conhecida como “cabeça do cachorro”. A presente dissertação foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

O interesse de realizar essa pesquisa surgiu a partir do entendimento de que qualquer língua indígena é importante para o povo que a fala, necessitando estudos, análises, fortalecimento e, principalmente, o repasse geracional para que continue viva e não seja esquecida. Dessa forma, busquei entender a situação sociolinguística da comunidade Castelo Branco, em que nasci e me criei. Como morador e falante da Língua Baniwa (LB) e da Língua Portuguesa (LP) tinha a impressão de que havia uma sobreposição muito forte desta última língua sobre a primeira, o que me levou a investigar, a partir de um questionário padronizado, os perfis de falantes, as línguas presentes na comunidade e seus usos pelas pessoas da comunidade.

A comunidade onde se desenvolveu a pesquisa conta com mais de 40 casas, incluindo as casas de apoio aos visitantes, os alojamentos dos estudantes oriundos das comunidades vizinhas e das comunidades mais distantes, as escolas, a igreja e o centro comunitário³. As casas da comunidade são feitas com cobertura de alumínio (ou zinco) e com paredes de madeira pintadas de diversas cores diferentes. Segundo os dados da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), nessa comunidade vivem 30 famílias, que totalizam, aproximadamente, 160 pessoas.

Os resultados aqui apresentados consideram as pesquisas realizadas como discente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFAM, mas consideram também a minha

¹ O leitor observará que o texto da dissertação utiliza o termo comunidade, enquanto o questionário e os gráficos levam o termo aldeia. Essa flutuação se deve ao processo de construção da pesquisa, uma vez que inicialmente utilizamos o termo “aldeia”. No entanto, a partir de uma observação na banca, consideramos a importância de usar o termo comunidade, que é mais utilizado pelos próprios indígenas na região da Cabeça do Cachorro.

² Esporadicamente, pessoas são transportadas de helicóptero até a comunidade, mas a comunidade não tem pista de pouso.

³ Este foi construído pela própria comunidade.

experiência como falante da língua Baniwa e como membro da etnia de mesmo nome e da comunidade Castelo Branco. Os dados obtidos para a presente dissertação foram sistematizados de agosto de 2021 até junho de 2023, com realização de trabalho de campo no período de maio a junho de 2022.

A presente dissertação está organizada em 8 capítulos, considerando esta introdução, que traz uma contextualização básica do trabalho. No segundo capítulo, apresento um relato em primeira pessoa sobre a minha vida escolar, desde as séries iniciais, passando pela conclusão da Educação Básica nas escolas Municipais e Estaduais das comunidades indígenas e na sede do Município, chegando até a minha graduação e, finalmente, à Pós-Graduação. No terceiro capítulo, são apresentadas informações sobre o Povo Baniwa, subdivididas em quatro subcapítulos: um que apresenta o Rio Içana e a sua subdivisão em microrregiões; outro que foca nas comunidades, localização, nomes e número de habitantes do rio Içana e do rio Ayari, seu afluente; um terceiro apresenta as organizações comunitárias presentes na região; e o último subcapítulo trata da organização social por sexo, por idade e por clãs. No quarto capítulo, apresenta-se uma breve revisão de literatura sobre a LB, considerando apenas trabalhos publicados em Língua Portuguesa. No quinto capítulo, discuto a fundamentação teórica deste trabalho de pesquisa, considerando trabalhos de investigação da situação sociolinguística de povos indígenas como Figueira (2017), Abreu (2012), Oliveira (2019), Melgueiro (2012), Aquino (2010), Braggio (2002) Braggio (2003) e Alencar (2022). No sexto capítulo, detalho a metodologia utilizada na pesquisa, considerando os caminhos percorridos, a realização do trabalho de campo, a elaboração e aplicação dos questionários e, finalmente, a análise dos dados. No sétimo capítulo, apresenta-se a parte mais essencial do trabalho, as análises dos dados, ou seja, a apresentação e discussão dos resultados obtidos. No oitavo e último capítulo, apresento minhas considerações finais, com sugestões a partir da minha visão mais aprofundada pela vivência do processo de pesquisa. Além desses capítulos, a dissertação conta ainda com as referências bibliográficas e com apêndices.

2. Minha trajetória.

Em língua portuguesa, eu me chamo Ovídio da Silva Camico, e, em língua Baniwa, me chamo *Hipirali*. Este último nome foi dado pelos meus pais. Pertencço ao clã *Moliweni*, o mesmo da minha mãe, sendo que o meu pai é da etnia Baré, falante de língua Nheengatu. *Hipirali* é um pássaro que apresenta, ao mesmo tempo, três cores diferentes, marrom, vermelho e azul. Para o clã ao qual pertencço, esse pássaro tem grande importância por trazer informações ou notícias sobretudo daquilo que ainda está para acontecer. Nasci na comunidade de Castelo Branco, comunidade indígena localizada na margem esquerda do médio rio Içana I⁴, afluente do alto Rio Negro. A comunidade em que nasci pertence ao Município de São Gabriel da Cachoeira, Estado do Amazonas. O nome Castelo Branco foi dado à comunidade devido ao comandante do exército brasileiro de mesmo sobrenome, que atuava na fronteira de Cucuí, no alto Rio Negro. Segundo os anciãos da comunidade, naquela época, junto com as suas tropas, ocorreram os primeiros contatos naquela comunidade e chegaram os atendimentos de saúde à população residente. O nome indígena *Poperiana*, ‘vinho de bacaba’, foi registrado pelos povos daquela comunidade, segundo relatam, devido à existência de vários pés de bacaba naquela terra.

O meu pai é da etnia Baré, falante da língua Nheengatu. Veio do Alto Rio Negro para o Rio Içana e se casou com uma mulher da etnia Baniwa, falante nativa da mesma língua. Por meus pais serem falantes de duas línguas indígenas diferentes, aprendi as duas: sou falante da língua Baniwa pela parte da minha mãe, língua que uso diariamente com a minha família e com outras pessoas que falam esta língua; ao mesmo tempo; sou falante da língua Nheengatu por parte do meu pai, apesar de ele não ter me ensinado esta língua dentro de casa, aprendi um pouco mais esta língua durante quatro anos de sobrevivência no distrito de Assunção do Içana, por causa do curso da segunda etapa do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série. No tempo do ensino ginasial, busquei aprender ouvindo a língua Nheengatu e com os moradores da comunidade, especialmente com os estudantes daquele lugar e com estudantes de outros locais que falavam esta língua e que frequentavam a escola junto comigo naquele período. Sobre o Nheengatu, não considero que falo cem por cento, mas entendo cem por cento do que ouço, o motivo disso é que, dentro da minha família, praticamos mais a língua Baniwa. Mas eu falo a língua Nheengatu nos momentos em que isso se faz preciso, ou seja, com as pessoas que falam a língua Nheengatu e que não falam e nem entendem a língua portuguesa. Sou também falante de língua portuguesa, que considero minha terceira língua, aprendida através da educação escolar na sala de aula com os professores e em outros ambientes fora da escola, principalmente nas

4 O rio Içana é subdividido em Baixo Içana, Médio Içana I, Médio Içana II e Alto Içana.

idades, fora da minha comunidade. O espanhol é muito falado na região em que nasci e em que vivo até hoje, embora não o fale, entendendo algumas palavras.

O meu primeiro contato com a educação escolar ocorreu no ano de 1991, na escolinha da própria comunidade, tendo iniciado a alfabetização com o professor Gabriel Paiva, falante da língua indígena Tukano. O professor vinha da região do rio Waupés. Além dele, tive aulas com outros professores indígenas de várias regiões com quem estudei da 1ª à 4ª série, como eram chamadas à época os anos do I Ciclo do Ensino Fundamental. Lembro que esses professores foram os que me deram os primeiros subsídios para conhecer o alfabeto da língua portuguesa. O aprendizado era iniciado pelas vogais, consoantes e sílabas. Depois, os docentes me conduziram para aprender a ler e a escrever as palavras, as frases e os pequenos textos. O livro utilizado nesse período era intitulado *Comunicação e Expressão*.

Após concluir a primeira etapa do ensino fundamental, iniciei outro grande desafio, que foram os estudos de 5ª a 8ª série. Era muito difícil ter acesso a esse nível de ensino, que só existia em lugares distantes. No caso, nos colégios salesianos (missões salesianas), localizados em pontos estratégicos desta imensa região do Alto Rio Negro. Além dos internatos, referidos anteriormente, havia oferta de 5ª a 8ª série na própria sede do município de São Gabriel da Cachoeira. Devido às condições financeiras precárias dos meus pais, que não permitiam que eles arcassem com as despesas dos meus estudos, fiquei paralisado um ano sem acesso à escola. No entanto, meus pais sempre me davam liberdade e me incentivavam a continuar os meus estudos, e foi por esse incentivo que refleti e decidi, pessoalmente, sair da minha comunidade junto com uma das minhas irmãs que tinha o interesse e o objetivo de estudar. Com o objetivo de concluir o ensino fundamental, deixei a minha família por 4 anos, para me deslocar até à escola menos distante da minha comunidade, no distrito de Assunção do rio Içana, denominada *Wanaliana*.

Na escola onde fui estudar da 5ª a 8ª série do ensino fundamental, convivi com as pessoas da mesma etnia indígena, Baniwa, do mesmo rio Içana. A maioria dessa população falava a língua Nheengatu, alguns indígenas, provenientes do rio Waupés, falavam Tukano, e somente algumas pessoas falavam a língua Baniwa, ainda assim com algumas diferenças. Passei a estudar na Escola Nossa Senhora de Assunção, no período de 1997 a 2000. Enfrentei muitos obstáculos culturais, linguísticos e religiosos. Quanto à cultura, as pessoas praticavam um pouco mais das danças tradicionais indígenas, às vezes tomavam algumas bebidas tradicionais (muitas delas foram perdidas na época da colonização), mas ninguém era obrigado e nem se oferecia para aqueles que não queriam consumi-las e nem se convidava a dançar aqueles que não queriam. Nessa escola, a minha língua de diálogo com as crianças, com os jovens e com os mais velhos era a língua portuguesa – apesar de ter pouco domínio dessa língua – pois naquela época

ainda não entendia nada da língua Nheengatu. Quanto à religião, eu frequentava algumas missas e rezas feitas pelos padres católicos, ainda que eu tenha nascido em uma família de religião evangélica. Meus pais foram evangelizados pelos missionários evangélicos que, com a colonização missionária através da religião, proibiram as práticas de quase todas as culturas daquele trecho do rio e de diversas comunidades indígenas.

Nesse período, os meus professores do ensino fundamental eram falantes de língua Tukano e Nheengatu, mas as irmãs salesianas eram falantes nativas de língua portuguesa, vindas de diferentes lugares do Brasil. Lembro muito bem que, nessa etapa, foi difícil, pois eu morava em um pequeno sítio próximo à escola e remava cerca de trinta minutos para chegar diariamente à escola. No período de recesso, eu remava três dias de canoa para chegar até a comunidade. A distância da escola às comunidades dos meus pais fazia com que eles me visitassem apenas uma ou duas vezes por semestre para me dar suporte, principalmente em relação à alimentação.

A partir dessas aprendizagens e conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental e combinados com o incentivo e a orientação sobre a importância do estudo para a vida pessoal, para a família, para o município e para o Brasil, veio na minha cabeça, nos meus pensamentos, um profundo interesse em prosseguir estudando e concluir a educação básica, cursando o Ensino Médio. Cursar essa nova etapa aumentaria as dificuldades, pois o Ensino Médio, no ano 2000, somente era ofertado na sede do município e no distrito de Yawareté. As condições de sobrevivência em outra comunidade continuavam difíceis e era bastante alto o custo para se estudar na cidade ou em outra comunidade. Mesmo assim, pessoalmente, fiz um grande esforço para conseguir seguir, ir em frente e efetivar a minha matrícula em um dos colégios estaduais do município, denominado colégio Dom João Marchesi.

Nessa escola, passei um ano estudando no período matutino e acabei me transferindo para o período noturno, por vários motivos. Eu precisava trabalhar para me sustentar no período de três anos do Ensino Médio. Eu precisava arcar com a minha alimentação diária, com as despesas de moradia, com a compra do uniforme escolar, com os materiais didáticos, com o pagamento da taxa escolar mensal⁵, dentre outros materiais necessários para garantir a continuação de meus estudos. Nesses anos de convivências na escola, conheci diversos estudantes oriundos de vários lugares diferentes do estado, havia pessoas que falavam línguas indígenas e havia pessoas que falavam somente a língua portuguesa. Naquela escola, havia professores que falavam línguas indígenas e havia outros que não falavam. Busquei novos conhecimentos nesta etapa, nas disciplinas básicas de matemática, português, geografia, história, física e química.

⁵ Apesar de ser estadual, a escola cobrava, à época, R\$ 2,00 de taxa da Associação de Pais e Mestres Comunitários – APMC.

Lembro que, nessa época, os não falantes da língua nacional eram obrigados a falar apenas em língua portuguesa na escola e, principalmente, na sala de aula. Não havia a liberdade de falar as línguas indígenas na escola e eu falava minha língua na rua, em casa e em outros ambientes. Outro ponto importante que lembro dessa época é que o ensino era feito apenas pela explicação do professor e nós não podíamos questionar, debater, dar sugestões durante as aulas. Nós apenas recebíamos os conhecimentos sem ninguém poder se manifestar, nós decorávamos, junto com os meus colegas, vários questionários das disciplinas de matemática, português, geografia, história, física e química antes das avaliações para obter as notas.

Ao concluir o ensino médio, em 2003, após receber ricos conhecimentos, o meu desejo e sonho era ir ainda mais longe e ainda mais alto. Eu queria muito estudar na área de saúde, especialmente enfermagem, mas o curso não existia em São Gabriel da Cachoeira (até hoje esse curso ainda não é oferecido neste município). O curso que eu pretendia era ofertado apenas em Manaus, na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), além de outras instituições de ensino superior privadas situadas na capital do Estado. Por ser morador de comunidade, lugar distante da sede do município, como dito anteriormente, com muitas dificuldades; foi difícil participar dos vestibulares realizados pelas universidades públicas, pois, infelizmente, não conseguia ter acesso aos editais e nem aos sites para a efetivação de inscrições para as provas.

Nessa época, a Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira (SEMED-SGC) tinha uma grande necessidade de professores para atender as comunidades indígenas distantes da sede do município. A secretaria dava preferência às pessoas que moravam nestas comunidades e, nesse período, poucas pessoas tinham tido formação. Apenas algumas pessoas entre os indígenas do interior do município tinham concluído a etapa do Ensino Fundamental, nessa época, e ainda muito menos indígenas tinham concluído o Ensino Médio. Dessa forma, os que tinham esse nível de formação eram aceitos automaticamente como professores indígenas na secretaria de educação, sem precisar participar de processo seletivo. Foi nesse período que a secretaria pensou em uma parceria para manter funcionando o magistério indígena II e III⁶. Tive oportunidade de ingressar na área de educação do meu município para atender as demandas e necessidades dos “parentes”⁷ estudantes de uma comunidade indígena ribeirinha. Mesmo sem experiência e sem formação adequada para elaborar planos de aula, de cursos e com dificuldades para conviver com esse trabalho, em 2005 fui ministrar as aulas em Siucy Cachoeira, comunidade que se localiza no alto rio Içana.

6 Nessa época já havia ocorrido a oferta do Magistério Indígena I.

7 Parente é um termo muito utilizado entre indígenas para se referirem a outros indígenas, quer sejam da mesma etnia ou de etnias diversas.

Em 2006, foi fundada, por ato da secretaria municipal de educação, uma escola de ensino fundamental completo na minha comunidade de origem. Retornei para trabalhar lá, onde fiquei até 2010 ajudando as salas anexas⁸, a pedido do povo em uma reunião junto com a secretaria. Em 2012, após processo seletivo, exerci a função de professor na Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (SEDUC-AM), lotado em Nazaré, comunidade próxima à minha comunidade de origem, Castelo Branco. Em 2011, após reivindicações das pessoas de Castelo Branco, foi fundada nesta comunidade a sala de extensão do Ensino Médio anexa à escola de Assunção do Rio Içana. Ainda em 2011, passei a dar aula para o Ensino Médio nessa nova sala. De 2013 a 2020 passei a ser o professor representante das salas anexas de Castelo Branco, tanto do Ensino Fundamental quanto do Ensino Médio. Nesta função, eu tinha que levar as demandas e documentos locais até às secretarias do município.

Nos anos de 2017 e 2018, fui coordenador das 4 escolas das comunidades indígenas da microrregião do Rio Içana. Passei então a desempenhar a função de repassar informações e orientar os docentes na parte pedagógica de seus trabalhos, principalmente no planejamento e na elaboração do calendário escolar diferenciado, sempre sob a orientação da própria secretaria de educação do município. Além dos trabalhos que exercia como coordenador, colaborava junto às lideranças indígenas de diversas comunidades, dentro das minhas possibilidades, além de participar de reuniões e de encontros grandes nas áreas de educação e saúde que ocorriam na sede e no interior do município. Tive algumas oportunidades de exercer a minha função trabalhando nas escolas da sede do município, mas a minha preferência sempre foi por atuar no interior.

Apesar de ter tido oportunidades de ter formação em outras áreas, nunca abandonei a docência. Em 2007, fiz a prova do Instituto Federal do Amazonas – IFAM (Campus de São Gabriel da Cachoeira) na área de técnico de informática; e, em 2014, fiz prova na área de técnico de enfermagem. Nessas duas áreas, fui aprovado dentro das vagas oferecidas, mas, por exercer a minha função de docente no interior do município, não tive como participar desses cursos.

Como eu era professor em atuação em 2011, tive a oportunidade de ingressar na licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa, pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, no âmbito do Programa de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR. Queria bastante ingressar na área de matemática, pois tinha o sonho de obter a formação nessa área e poder ministrar as aulas nesta disciplina, de que também gostava muito durante a

⁸ Sala anexa refere-se a uma estrutura mais simples, que pode contar com apenas uma sala ou com um conjunto de salas, mas que se liga administrativamente a uma escola maior que não fica fisicamente na mesma comunidade das salas anexas ou que pode estar situada na cidade. Esta estrutura de salas é muito comum no interior do Amazonas, especialmente em comunidades indígenas.

educação básica, mas acabei embarcando na área de Letras. A verdade é que, àquela época, as inscrições eram feitas pelo representante da secretaria de educação, sem consulta aos candidatos sobre a área dos cursos almejados. Mas como essa era a única opção e oportunidade que eu tinha para seguir os estudos, ingressei pensando em depois poder contribuir com a educação no meu município, principalmente no desenvolvimento dos conhecimentos dos estudantes.

O curso de Letras do PARFOR ocorria por módulos, nos períodos de férias, sempre do início de janeiro ao início de março; e no final de junho ao início de agosto, durante cinco anos. Nessa época enfrentávamos as dificuldades junto com os colegas que trabalhavam nas comunidades indígenas do município, inclusive o deslocamento até a cidade, sendo a logística em transporte fluvial e cada um tinha que procurar uma forma de descer na sua própria canoa, com seu próprio motor “rabeta”⁹. Pior ainda era chegar à cidade e precisar alugar moradia e manter a alimentação diária e os transportes individuais para chegar até a escola. Às vezes recebíamos algumas contrapartidas dos gestores municipais, mas muitas vezes isso não acontecia. Em todo caso, esse sacrifício valeu a pena, pois foi um estudo que trouxe muitos pontos positivos, em várias situações. Obtive diversos conhecimentos essenciais através das atividades feitas e das orientações recebidas no decorrer dos cinco anos do curso, que foi concluído no primeiro semestre do ano de 2016. Foi a partir da minha licenciatura que tive um olhar mais complexo e, desse momento em diante, sempre tive o desejo de estudar a área de linguística, na universidade, quando tivesse a oportunidade.

Em 2017, participei de outro processo seletivo e fui aprovado para o curso de Especialização em Educação Escolar Indígena ofertado pelo Departamento de Educação Escolar Indígena (DEEI) da Faculdade de Educação (FACED) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Cursei, em aulas presenciais, todas as disciplinas obrigatórias, chegando ao Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, quando cada aluno é direcionado a um orientador, de acordo com o tema escolhido para ser desenvolvido. Foi nessa etapa que os responsáveis do curso e os orientadores não nos repassaram mais as informações sobre a orientação e sobre andamento do trabalho e, por esse motivo, não consegui concluir o curso. No entanto, foi muito bom buscar mais conhecimentos para aprofundar e ampliar o que já tinha obtido.

No ano de 2020, reformulei um pré-projeto – que havia elaborado previamente, pensando em concorrer a vagas em mestrados – e apresentei ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Federal do Amazonas. Foi assim que consegui ingressar no curso de Mestrado que agora finalizo.

9 Tipo de motor muito utilizado no Amazonas, também conhecido como peque-peque.

Como pode ser observado nesse capítulo, a maior parte do acesso que tive à formação escolar foi sempre no ambiente fora da minha comunidade. Foi uma caminhada de um longo período, da educação básica, passando pela licenciatura, até hoje na pós-graduação. Essa trajetória foi muito marcante e difícil, no sentido de existirem muitos e grandes obstáculos, em diversas situações, como mencionei anteriormente. Vim me formando por meio da educação escolar, aprendendo a maior parte dos conhecimentos do mundo científico fora da minha realidade, principalmente dentro do ambiente escolar, especificamente na sala de aula. Ainda assim, sempre vim defendendo a minha identidade como estudante indígena Baniwa. O estudo para mim foi uma conquista muito grande, pois isso me ajudou a enxergar muito mais além e contribuiu para encontrar as melhores formas de ajudar o meu povo, voltado a uma visão política diferente, principalmente da educação escolar indígena.

3. Algumas informações sobre o povo Baniwa.

No presente capítulo são apresentadas algumas informações sobre o povo Baniwa, sua localização, sua organização social e alguns dados demográficos atualizados. Em grande parte, as informações estão baseadas na minha vivência e nos conhecimentos repassados oralmente pelos anciãos do meu povo. Os dados demográficos foram coletados junto ao Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro – DSEI/ARN¹⁰.

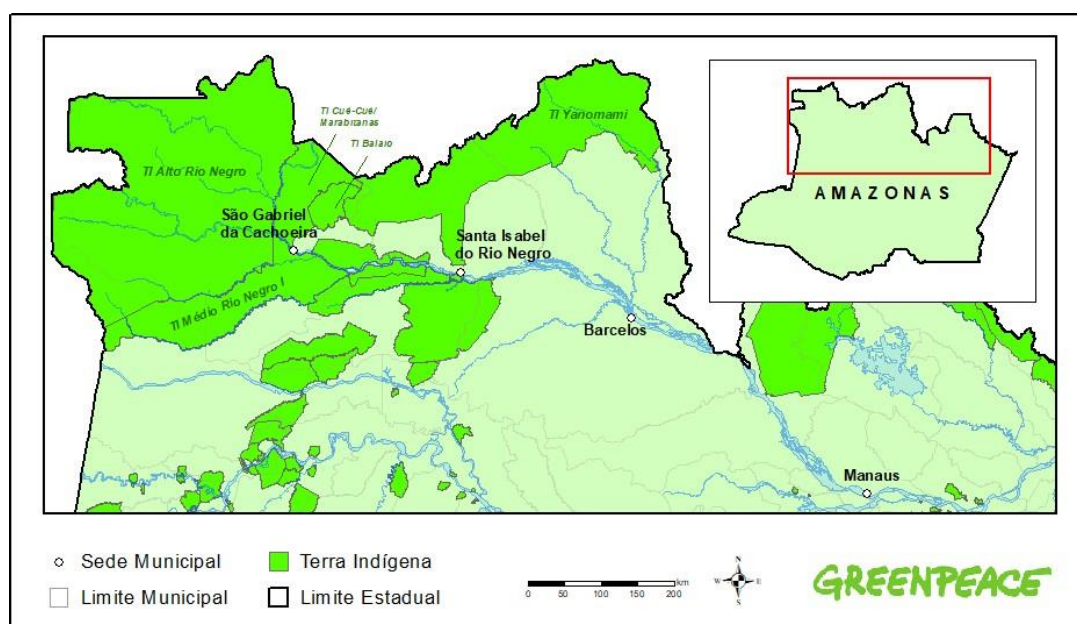


Figura 1 – Mapa da Região conhecida como Cabeça do Cachorro

Fonte: <https://www.greenpeace.org/brasil/florestas/evitando-o-fim-do-mundo-como-a-cidade-mais-indigena-do-brasil-esta-enfrentando-a-covid-19/>

3.1. O Rio Içana

O Rio Içana, denominado pelo meu povo como *Iniali*, é subdividido em microrregiões conhecidas pelas instituições e pela população como: Baixo Içana, Médio Içana I, Médio Içana II e Ayari. Os Baniwa ocupam mais da metade desse rio e de seus afluentes: Rio Cubate, Rio Pirayawara, Rio Cuiari, Rio Ayari e Rio Quiari¹¹. O povo Baniwa está distribuído em 68 comunidades indígenas, totalizando mais de 4 mil pessoas. Além da população que reside nestas comunidades, na calha do Rio Içana e em seus afluentes, há algumas pessoas que vivem nas comunidades consideradas koripakos, na cabeceira do mesmo rio e sobre as quais não

¹⁰ Há um estudo recente da Organização Baniwa e Koripako Nadzoeri sintetizado no Plano de Gestão Territorial e Ambiental 2021, mas esse não traz dados detalhados sobre as comunidades, apenas um balanço sobre a região. Como há divergências sobre os totais, registramos os dados do PGTA em notas.

¹¹ Em minha visão, considero os Koripako como pertencentes ao povo Baniwa. No entanto, essa distribuição não inclui dados sobre os Koripako, uma vez que o DSEI não nos forneceu as informações sobre essa parcela da população Baniwa, localizada no alto rio Içana.

obtivemos informações. Há ainda pessoas que estão espalhadas e vivem entre os Baré e os Tukano. Por fim, há várias famílias que estão concentradas na sede do município de São Gabriel da Cachoeira. Os Baniwa também residem no município de Santa Isabel e em comunidades do interior deste município, assim como no município de Barcelos. Registra-se ainda a presença de indígenas Baniwa na capital do estado, Manaus.

Além de estarem localizados nesses lugares no estado do Amazonas brasileiro, os Baniwa estão localizados também nos países vizinhos, Colômbia e Venezuela. Nesses países, os Baniwa estão presentes no Rio Negro e no rio Guainía, nos municípios de São Felipe e Inirida, na Colômbia; e no município de São Carlos, na Venezuela¹². O fluxo entre as comunidades dos diferentes países era mais intenso no passado, tendo diminuído devido às dificuldades de acesso impostas pelos órgãos de controle da fronteira.

Os primeiros colonizadores que chegaram a essa região foram os missionários católicos, que buscavam a evangelização dos povos indígenas, mas que trabalhavam também na inserção dos povos indígenas no sistema de trabalho não indígena. Segundo o relato do meu pai, os missionários evangélicos chegam a essa região por volta de 1941, quando passa a haver uma mudança na política de colonização ligada às instituições religiosas. Durante esse longo período de colonização, os mitos, as danças tradicionais indígenas, a cultura, a língua e os conhecimentos dos pajés foram radicalmente proibidos, especialmente no período após a chegada dos missionários evangélicos. Para esses missionários, os conhecimentos indígenas não deviam ser repassados, pois eram considerados baixos, ou seja, inferiores em comparação à cultura trazida por eles e que foi implantada na nossa região.

Os missionários adentraram as três grandes regiões indígenas do Alto Rio Negro, e acabaram proibindo algumas culturas indígenas, sobretudo nas grandes partes do Rio Içana e seus afluentes. Atualmente algumas práticas estão sendo resgatadas aos poucos para mostrar que ainda existem nos conhecimentos desse povo. Segundo Melgueiro (2012, 24), a chegada das missões altera substancialmente o cenário da região.

A partir de 1695, com a “divisão das aldeias”, por parte das missões e como estratégia de catequização dos índios, o Rio Negro ficou sob o domínio da ordem Carmelita. As missões conseguiram chegar às corredeiras situadas na atual cidade de São Gabriel da Cachoeira para catequizar os indígenas que habitavam imemorialmente o Rio Vaupés, afluente do Rio Negro. Por acharem que os índios eram selvagens e sem

12 Na defesa de qualificação, o Prof. Dr. Thiago Chacon questionou se esta população não seria Koripako, mas considero que são Baniwa, dado o meu conhecimento de pessoas que estão presentes nessas comunidades. Em todo caso, isso não exclui a possibilidade de haver Koripakos nessa população.

espírito, os missionários acreditavam que deviam doutriná-los, ensiná-los as boas maneiras do não índio, tanto aos índios do Rio Tiquié e quanto aos do Rio Içana.

Com essa colonização, muitas tradições foram totalmente perdidas e muito poucas continuam vivas, sendo elas praticadas somente por algumas comunidades. Essas tradições praticadas por minorias, nos dias atuais, ocorrem nos momentos dos eventos escolares, em algumas datas comemorativas e em alguns eventos esportivos e culturais que acontecem uma ou duas vezes ao ano, dependendo dos calendários de planejamento escolar de cada comunidade. Ainda que mostre algum grau de perda, essa situação serve para mostrar que as culturas continuam vivas.

As comunidades de religião católica – no caso, algumas comunidades do baixo Içana, incluindo o distrito de Assunção e a região do alto Rio Ayari – são as que praticam um pouco mais essas tradições, principalmente quando ocorrem festas comemorativas nas suas comunidades. As comunidades evangélicas - do baixo e do médio Içana I e II e do baixo Rio Ayari – são as que deixaram de lado as práticas tradicionais, principalmente a pajelança, os rituais, as danças tradicionais¹³. Nesse caso, as regras da religião ficam bem enraizadas na cabeça das pessoas e muitos que hoje são lideranças e anciões receberam os conhecimentos trazidos pelos missionários, que proíbem as práticas tradicionais. Essa é uma diferença de organização entre as comunidades indígenas Baniwa que aderiram à religião católica e as que aderiram à religião evangélica.

Há poucos anos, por meio do incentivo dos professores que entendem melhor a importância da cultura tradicional e por meio das escolas que funcionam nas comunidades, começou a se mostrar que ainda existem aspectos da cultura tradicional. Esse trabalho vem sendo feito através de pequenas pesquisas realizadas nas escolas e através de práticas, principalmente, dos tipos de danças tradicionais, dos momentos comemorativos na escola. No entanto, a ideologia colonizadora trazida para aquela região continua sendo muito forte e dificulta o resgate dessas tradições.

3.2. As Comunidades: localização, nomes e número de habitantes.

Como mencionado acima, os Baniwa vivem em comunidades ribeirinhas localizadas desde a foz do Rio *Iniali* (Içana) até as cabeceiras de seus afluentes. Nesta seção, são apresentadas a localização, o nome, o número de habitantes de cada comunidade, segundo os

¹³ A partir de uma provocação do Prof. Dr. Thiago Chacon, decidiu-se por apresentar, no Apêndice I, um levantamento das comunidades segundo sua religião dominante. O ideal seria fazer um levantamento da situação sociolinguística de cada comunidade e verificar se há relação com a atuação religiosa, trabalho que deixamos como sugestão para outros pesquisadores.

dados demográficos disponibilizadas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena Alto Rio Negro (DSEI-ARN) no ano de 2022. Todos os dados apresentados focam unicamente a etnia Baniwa da calha do Rio Içana e dos seus afluentes. Os dados foram obtidos por meio de solicitação formal ao DSEI-ARN, que atende tanto a São Gabriel da Cachoeira quanto a Santa Isabel, mas não foram fornecidos dados sobre os Baniwa localizados nesse último município. Optou-se por essa fonte, por ser uma instituição presente nas comunidades e que realiza levantamentos rotineiros para orientar as ações de saúde.



Figura 2 – Vista aérea do município de São Gabriel da Cachoeira

Fonte: <https://www.aleam.gov.br/353117-2/>

Como pode ser visto nos dados, as comunidades variam muito em termos populacionais, mas tanto a menor comunidade (Mauá, com 2 pessoas) quanto a maior comunidade (Tunuí Cachoeira, com 338 pessoas) registradas estão localizadas na microrregião do Médio Içana I. Há que se considerar que o registro não espelha exatamente a população de uma comunidade e, pelas minhas observações, a comunidade de Mauá tem talvez 5 pessoas e não apenas 2, como registrado pelo DSEI. A questão é que os dados refletem apenas o que está registrado no sistema de saúde.

Não se observou uma relação entre o número de comunidades e a população de uma microrregião, de forma que o Baixo Içana apresenta 22 comunidades (o maior número registrado) e uma população de 949 pessoas, ou seja, uma média de 43 habitantes por comunidade; enquanto o Médio Içana I apresenta 13 comunidades (o menor número registrado) e uma população de 1.608 pessoas. Nos casos do Médio Içana II (com 14 comunidades e 673 pessoas) e da região do rio Ayari (com 19 comunidades e 1.071 pessoas) a proporção entre

número de comunidades e população é mais harmônica. Por outro lado, considerada a povoação, as regiões do Baixo Içana, do Médio Içana II e do Ayari apresentam uma relação entre número de habitantes por comunidade mais próxima, destoando apenas a região do Médio Içana I, o que está sintetizado no próximo quadro:

Quadro I - Média de habitantes por comunidade em cada região	
Baixo Içana	43 habitantes por comunidade
Médio Içana I	123 habitantes por comunidade
Médio Içana II	48 habitantes por comunidade
Ayari	56 habitantes por comunidade

Como foi observado acima no quadro I, há diferença no número de habitantes por microrregiões, sendo que o Médio Içana I conta com a maior população e com o maior número de habitantes por comunidade. O Rio Ayari segue como segunda região com maior número de habitantes por comunidade, com o Médio Içana II ocupando a terceira posição quanto ao número de habitantes por comunidade, ficando o Baixo Içana em último. Cabe ressaltar aqui que o Baixo Içana possui maior número de comunidades, o que ajudaria a explicar essa baixa concentração de pessoas por comunidade. O Baixo Içana pode ser caracterizado como tendo um alto número de comunidades e um baixo número de população, se comparado às outras regiões. Por sua vez, o Médio Içana I pode ser caracterizado por uma população numerosa e por um baixo número de comunidades. Ao analisar o perfil das comunidades em uma e outra região, também é possível verificar que, no Baixo Içana, as comunidades são pequenas, ou seja, há poucos habitantes nas comunidades; enquanto, no Médio Içana I, há poucas comunidades, porém são numerosas e com maior número de famílias, consequentemente, com maior número de habitantes por comunidade.

Na sequência, são apresentadas as tabelas com os dados demográficos levantados, divididos segundo a microrregião.

3.2.1. As comunidades do Baixo Içana

As comunidades do Baixo Içana são caracterizadas por populações pequenas, com apenas 3 (Boa Vista, Assunção e Nazaré) ultrapassando o número de 100 pessoas. De fato, apenas essas 3 comunidades juntas respondem por mais de 50% da população dessa microrregião. Em sua maioria, as comunidades não ultrapassam 20 pessoas.

Quadro II – Comunidades do Baixo Içana			
Comunidade	Localização	Nº de habitantes	Fonte
Boa vista	Baixo Içana	177 pessoas	Distrito sanitário especial

			indígena- DSEI
Brasília	Baixo Içana	15 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Irará Ponta,	Baixo Içana	30 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Auxiliadora	Baixo Içana	62 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Jauacanã	Baixo Içana	04 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Camarão	Baixo Içana	08 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Ituim	Baixo Içana	04 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Wacará	Baixo Içana	17 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Santa Elena	Baixo Içana	14 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Santa Cruz	Baixo Içana	28 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Mirim	Baixo Içana	21 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Carara Poço	Baixo Içana	17 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Boa Nova Esperança	Baixo Içana	04 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Bela Vista	Baixo Içana	13 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Cabeçudo	Baixo Içana	29 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Massarico	Baixo Içana	03 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Monte Sinais	Baixo Içana	14 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
São Pedro	Baixo Içana	09 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Pirayawara	Baixo Içana	31 pessoas	Distrito sanitário especial

			indígena- DSEI
Buia Igarapé	Baixo Içana	96 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Assunção	Baixo Içana	246 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Nazaré	Situada no afluente Rio Cubate	107 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Total da população	Baixo Içana e Rio Cubate	949 pessoas¹⁴	Distrito sanitário especial indígena- DSEI

3.2.2. Médio Içana I

As comunidades do Médio Içana I podem ser caracterizadas como mais populosas, com 7 comunidades que ultrapassam uma centena de moradores. Curiosamente, a menor comunidade Baniwa do Rio Içana também está localizada nessa microrregião e é a única que não ultrapassa 20 moradores nessa microrregião.

Quadro III – Comunidades do Médio Içana I			
Comunidade	Localização	Nº de habitantes	Fonte
Nazaré	Médio Içana I	247 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Ambaúba	Médio Içana I	153 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Castelo Branco	Médio Içana I	149 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Belém	Médio Içana I	51 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Taiapu Cachoeira	Médio Içana I	59 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Mauá	Médio Içana I	02 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Tunui Cachoeira	Médio Içana I	338 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
São José	Médio Içana I	119 pessoas	Distrito sanitário especial

¹⁴ Segundo o PGTA, seriam 13 comunidades, 163 família e 1399 pessoas.

			indígena- DSEI
Santa Rosa	Médio Içana I	86 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Tapira Ponta	Médio Içana I	62 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Santa Marta	Médio Içana I	27 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Warirambá	Situada no afluente Rio Cuiari	117 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Vista Alegre	Situada no afluente Rio Cuiari	198 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Total de população	Médio Içana I e Rio Cuiari	1608 pessoas¹⁵	Distrito sanitário especial indígena- DSEI

3.2.3. Médio Içana II

As comunidades do Médio Içana II apresentam baixa densidade populacional, com 10 comunidades que contam com menos de 50 moradores. A comunidade Aracu Cachoeira se destaca por sua população de 180 pessoas, seguida da comunidade Bela Vista, que apresenta a segunda maior população dessa microrregião.

Quadro IV – Comunidades do Médio Içana II			
Comunidade	Localização	Nº de habitantes	Fonte
Umarí Lago	Médio Içana II	14 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Tucunaré Lago	Médio Içana II	21 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Areal Mirim	Médio Içana II	20 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Juivitera	Médio Içana II	35 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Tarumã	Médio Içana II	28 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Arapaço	Médio Içana II	11 pessoas	Distrito sanitário especial

¹⁵ Segundo o PGTA, são 8 comunidades apenas no Médio Içana I, mas o trabalho considera conjuntamente os demais dados, apontando 276 famílias e 1457 pessoas no Médio Içana I e II.

			indígena- DSEI
Bela vista	Médio Içana II	96 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Tucumã	Médio Içana II	29 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Jandú Cachoeira	Médio Içana II	34 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Mauá Cachoeira	Médio Içana II	79 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Trindade	Médio Içana II	34 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Aracu Cachoeira	Médio Içana II	180 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Siucy Cachoeira	Médio Içana II	57 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Tamanduá.	Médio Içana II	35 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Total de população	Médio Içana II	673 pessoas¹⁶	Distrito sanitário especial indígena- DSEI

3.2.4. Rio Ayari.

As comunidades do rio Ayari seguem um padrão semelhante (ou próximo) às comunidades do Médio Içana II, contando com apenas 2 comunidades com mais de 100 pessoas. Ainda que apresente 6 comunidades com mais de 50 pessoas, nota-se que os números de moradores das comunidades não são tão altos, mas nas comunidades com menos de 50 moradores, apenas uma comunidade conta com 4 pessoas, uma comunidade com 18 pessoas e outra com 22, sendo que, em geral, os números estão mais próximos dos 50 moradores.

Quadro V – Comunidades do Ayari			
Comunidade	Localização	Nº de habitantes	Fonte
São José	Rio Ayari	22 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Miriti	Rio Ayari	50 pessoas	Distrito sanitário especial

¹⁶ Segundo o PGTA, são 18 comunidades apenas no Médio Içana II, mas, como mencionado acima, o trabalho considera conjuntamente os demais dados, apontando 276 famílias e 1457 pessoas no Médio Içana I e II.

			indígena- DSEI
Canadá	Rio Ayari	150 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Arari Pirá	Rio Ayari	04 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Juruparí Cachoeira	Rio Ayari	60 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Pana panã	Rio Ayari	64 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Inambú	Rio Ayari	45 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Vila Nova	Rio Ayari	68 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Pirayawara Poço	Rio Ayari	18 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Macedônia	Rio Ayari	47 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Santa Isabel	Rio Ayari	85 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
São Joaquim	Rio Ayari	44 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Xibarú,	Rio Ayari	32 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Acará Igarapé	Rio Ayari	15 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Urumutum Lago	Rio Ayari	48 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Uapui Cachoeira	Rio Ayari	56 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Ucuqui Cachoeira	Rio Ayari	130 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
Santana	Situada no afluente Rio Cuiari	95 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
América.	Situada no afluente Rio Cuiari	38 pessoas	Distrito sanitário especial indígena- DSEI

Total de população	Rio Ayari e Rio Cuiari	1071 pessoas¹⁷	Distrito sanitário especial indígena- DSEI
---------------------------	-------------------------------	----------------------------------	--

Por fim, é importante ainda dizer que, como toda comunidade indígena, os Baniwa apresentam dinâmicas próprias e o fluxo de pessoas entre as comunidades pode ser alterado rapidamente, havendo criação de comunidades novas pelos mais diversos motivos. Por outro lado, é possível observar que muitas pessoas, embora tenham casa em uma determinada comunidade, podem se ausentar da sua comunidade de origem por longos períodos de tempo, principalmente em visitas prolongadas a outros familiares.

3.3 A Comunidade Castelo Branco

A comunidade Castelo Branco é uma comunidade indígena e evangélica, denominada *Poperiana* em língua indígena Baniwa. Anteriormente, a comunidade teve outros dois nomes, primeiro foi Flórida e em seguida Betânia. Com a chegada do pelotão de Cucuí pediram para o povo da comunidade que os nomes fossem substituídos, por acharem que os nomes são estrangeiros, o que foi aceito pelo povo que fixou um novo nome, Castelo Branco. Esse novo nome foi dado pelo comandante do Exército Brasileiro, que registrou numa placa que deixou plantada no porto da comunidade.

Sobre o nome Flórida, este surgiu através de uma equipe de não indígenas que navegava pelo rio naquela região e que chegou até aquele local e denominou a região, que passou a ser conhecida então como Flórida, num primeiro momento. Segundo a versão que me foi narrada, em um segundo momento, descobriram que Flórida era o nome de um estado dos Estados Unidos e resolveram trocar o nome, optando por Betânia. O nome indígena da comunidade *Poperiana* significa, certamente, “Vinho de Bacaba”. Esse foi o nome dado pela própria população por considerarem que estava em uma área de terra em que se destacavam os pés de bacaba, fruta natural daquela região.

Inicialmente, o povo desta comunidade vivia em um lugar bem próximo denominado Sítio *Dzeewikami* (em língua Baniwa) ou Tatu Pireira (em Língua Portuguesa), mas dado o crescimento da população e o aumento das famílias estas tiveram que se mudar. A população começou a ver que aquele lugar não era o ideal para as gerações futuras, que nasceriam e

17 Segundo dados do PGTA, são 16 comunidades, 156 famílias e 1114 pessoas nessa região. O trabalho considera ainda mais um região, denominada “Alto Içana” para a qual registra 13 comunidades, 238 famílias e 1121 pessoas.

creceriam. Dado tudo isso, começaram a pensar em novas estratégias para novas atividades de roçagem e de derrubada com o objetivo de abrir novo espaço para moradia.

Segundo as narrativas da comunidade, ela foi fundada em 11 de agosto de 1967 pelo senhor Getúlio André da Silva, que foi a primeira pessoa que pensou e escolheu aquele lugar, mudando-se com os primeiros moradores: Sr. Celestino André, Sr. Armindo Coite e Sr. Moisés Camico e suas famílias. Estes foram os primeiros a iniciar as atividades pensadas e planejadas junto com a população para fundar uma nova comunidade.

Geograficamente, a comunidade está localizada na margem esquerda do médio Rio Içana I, afluente do Alto Rio Negro a 250 km de distância da sede do Município de São Gabriel da Cachoeira, município ao qual pertence no Estado do Amazonas. É uma comunidade estrategicamente localizada, próxima às comunidades vizinhas do médio Içana I. As associações de base representativas do povo ficam concentradas nessa comunidade, sendo exemplos destas: União das Nações Indígenas Baniwa – UNIB, Associação das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Içana – AAMI, Associação das comunidades evangélicas do Médio Içana – CIBUIRN, Associação dos Pais e Mestres – APMC's. Há ainda comunidades específicas da comunidade como a Associação da Escola Indígena Paraattana – AEIP e a Cooperativa de Extração de Recursos Naturais Sustentáveis de Castelo Branco – COOPERNAS. São essas associações que elaboram os planos e projetos de prioridades e necessidades que as comunidades apresentam para serem encaminhados para as instituições governamentais e não governamentais do município e fora do município também.

O senhor Getúlio André, hoje falecido, foi uma pessoa muito conhecida e respeitada desta comunidade, pela população principalmente, e inclusive pelas autoridades municipais. Ele é, ainda hoje, o principal alvo nos pensamentos e ideias, nos momentos das reuniões para discutir, planejar e colocar as atividades em ação. Ele foi importante para dar ideias nos momentos de traçar projetos escritos de reivindicações junto aos governos. Atualmente, dos primeiros moradores, apenas o Sr. Celestino André e o Sr. Moises Camico continuam vivos, ajudando a comunidade e com idades muito avançadas.

Hoje contamos com 30 famílias e mais de 160 pessoas na comunidade. Essas pessoas pertencem aos Clãs *Waliperidakenai* (Siucy), *Dzawinai* (Onça), *Adzaneni* (Tatu), *Hoohoodeni* (Inambú), *Moliwewni* (Árvore Vermelha). Além desses clãs propriamente Baniwa, hoje, essa comunidade conta com os falantes de línguas Tukano porque o nosso povo tem se casado com o grupo da etnia Tukano. Nesse caso, as línguas indígenas faladas nessa comunidade são: língua Baniwa, ~~língua Nheengatu~~, língua Koripako, língua Tukano, língua Espanhola e língua Portuguesa.

A população é formada de agricultores que vivem de plantações de mandioca, produzem farinha e beiju e outros derivados da mandioca como tapioca, maçoça e tucupi. Produzem cestarias como tipiti e cumatá, além de fabricar remos, canoas e construir casas para moradia. Vivem também de caça e de pesca, que são fundamentais para sua sobrevivência. Cada responsável de família, mas nem todos, recebe o Bolsa-Família, Programa do Governo Federal. Alguns são aposentados e pensionistas do INSS. Alguns membros da comunidade são funcionários do Governo Estadual e do Governo Municipal, contratados temporariamente através do processo seletivo simplificado – PSS, pois exercem suas funções na área de educação ministrando aulas na educação básica para os estudantes do ensino fundamental e do ensino médio. Há apenas um funcionário contratado que é da área de saúde, Agente Comunitário Indígena de Saúde – ACIS, contratado pelo Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI.

Nesta comunidade existem algumas instituições presentes e atuantes como a escola de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, a igreja e as associações da comunidade. Cada instituição tem seu responsável ou representante, pois cada uma delas faz seus planejamentos de funcionamento. A escola funciona em único turno no período matutino e é responsável pelas atividades de educação formal. Ela conta com apenas um espaço físico, mas o Ensino Fundamental é mantido pela prefeitura e o Ensino Médio pelo estado. A escola se encarrega ainda da realização de eventos comemorativos. A igreja funciona no período noturno, duas ou três vezes por semana e pela manhã no dia de domingo, ela é a responsável por eventos evangélicos, muitas vezes com a participação de outras comunidades.

Em 1972, foi fundada na comunidade uma escolinha de 1ª a 4ª série para o atendimento da educação escolar da população pelos missionários evangélicos. Nessa década, os ensinamentos eram fragmentados, pois ocorriam em dois ou três meses por ano, demorando um tempo para retornar. Além disso, os missionários indicavam alguém da própria comunidade para ministrar as aulas, sendo que essas pessoas não eram reconhecidas em nenhuma secretaria de educação e muito menos pelo sistema, ou seja, não havia contrato dessas pessoas com remuneração, simplesmente era o ensino com objetivo de ensinar os alunos escrever seus nomes, ler algumas palavras e frases.

Em 1991, foi à época de reconhecimento da escola sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira, com o primeiro professor da etnia *Tukano*, Sr. Gabriel Paiva Queiroz, contratado que chegou à comunidade para ministrar as aulas de 1ª a 4ª série. Essa primeira etapa do ensino fundamental funcionou por longo período até o ano de 2005. Em Março de 2006, foi fundada a segunda etapa do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, sob a responsabilidade da secretaria Municipal de Educação e, mais recentemente, no ano de 2011, foi fundada a sala de extensão do ensino Médio através da secretaria de Educação do

Estado de Cultura e Desporto (SEDUC). Todos esses níveis de ensino foram conseguidos por meio de projetos de reivindicação feitos pelo povo da comunidade.

Todos os anos, a comunidade – incluindo crianças, jovens, e adultos, homens e mulheres – costuma realizar algumas festas e eventos comemorativos na própria comunidade. Esses eventos podem ser esportivos, evangélicos e escolares como dias dos pais, Dia das Mães, Dia das Crianças, cerimônia de formatura, jogos e datas comemorativas como a fundação da comunidade. Nesses eventos, muitas vezes recebemos a população das comunidades que ficam mais próximas e até das comunidades mais distantes, pois eles são planejados anualmente e membros de outras comunidades são avisados com antecedência sobre a sua realização. Todas essas festividades sempre são realizadas coletivamente, ou seja, uns ajudando os outros em colaboração, e muitas vezes, através da contribuição das instituições governamentais pelos projetos apresentados, dependendo do tipo de evento a ser realizado. No entanto, nem toda vez há apoio do governo municipal e a maior parte dos eventos fica por conta da própria comunidade.

O povo da comunidade Castelo Branco vem lutando pela melhoria de sua sobrevivência ao longo do tempo, lutando pelos seus direitos, lutando para a melhoria da educação dos seus filhos, lutando para que as escolas possam funcionar na própria comunidade. O resultado dessas lutas tem mudado bastante a nossa realidade, se comparada com os anos anteriores. Hoje, contamos com pessoas da comunidade exercendo funções em algumas instituições, na sede do Município, e com estudantes ocupando vagas em diversas áreas em universidades de diferentes estados do Brasil como a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e a Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; além de estudantes nos cursos técnicos em diversas áreas no Instituto Federal do Amazonas-IFAM, Campus de São Gabriel da Cachoeira. São mudanças e resultados bastante significativos desta comunidade que continua em luta junto com seus filhos, individualmente, em famílias, mas principalmente de forma coletiva.

3.4. Organizações comunitárias e associativismo

Existem importantes organizações sociais que lutam pelos direitos dos povos indígenas na região do Alto Rio Negro. Um avanço importante, nos últimos 30 anos, foi a criação da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN) e das associações de base afiliadas a ela. Estas associações de base vêm se ampliando ao longo dos anos e se organizando em torno de demandas específicas. A FOIRN é a instituição de maior representatividade indígena na região e fica situada na sede do município. Para os Baniwa, há uma associação denominada *Nadzoeri*, considerada um dos principais braços da FOIRN, que abrange toda a bacia do Rio Içana e seus afluentes e representa as associações de base dos Baniwa. Abaixo,

apresento uma lista das associações de base dos indígenas Baniwa, segundo a sua microrregião de atuação:

Quadro VI – Associações da Microrregião do Baixo Içana	
Associações Gerais	AIBRI – Associação Indígena do baixo Rio Içana.
	ACIRC – Associação das comunidades indígenas do Rio Cubate (afluente Rio Cubate)
	UNIÁ – União das nações indígenas Arara
	OCIDAI – Organização das comunidades indígenas do baixo Rio Içana.
Associação de Mulheres	AMIBI – Associação das Mulheres do Baixo Içana.

Quadro VII – Associação da Microrregião do Médio Içana I	
Associações Gerais	UNIB - União das Nações Indígenas Baixo.
	ABRIC - Associação dos Baniwa do Rio Içana e Cuiari.
Associação de Mulheres	AAMI - Associação das Mulheres Artesãs Indígenas do Médio Içana

Quadro VIII – Associação da Microrregião do Médio Içana II	
Associações Gerais	OIBI - Organização Indígena da Bacia do Içana.
Associação de Mulheres	AMIARMI- Associação das mulheres indígenas artesãs do médio Içana.

Quadro IX – Associações da Microrregião do Ayari	
Associações Gerais	ACIRA - Associação das comunidades indígenas do Rio Ayari.
Associação de Mulheres	UMIRA - União das Mulheres Indígenas do Rio Ayari.

Quadro X – Associação de São Gabriel da Cachoeira (Sede)	
Associações	NADZOERI – Organização Baniwa e Koripako

Gerais	
Associação de Mulheres	COSART- Costura e Arte Içaneira- Sede São Gabriel da Cachoeira

Como pode ser visto no quadro acima, as associações indígenas Baniwa, incluindo a NADZOERI, somam um total de 14 organizações. Em termos de representação de microrregiões, nota-se que o Baixo Içana é o mais bem representado, com 5 organizações, seguido do Médio Içana I, com 3 associações. O Médio Içana II e o Ayari, contam ambos com apenas 2 associações. Na sede do município, constam apenas 2 associações, sendo que a NADZOERI funciona dentro da FOIRN. Chama a atenção o fato de cada microrregião contar com pelo menos 1 associação de mulheres.

As associações de base incluem membros de igrejas, lideranças comunitárias, estudantes e professores, jovens e adultos. Foram criadas com o objetivo de somar forças para realizar projetos de trabalho e para melhor dialogar com os representantes governamentais e não governamentais que atuam na região. As associações têm ainda como atribuição reivindicar os direitos coletivos, sendo sempre representadas pelos diretores escolhidos pelas comunidades e pelos povos.

Além das associações mencionadas acima, algumas comunidades – em que as escolas contam com mais de 50 estudantes – contam com as Associações de Pais, Mestres e Comunitários – APMC's. Estas são criadas coletivamente, através de reuniões participativas com membros das comunidades e escolas, sob a orientação de pessoas das secretarias de educação do município. As atas dessas reuniões são registradas em cartório para permitir que os recursos do governo federal sejam destinados para a compra de materiais necessários aos estudantes. Esses materiais servem de complemento para que o estudante possa ter o acesso à escola. Infelizmente, ainda existem diversas comunidades e escolas ribeirinhas (as mais distantes, principalmente), que não conseguem incluir os estudantes nesse programa.

Os indígenas Baniwa também se organizam dentro de suas respectivas comunidades de acordo com o entendimento do que é melhor para a sua sobrevivência, das suas famílias e, especialmente, de seus filhos. Essa organização se dá tanto dentro das casas quanto nas comunidades. As lideranças, junto com os membros da comunidade, fazem o planejamento das atividades gerais como, por exemplo, os horários e os dias da semana para reuniões coletivas, para partilhar as comidas típicas no centro comunitário; os horários e os dias para participar das missas e das rezas, assim como das atividades coletivas de campo (roça, caça, etc.), do ajuri. Esse planejamento pode ser feito para o dia, para a semana ou ainda para meses e anos. Há

ainda os casos de uma comunidade participar de ajuris para ajudar as comunidades vizinhas ou mais próximas, principalmente antes dos eventos comemorativos que realizam.

Um evento coletivo importante é a cerimônia de oferta chamada *Dabukuri* (em LP significa “doação de qualquer tipo de objeto ao seu colega no momento de se encontrar e por gostar da pessoa”), que é organizada coletivamente. Geralmente, acontece depois do encerramento das comemorações de eventos tradicionais, das reuniões, dos encontros ou ainda quando há a visita de alguma autoridade representante do governo municipal, estadual ou até federal. Nesse caso, no encerramento, as pessoas da comunidade onde o evento é realizado fazem sua cerimônia de oferta. Essa cerimônia consiste na doação de alimentos como beiju, farinha, frutas e outros tipos de produtos para os visitantes, dependendo da organização daquela comunidade.

A partilha de alimento é muito importante entre os Baniwa. As famílias de cada comunidade ao longo do rio e de seus afluentes distribuem/compartilham seus alimentos entre si. O compartilhamento se dá entre famílias, entre vizinhos e entre pessoas que se visitam em comunidades diferentes. Pode-se compartilhar a caça, o peixe, as frutas, etc. Em nossa visão, essa é uma forma de colaborar para atender à necessidade e ajudar aqueles que precisam.

3.5 Organização Social

No presente subcapítulo, apresentam-se alguns aspectos da organização social do povo Baniwa, com informações sobre aspectos antropológicos básicos e, ao mesmo tempo, clássicos. Todas as informações apresentadas estão embasadas no meu conhecimento do meu povo, mas consideram-se também algumas informações de outros autores, sobretudo de pesquisadores Baniwa como Luciano (2006, p. 82, 83), Gonçalves (2018, p. 41 e 45), Melgueiro (2009, p. 16, 23, 24) e Melgueiro (2012, p. 38).

3.5.1 Organização Clânica

Segundo Gonçalves (2018, 47), os Baniwa são divididos em doze grupos clânicos ou fratrias, são eles: *Dzawinai* (onça), *Alidalinai* (tatu), *Wariperidakenai* (*siuci*), *Hoohoodeni* (inambu), *Omawalieni* (jiboia), *Amananai* (boto falso), *Komadaminanai* (pato), *Paraattana* (Arara), *Ttokiminanai* (vagalume), *Kapittiminanai* (quati), *Kotteroeni* (caba), *Moliweni* (árvore vermelha). A princípio, esses grupos têm histórias específicas e terras tradicionalmente ocupadas. Há relações que devem ser respeitadas entre os grupos, de acordo com o seu pertencimento. Hoje em dia, as pessoas desses diversos grupos estão espalhadas em quase todos os cantos da região do alto Rio Negro, inclusive nos países vizinhos, Colômbia e Venezuela. Os próprios indígenas Baniwa percebem diferenças dialetais entre os grupos clânicos, mas isso não

tem sido estudado sistematicamente¹⁸. Em conversa com o meu pai, por exemplo, ele observa que alguns nomes de objetos, de animais, de peixes são diferentes entre os grupos Baniwa. Por fim, há que se registrar que esses grupos apresentam algumas diferenças na forma de viver e em suas tradições diárias nas comunidades¹⁹.

Ainda segundo meu pai, há uma relação entre os clãs e a distribuição geográfica do povo Baniwa. De acordo com ele, as terras e áreas tradicionalmente ocupadas pelos grupos clânicos são as apresentadas no quadro abaixo:

Quadro XI – Distribuição Geográfica dos Clãs Baniwa ²⁰	
Microrregião	Clã(s)
Baixo Içana	<i>waliperidakenai (siucy)</i>
Médio Içana I	<i>Paraattana (arara), Omawalieni (jibóia), Moliweni (árvore vermelha), Alidalinai (tatu)</i>
Médio Içana II	<i>Dzawinai (onça)</i>
Ayari	<i>Kotteroeni (caba), Hohoodeni (inambu)</i>
Alto Içana	<i>Kapittiminanai (quati), Ttokiminanai (vagalume), Komadaminanai (pato)</i>

As áreas ou territórios que um grupo ocupa não são proibidos para outros grupos, sendo autorizada a entrada desde que a pessoa de outro grupo apresente os seus objetivos ou desde que seja morador daquela região. Nesse último caso, os laços de aliança matrimonial garantem que o sogro ou a sogra (ou algum outro parente por laços matrimoniais) possa adentrar e usufruir de uma área que não seria sua pelo pertencimento clânico. Os parentes afins são autorizados a fazer suas roças, pescar, caçar e fazer outros tipos de atividades de acordo com suas necessidades. Em todo caso, uma área não serve exclusivamente aos moradores de uma região, mas também aos moradores de outras calhas de rios.

Importante observar que, há alguns anos, cada clã contava com um território de ocupação tradicional, sendo que outros povos ou clãs não podiam adentrar aquela área sem pedir autorização para morar, trabalhar ou fazer alguma atividade naquela região do clã que detinha o direito sobre as terras. Isso subdividia a população nas microrregiões, de forma que

¹⁸ Para um estudo de diferenças dialetais entre Baniwa e Kuripako, veja o trabalho de Gonçalves (2018).

¹⁹ Algumas diferenças podem ter sido introduzidas após o contato e não necessariamente estar relacionadas às diferenças clânicas.

²⁰ No quadro XI, não há referência ao clã *Amananai*, sobre cuja região de abrangência não conseguimos informações.

deveria haver uma relação entre clã e ocupação territorial. No entanto, atualmente, não há mais muitas exigências sobre a ocupação da terra pelos clãs.

A maior parte do Rio Içana é pobre em peixes e caças que os Baniwa consomem para sobreviver, somente em alguns trechos de rio há peixes e caças. É nas proximidades desses locais que as pessoas vivem, deslocando-se para caçar e para pescar, buscando seu sustento e sua alimentação. Esses locais de abundância são muito importantes quando acontecem os eventos esportivos, culturais, religiosos, as reuniões de associações, etc. Esses eventos podem ocorrer mensalmente, semestralmente ou anualmente.

3.5.2. Organização por sexo:

O meu povo tem formas próprias de organizar as relações entre homens e mulheres. Os Baniwa são agricultores, vivem da plantação de mandioca e de seus derivados, também vivem da caça, da pesca, da coleta de frutas e de insetos²¹. As mulheres, no caso, são responsáveis pelos cuidados da casa e realizam atividades diferentes dos homens. São elas que trabalham na roça quase todos os dias, na capinagem, mantendo a roça para garantir a durabilidade, nos cuidados das plantações como banana, abacaxi, açaí cubiu, abiu, caju, laranja, cana de açúcar, milho, entre outros. As mulheres fazem o trabalho de fabricação de beiju, de farinha, de tapioca, de *maçoca*²², que envolvem longos processos para sua conclusão. Na fabricação dos derivados da mandioca, é necessário seguir os passos de cada processo. Em um primeiro momento, as mulheres se deslocam até a roça para arrancar a mandioca, depois deixam a mandioca no rio por, no mínimo, 4 a 5 cinco dias, até que ela amoleça, depois a retiram da água para realizar os processos dentro da cozinha. No caso dos processos na cozinha, eles são diversos, por exemplo, no caso do beiju requer a fabricação no tacho e depois a exposição ao sol; no caso da farinha, da tapioca e da maçoca, é necessário torrá-los por um tempo no tacho.

Muitas vezes ocorrem as atividades coletivas somente das mulheres para se ajudarem; por exemplo, nos momentos de plantação, de capinagem de roças, etc. Essas atividades coletivas dependem de seu grau de dificuldade e do número de famílias que serão atendidas. Há outros trabalhos coletivos femininos como a colheita de frutas cultivadas e de frutas silvestres e ainda os preparativos antes da realização de algumas festas. Algumas mulheres realizam serviços que são considerados como tipicamente masculinos, como a pescaria, a caça e a confecção de cestaria. As mulheres também trabalham suas artes em tucum, a produção e a fabricação de colares, etc.

21 Especialmente, coletam as formigas que comem como a *maniwara* e a saúva.

22 Refere-se a um derivado da mandioca que é semelhante ao polvilho, mas mais fino e que os indígenas da região de São Gabriel da Cachoeira tomam diluído em água.

Os trabalhos apresentados acima são os trabalhos femininos que servem de sustento e que produzem a alimentação cotidiana do povo Baniwa. Esses trabalhos também geram produtos que servem para a comercialização, como é o caso da farinha, do beiju e das frutas. A comercialização desses produtos permite a compra de outros tipos de materiais que hoje são considerados básicos como: vestimentas, materiais de cozinha (pratos, colheres e panelas), materiais agrícolas para os serviços de campo e, finalmente, alimentos industrializados.

Os trabalhos femininos, principalmente os realizados no campo, são importantes para que as mulheres comecem a orientar e ensinar essas práticas às suas filhas. Quando as filhas adquirem o conhecimento adequado, elas passam a ajudar as mães ou passam a tomar a responsabilidades de todo o processo para sustentar as famílias, pois as mulheres são as maiores responsáveis pelo cuidado e pela alimentação.

Os homens Baniwa são os maiores responsáveis dentro da família, são eles que vão pensar o que fazer, como fazer e em que momento fazer junto com os filhos. Eles têm funções diferentes das mulheres, sendo responsáveis de outra forma pela sobrevivência diária da família. Os homens fazem a derrubada das roças, a pescaria, a caça, a confecção de artesanatos (como tipiti, urutu²³, jarro²⁴, etc). fabricam remos, canoas e ralador, fazem a construção de casas para moradias, entre outros trabalhos.

Muitas vezes os homens, assim como as mulheres, fazem atividades coletivas entre eles. Geralmente, são os trabalhos mais pesados e intensos como, por exemplo, a derrubada das roças e a construção de casas. Muitos dos produtos resultantes dos serviços feitos pelos homens são vendidos a fim de adquirir recursos para complementar a renda obtida pelas mulheres e assim comprar materiais de suporte para a sobrevivência da família. Os homens passam pelos mesmos processos de orientar os seus filhos teoricamente, dentro de suas casas, antes ou durante as atividades de campo. Os filhos depois colocam em prática aquilo que é recebido como ensino-aprendizagem e se preparam para o mundo em que irão viver.

Existem ainda serviços que são organizados pelas lideranças comunitárias com a exigência de participação geral de homens e mulheres das mais diversas idades (crianças, jovens, adultos e anciãos). Um exemplo disso são os momentos de limpeza da comunidade, de construção de centros comunitários, de carregar palhas de caraná para construir alojamentos que sirvam para hospedagens, de receber visitantes, entre outros.

23 Tipo de cesto para guardar mandioca mole, massa de beiju ou de farinha.

24 Tipo de cesto.

3.5.3. Organização por idade

Os Baniwa se organizam ainda segundo a idade, dividindo sua estrutura em crianças, jovens e adultos. São consideradas crianças as pessoas com até doze ou treze anos. Ainda quando criança, a pessoa Baniwa passa a ter responsabilidades sob o acompanhamento dos pais, no sentido de orientá-los para a vida jovem adulta. As meninas, no caso, aprendem com suas mães todos os processos de atividades de trabalho de como cozinhar, de como plantar e, ao mesmo tempo, recebem orientações sobre como receber pessoas e sobre a consideração aos parentes mais próximos. Os meninos passam a receber orientações e aprendizagens com os seus pais sobre a preparação dos materiais de pesca e de caça, passam a receber ensinamentos sobre como fazer uma roça, produzir artesanatos e sobre o respeito às pessoas, principalmente, sobre a consideração às pessoas mais próximas e em relação ao parentesco.

Ao mesmo tempo, as crianças vão colocando em prática aquilo que lhes é ensinado dentro ou fora de casa. Os meninos começam a fazer materiais próprios para suas atividades de pesca, de caça, etc. É uma fase em que se busca a orientação dos pais ou dos responsáveis, pois, nesse momento, as crianças vão aprendendo todos os dias enquanto vão crescendo. Elas aprendem através do olhar, do ouvir e do perguntar sobre aquilo que querem aprender com os pais, com os tios, com as tias, com os avós e com outras pessoas mais experientes.

Ao passar para a fase da juventude, esse é momento mais importante, pois depois dos 12 ou 13 anos eles recebem conselhos mais duros, muitas vezes por meio de surras, pois existem os momentos de festas, de rituais tradicionais específicos, de passagem da criança para a vida adulta, com os pais e com os mais velhos da comunidade. As orientações são uma forma de dizer o que se pode e o que não se pode fazer no decorrer da vida. Além disso, aprendem as atividades que devem desenvolver durante a sua vida na fase da juventude, ouvem os conselhos que vão carregar consigo para o resto da vida e aprendem os conhecimentos com os quais vão poder sobreviver quando formarem suas próprias famílias.

Para as pessoas do sexo feminino, geralmente, a passagem para a juventude acontece logo após a sua primeira menstruação. Quando jovens, os homens e as mulheres passam a ficar no grupo dos adultos, ou seja, começam a participar das conversas, ajudar nos planejamentos, nas atividades de campo de todos os trabalhos que são realizados nas comunidades. Também nesse período os jovens começam a praticar individualmente os seus trabalhos, na construção das suas próprias casas, na abertura das suas próprias roças, começam a produzir artes, construir canoas, etc. As meninas passam pelos mesmos processos, aprendendo e fazendo sozinhas trabalhos sem depender das mães.

As festas e/ou rituais tradicionais que marcam a transição de uma à outra fase são denominadas pelo termo genérico *napudaletaka*. Essa festa pode ocorrer depois do período de reclusão obrigatório após a primeira menstruação da mulher. A passagem do homem e da mulher à vida adulta é marcada pela reclusão, pois o homem também é levado ao mato, onde fica de 5 a 6 dias sem alimentação, assim como a mulher, quando eles aprendem os conhecimentos sobre o aturá, sobre o panacó, sobre os remos, entre outros. O mesmo ritual pode ocorrer quando do nascimento de uma criança, ocasião em que a mulher fica em jejum de 3 a 4 dias, para depois os pajés fazerem seus benzimentos na comida, principalmente os benzimentos para a criança crescer bem, para não pegar doenças e para levar a vida de forma adequada.

Os pais que são da nova geração de hoje, além de ensinar aos seus filhos os conhecimentos tradicionais indígenas, vêm incentivando os seus filhos, desde crianças, para irem às escolas. Eles entendem que é uma forma de buscar a aprendizagem das coisas que são do “mundo de fora”, com os professores. A maioria dos pais entende que isso atualmente é muito válido para a vida pessoal, profissional e para a família, pois, nas escolas, as crianças aprendem conhecimentos da região e do mundo científico.

Os adultos são os que têm experiências, conhecimentos e saberes, pois receberam orientação e aprendizado antes da geração que vem nascendo, ou seja, os conhecimentos são repassados de geração para geração. Hoje, no mundo contemporâneo, nem todos os mais velhos possuem todos os conhecimentos, vários conhecimentos foram perdidos e/ou esquecidos. Os velhos são os que têm mais visão de como poder viver, sustentar a família, de como trabalhar, são os que conhecem como curar as doenças, muitas vezes apontando que tipos de remédio tradicionais indígenas devem ser utilizados. Algumas pessoas usam pajelança para resolver problemas de doença.

4. Breve Revisão de Literatura sobre a Língua Baniwa

Nesta seção, apresenta-se uma revisão dos trabalhos anteriores sobre a língua Baniwa, disponíveis em Língua Portuguesa. Como será possível notar, os trabalhos se concentram em aspectos descritivos de linguística e gramática, à exceção de Gonçalves (2018b), que se dedica a um estudo do ensino da língua Baniwa. O estudo de Gonçalves (2018a), ainda que se trate de uma dialetologia, está voltado para critérios estritamente linguísticos de definição de dialetos. Cabe notar que estes dois, ao lado de Melgueiro (2009), fazem parte da recente geração de linguistas indígenas que se voltam para o estudo de suas próprias línguas. O presente capítulo está organizado em subseções, cada uma dedicada a um trabalho específico.

4.1. Introdução à Língua Baniwa do Içana (Taylor, 1991)

Gerald Taylor realizou suas pesquisas entre os Baniwa no período entre 1984 e 1990, a partir de trabalhos de campo específicos realizados, segundo o autor em 1984, 1988 e 1990. A partir desses trabalhos, o autor constituiu uma introdução aos aspectos da Língua Baniwa. Na primeira parte do seu trabalho, o autor propôs “um alfabeto para transcrever o Baniwa do Içana”, que é “baseado na análise fonológica do material gravado em 1984 por Viriato e Humbelino Plácido e por Domingos de Souza Paiva, ampliada e corrigida em 1988 graças à ajuda de Regina Cordeiro Paiva e Humbelino Paiva” (Taylor, 1984, 10). A segunda parte do trabalho trata de temas de morfologia e morfossintaxe e privilegia três temas: “a expressão da pessoa, a classificação nominal e as categorias verbais” (*Op. Cit.*). Há uma terceira parte dedicada a apresentar a transcrição dos três textos que serviram como base à análise do autor, acompanhada das suas traduções à Língua Portuguesa. Esses textos são segmentados morfofonologicamente e acompanhados de tradução “justalinear”, o que permite ao autor “dar uma ideia geral de outros aspectos da língua não tratados na descrição morfológica”.

4.2. Fonologia Sincrônica e Diacrônica do Baniwa (Siusi) (França, 1993)

O trabalho de Maria Cristina Victorino de França se propõe a apresentar aspectos da Fonologia Sincrônica e Diacrônica da Língua Baniwa (dialeto Siusi). Importante notar que o dialeto privilegiado por esse trabalho é o mesmo do trabalho de Taylor (1991), mas a autora restringe a um clã específico, provavelmente o dos seus colaboradores. O trabalho divide-se em quatro capítulos, cada um dedicado a um tema distinto. No primeiro capítulo, a autora apresenta comentários sobre a classificação linguística da língua Baniwa e sobre sua dialetologia. No segundo capítulo, ela apresenta sua análise “não-linear” da fonologia da língua. No terceiro capítulo, França baseia-se na reconstrução do Proto-Maipure de Payne (1991 *apud* França, 1993, 115), para apresentar os cognatos considerados por ela a partir de formas que considerou

como derivadas de Proto-Maipure. Por fim, no quarto capítulo, a autora apresenta um minidicionário de 2500 entradas lexicais do dialeto Siusi obtido a partir de um tratamento informatizado dos dados, como a autora faz questão de ressaltar.

4.3. Sistema de Classificação do Baniwa do Içana-Hohodene Língua Aruak do Norte – Rio Negro (Baltar, 1995)

A dissertação de mestrado de Marcos Antônio Rocha Baltar objetivou apresentar uma lista abrangente dos classificadores da Língua Baniwa, contextualizando-os dentro das classes nominais. A dissertação, intitulada Sistema de Classificação da Língua Baniwa do Içana-Hohodene (família Aruak), baseou-se em textos e na lista de palavras de Swadesh coletados pelo autor. Baltar conclui pela existência de três sistemas coexistentes em Baniwa:

- a) Um sistema de marcação de gênero (feminino e não-feminino), que ocorre apenas na referência cruzada;
- b) Um sistema de classificação nominal que ocorre marcado por um adjetivizador;
- c) Um sistema de classificadores propriamente ditos, que ocorre sem a necessidade de adjetivizador.

Em suas conclusões, o autor chama atenção ainda para a “flexibilidade semântica dos classificadores” (Baltar, 1995, 77) na língua Baniwa, o que, segundo ele, explicaria o fato de esta língua permitir que um nome se combine com mais de um classificador. Quanto ao dialeto estudado, Hohodene seria uma variante (ou ainda um clã) da língua Baniwa do Içana, como poder ser observado na seção intitulada “Dados sobre o Baniwa do Içana”. Infelizmente, o autor não detalha a questão do *status* do dialeto estudado e apenas cita uma passagem de Nimuendaju (1955 *apud* Baltar, 1995, 26), em que este relata os dialetos que considera e os clãs que falariam cada um desses dialetos.

4.4. Dicionário Baniwa-Português (Ramirez, 2001)

Entre 1999 e 2001, Henri Ramirez trabalhou na elaboração do Dicionário Baniwa, publicado em 2001. O seu trabalho foi organizado em quatro partes: a) “guia de pronúncia e alguns pontos Gramaticais que apresentam a estrutura básica da língua”; b) “dicionário Baniwa-Português de 10.000 verbetes, com numerosos exemplos e modismos assim como as principais variantes dialetais”; c) “léxico Português-Baniwa”; e d) “os termos de parentesco”. Segundo o autor, a língua Baniwa se subdivide em quatro “superdialeto”: o Baniwa, o Koripako, o Karotana e o Tariano.

Na análise de Ramirez (2001, 4-8), a língua Baniwa²⁵ conta com 20 fonemas: “4 vogais (a, e, i, o) e 16 consoantes (p, t, tt, k, b, d, ts, dz, x, h, m, n, ñ, l, r, w, y). No entanto, essa asserção deve ser ponderada por observações colocadas pelo próprio autor em sua introdução. Primeiramente o grafema <x> não é um fonema em si, mas o resultado da coocorrência de /y/ e /h/. O autor nota ainda a ocorrência de “muitos grupos de consoantes aspiradas e ensurdecidas”, mas estas parecem ter *status* apenas fonético. Por fim, Ramirez considera que há oposição entre “vogais breves e vogais longas”, o que coloca suspeita sobre o tratamento dado às vogais e que sua asserção se volta apenas ao sistema gráfico.

Sobre a gramática, Ramirez (2001, 8-27) considera que a língua Baniwa conta com 4 partes do discurso: nomes independentes, nomes dependentes, adjetivos e verbos. No entanto, o próprio autor descreve ainda “pronomes pessoais” (junto com “afixos pessoais”), “classificadores associados” e “demonstrativos”, além de fazer menção a outros termos como “relacionadores”. Ele apresenta uma síntese da gramática, com discussão sobre afixos que se combinam com classes de palavras específicas, mas é importante notar que mais do que apresentar a gramática, esse esboço volta-se para explicar a apresentação das informações gramaticais dentro dos verbetes do dicionário.

4.5. Sobre a Natureza, Expressão Formal e Escopo da Classificação Linguística de Entidades na Concepção de Mundo dos Baniwa (Melgueiro, 2009)

Edilson Martins Melgueiro (2009) retoma a questão dos classificadores nominais apresentados em trabalhos anteriores em sua dissertação, apresentada em Língua Portuguesa e em Língua Geral Amazônica. Em seu trabalho, o autor apresenta uma revisão sobre classificação nominal nas línguas amazônicas, seguida de uma revisão dos trabalhos anteriores sobre classificadores em Baniwa/Kuripako. Após essas revisões, o autor apresenta sua análise que ele mesmo considera incorporar novos dados e rever conceitos. O autor conclui que “as entidades são classificadas de acordo com (a) a dependência ou independência da sua existência no Mundo, (b) de acordo com o seu gênero – masculino ou feminino, e (c) de acordo com suas características físicas e funcionais”, o que está, em linhas gerais, de acordo com o apresentado por Baltar (1995). Diferentemente deste último, Melgueiro (2009, 99) considera que “as opções de classificação não são tão abertas” e que “variações na escolha de classificadores resultam do fato de que os morfemas classificadores compartilham traços semânticos comuns”. Por fim, cabe mencionar que o autor considera que a língua Baniwa apresenta um sistema de

25 O autor denomina como Baniwa-curripaco (dialeto central), mas essa denominação vai contra sua própria classificação de superdialetos, pois Baniwa (central) e Kuripako seriam 2 superdialetos distintos. Souza (2012) apresenta divergências entre os quadros fonológicos desses dialetos, como será visto mais adiante.

classificação único e não “uma mistura de tipos” e que pode ser caracterizado como um “sistema de concordância”.

4.6. Estudo Fonológico da Língua Baniwa-Kuripako (Souza, 2012)

No ano de 2012, Erick Marcelo Lima de Souza defendeu uma dissertação de mestrado intitulada Estudo Fonológico da Língua Baniwa-Kuripako. O autor considera que seu trabalho é uma comparação entre os dialetos Baniwa e Kuripako, no entanto, é possível ver que as fonologias dos 2 dialetos são apresentadas conjuntamente e os dados de cada dialeto são apresentados em subpartes dentro das seções. Os quadros fonológicos são reduzidos a apenas um, o que acaba por simplificar diferenças apresentadas ao longo do trabalho e que são consideradas meramente fonéticas, não considerando que 2 dialetos podem ter quadros fonológicos levemente distintos. Por fim, cabe mencionar que o autor considera os fenômenos de aspiração e ensurdecimento como meramente fonéticos, concordando com Ramirez (2001). Da mesma forma, apresenta as distinções entre vogais longas e vogais breves como fonológicas.

4.7. Para uma dialetologia Baniwa-Koripako do rio Içana (Gonçalves, 2018a)

Artur Garcia Gonçalves realizou uma pesquisa dialetológica a partir de uma investigação etnográfica com o objetivo de entender se a variação observada era diatópica (regional, geográfica) ou diastrática (social). O autor investigou “aspectos de variação fonética, lexical dialetologia perceptual” a partir da aplicação de questionários a 24 falantes da língua Baniwa, aparentemente escolhidos aleatoriamente, mas que se supõe que representem diferentes grupos sociais e diferentes regiões de ocupação Baniwa. Em sua análise qualitativa dos dados, Gonçalves (2018) considera 7 *Shiboleths* que seriam de uso dos falantes Baniwa e que definiriam áreas dialetais. Essa análise é complementada por uma análise quantitativa que apresenta os percentuais de ocorrência dos *Shiboleths* em cinco regiões distintas, além de considerar as variantes fonéticas. A partir dessas análises, ele infere que há quatro áreas dialetais: “Médio Içana 1”, “Médio Içana 2”, “Rio Ayari”, “Alto Içana”. O autor conclui que a variação dialetal é explicada pela “região de origem da pessoa” não pelo pertencimento a uma fratria.

4.8. Processos de Alfabetização e Letramento na Educação Escolar Indígena Baniwa e Koripako (Gonçalves, 2018b)

Augusto Garcia Gonçalves investigou e analisou a “situação sociolinguística e educacional do povo Baniwa e Koripako”. De fato, sua dissertação se relaciona tanto à sociolinguística quanto à linguística aplicada (Ensino de Línguas). O trabalho foi realizado com falantes da comunidade Tunuí e da comunidade Assunção, apontando um predomínio da língua Baniwa na primeira

comunidade e da língua Nheengatu na segunda. Após apresentar os resultados dos questionários, o autor apresenta uma longa descrição, com foco no uso da língua, das escolas e de suas dinâmicas em ambas as comunidades citadas. Em suas considerações finais, o autor observa que a dinâmica observada é bilingue e que privilegia a língua indígena como mais falada; sobre a Educação Escolar Indígena, ele relata que:

A educação escolar Indígena já foi implantada na região há alguns anos, no entanto, ela precisa de apoio do poder público para que o ensino seja de qualidade. É necessário propor mudanças nos sistemas educacionais no Rio Içana, aplicando o ensino bilíngue e multilíngue, escrevendo histórias da região, produzindo material didático a partir dos trabalhos feitos com alunos. Muito se ouve falar em políticas de reconhecimento, no entanto, o que se observa em relação à Educação escolar indígena é que ainda faltam políticas para o reconhecimento do diferente e da diversidade. (Gonçalves, 2018, 94)

5. Fundamentação Teórica

No presente capítulo, apresentamos a Fundamentação Teórica, que apresenta alguns textos selecionados resultantes de pesquisas de autores indígenas e não indígenas que realizaram suas pesquisas, principalmente, no estado do Amazonas, mas consideraram-se ainda pesquisas feitas em outros estados em contextos indígenas, principalmente pesquisas sociolinguísticas com base em instrumentos semelhantes ao aqui utilizado.

Esses trabalhos com povos indígenas me ajudaram a entender de uma forma mais clara como proceder em minha pesquisa e aprofundaram meus conhecimentos sobre a pesquisa sociolinguística. A minha pesquisa investiga a Situação Sociolinguística da Língua Baniwa, uma das línguas existente no Município de São Gabriel da Cachoeira, e, portanto, vincula-se à área da sociolinguística. A questão da língua na comunidade Castelo Branco me preocupa, pois penso que ela pode um dia desaparecer ou deixar de ser a falada por esse povo. A leitura de textos sobre situações análogas me ajuda a pensar o contexto vivenciado como falante e como pesquisador. Nos últimos anos, a língua portuguesa tem ganhado maior espaço na comunidade, ou seja, está sendo utilizada por mais tempo, tanto no ambiente escolar, pelos professores e alunos, quanto no ambiente extraescolar da comunidade, principalmente pelas crianças e jovens. Abaixo, estão apresentados pequenos resumos sobre os trabalhos considerados, chamando a atenção para o fato de todos eles estarem baseados no levantamento de informação *in loco* por meio de questionários.

Para a revisão apresentada, como critério inicial de busca e de seleção, considerou-se: a) trabalhos em Língua Portuguesa que apresentassem questionários sociolinguísticos e que pudessem ajudar a pensar um modelo de questionário para a pesquisa; e b) trabalhos produzidos no estado do Amazonas e, principalmente, na região onde se desenvolve a presente pesquisa.

Portanto, não se trata de um levantamento exaustivo e não busca dar conta do “estado da arte”. Abaixo, estão apresentados alguns trabalhos selecionados.

Figueira (2017) pesquisou a *Situação Sociolinguística e o Ensino de Língua Portuguesa em Contexto Indígena Munduruku na Região do Médio/Alto Tapajós – Estado do Pará*. Durante sua pesquisa junto ao povo Munduruku, ela realizou a aplicação de questionários, entrevistas e gravações de vídeos, chegando à conclusão de que o ensino dos professores na escola era conduzido pelos livros didáticos e focado na língua portuguesa, o que gerava muitas dificuldades para os alunos indígenas, por não conseguirem dominar a leitura em uma língua diferente de sua língua materna. A autora relata ainda que os docentes observados são tradicionais em relação ao ensino e em relação ao uso da língua portuguesa. Segundo a autora, eles não reconhecem a realidade da região e do povo e não criam estratégias e planos

específicos que possam atender os estudantes de acordo com sua realidade e para o desenvolvimento dos conhecimentos tradicionais. Nota, entretanto, que o uso da língua indígena nesta região ainda é muito forte.

Abreu (2012), pesquisou a *Situação Sociolinguística dos Krahô de Manoel Alves e Pedra Branca: Uma Contribuição para Educação escolar* com vistas a verificar a realidade linguística deste povo e o uso da língua portuguesa pela comunidade. A autora objetivava ainda verificar as ferramentas e estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores para manter a língua indígena na escola em face da língua portuguesa. Seu trabalho foi desenvolvido a partir de atividades de campo com o objetivo de chegar às pessoas que pudessem dar as informações de interesse. A pesquisa foi realizada nos anos de 2011 e 2012, através de elaboração e aplicação de questionários e realização de oficinas pedagógicas com a participação efetiva dos estudantes e professores. A partir dessas atividades, a autora organizou a sua descrição de acordo com os questionários respondidos. Fica claro que a língua Krahô está sendo fortemente usada pelo seu povo, nas relações interpessoais e familiares, nos encontros, nas reuniões e outros tipos de eventos observados. Nas considerações sobre as questões pedagógicas, fica claro que estudantes aprendem mais rápido e com mais facilidade quando usam a sua L1 (no caso, a Língua Indígena) para ler e escrever.

Oliveira (2019) defendeu a dissertação intitulada *o Ensino Mediado por Tecnologia na comunidade indígena Ticuna: Desafios linguísticos no processo Ensino-Aprendizagem*. Com a oportunidade de chegar a uma comunidade indígena ticuna onde funciona o ensino mediado por tecnologia, a autora resolveu realizar um trabalho para entender se esse tipo de ensino realmente funciona nos lugares mais distantes e para entender se existem dificuldades relacionadas a esse tipo de ensino. O trabalho realizado tem o foco principal de analisar especialmente o processo de ensino da(s) língua(s) mediado por tecnologia nas comunidades indígenas Ticuna no Município de Benjamim Constant no Estado do Amazonas. Tem como ponto principal verificar como a L1 desse povo está sendo tratada durante o processo de ensino-aprendizagem e identificar o grau de bilinguismo dos estudantes. Ademais, busca pontuar as dificuldades e desafios enfrentadas pelos alunos indígenas que possuem uma língua própria, quando participam das aulas nessa modalidade de ensino, em que as aulas são ministradas em língua portuguesa à distância. A pesquisa foi realizada nos anos de 2017 e 2018, na escola municipal indígena Miguel Estevão Tchairecu, na comunidade de Bom Intento I com os estudantes do 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio e dos anos finais da Educação Básica. Como instrumento de pesquisa, a autora aplicou a alunos e professores trinta e sete questionários elaborados por ela. As respostas obtidas foram organizadas em gráficos que buscavam descrever a situação da língua na comunidade e em sala de aula. Havia, em vários dados, a preocupação de diferenciar as habilidades em língua Ticuna e em língua portuguesa. Em seus resultados, a autora discute

que há diversas dificuldades segundo a disciplina considerada e dificuldades devido ao ensino não presencial, o que não permite a interação direta aluno-professor. Outro resultado desta pesquisa é a conclusão de que a questão linguística é um desafio muito grande para o povo e, especialmente, para os alunos da escola municipal Miguel Estevão. Observa-se especialmente o fato de as aulas serem ministradas na língua portuguesa, ou seja, na L2 do povo Ticuna.

Na mesma região em que desenvolvi minhas pesquisas, Melgueiro (2012) investigou a *Situação Sociolinguística nas Escolas indígenas Irmã Inês Penha e Dom Miguel Alagna na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM)*. De acordo com a pesquisadora, o trabalho foi realizado em uma viagem a campo entre os anos de 2010 e 2011, no município de São Gabriel da Cachoeira. O foco principal da pesquisa é fazer levantamentos sobre a situação sociolinguística das três línguas cooficializadas neste município – a língua Baniwa, a língua Nheengatu e a língua Tukano – nas duas grandes escolas da cidade de São Gabriel da Cachoeira, escola Irmã Inês Penha e escola Dom Miguel Alagna, onde os maiores números de estudantes indígenas falantes dessas línguas oriundos de diversas comunidades indígenas do alto Rio Negro e seus afluentes estão presentes. As metodologias de busca de informações dessa pesquisa são idênticas às de outros autores que fizeram pesquisas sobre as línguas indígenas. Foi através de elaboração de questionários adequados aos seus objetivos que os dados foram gerados. A inclusão de sujeitos da pesquisa considerou critérios como gênero/sexo (masculino e feminino) e faixa etária. Segundo os resultados dessa pesquisa, é possível dizer que muitos alunos de 10 a 20 anos, falantes dessas línguas, tinham vergonha de declarar pertencimento a uma etnia, talvez por acharem que seriam discriminados por não falantes das línguas indígenas. Nesse sentido, o destaque da pesquisa se relaciona aos Baniwa, que declaravam seu pertencimento étnico (Melgueiro 2012, 111). Pessoas com idade mais avançada não tiveram medo de responder sobre o seu pertencimento étnico ou sobre o domínio de uma língua indígena (Melgueiro 2012, 112). Observando o resultado de pesquisa, posso dizer que até hoje, no município de São Gabriel, ainda existem pessoas que têm medo de mostrar a sua própria identidade, de serem indígenas falantes de suas línguas tradicionais, isso ocorre no ambiente escolar e fora da escola. Pela minha vivência, creio que, na escola, muitas vezes isso ocorre devido ao incentivo dos pais para que seus filhos aprendam a Língua Portuguesa, sem dar valor a sua própria língua, apesar de serem falantes dessas línguas. Dessa forma, os alunos acabam desvalorizando as suas línguas e acham que isso é o certo, pois desconhecem a importância dessas línguas no contexto mundial atualmente.

Aquino (2010) defendeu a dissertação intitulada *Pesquisas Sociolinguísticas entre os Asuriní do Tocantins. Contribuição para o inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)*. Como se deduz do seu título, a dissertação volta-se à situação sociolinguística entre os Asuriní do Tocantins e é uma contribuição para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Em seus

objetivos, a autora propõe fazer a descrição sobre a situação do uso das línguas Asuriní e portuguesa, além da descrição da situação de transmissão da língua Asuriní, considerada uma língua em adiantado grau de obsolescência. O trabalho foi realizado nos anos de 2009 e 2010, buscando as informações através de entrevistas e observações com diversos membros da comunidade, tanto mulheres como homens de diferentes idades, e objetivava chegar o mais próximo possível da realidade observada e conhecer de perto como está sendo o uso da língua indígena e o uso da língua portuguesa. A partir da aplicação de questionários com perguntas orais e ainda com testes de leitura e escrita com relação ao grau de proficiência em língua Asuriní, a pesquisa conclui que a maioria da população desta comunidade é falante de língua portuguesa como L1. Segundo a pesquisa, poucos Asuriní têm interesse em transmitir a língua indígena aos filhos, até porque os pais ou responsáveis falam razoavelmente a língua portuguesa, o que dificulta o repasse de conhecimentos da língua indígena e, conseqüentemente, todo o processo de aprendizagem desta última. A autora registra que poucas crianças aprendem a língua materna, e quando aprendem isso se dá geralmente com as avós e com os avôs. Nesse caso específico, é necessário pensar e refletir sobre essa situação, é preciso que haja alguém ou alguma instituição que possa incentivar uma política linguística que valorize a língua indígena para que ela seja ensinada e usada como primeira língua. Uma questão muito importante observada e compreendida como resultado de pesquisa é que ainda há membros da população que falam a língua, mas acabam ensinando aos filhos a língua portuguesa, o que leva ao risco de desaparecimento da língua indígena.

Braggio (2002) trabalhou sobre as “Políticas e direitos Linguísticos dos Povos Indígenas Brasileiros”. A autora escreve sobre os direitos linguísticos dos povos indígenas e inicia apresentando um panorama da questão desde a chegada dos colonizadores até os dias de hoje. Segundo ela, muitas das línguas indígenas existentes no Brasil antes da chegada dos europeus desapareceram ou foram extintas, restando poucas línguas vivas em alguns grupos indígenas em alguns estados do Brasil. A partir dessa descrição, a autora apresenta quadros com os números de línguas indígenas nos estados brasileiros. Observa-se que poucos estados concentram os maiores números de línguas indígenas existentes e vivas e a maioria dos estados registram poucas línguas indígenas, havendo ainda vários estados em que elas nem existem. Com o desaparecimento de muitas línguas indígenas no Brasil, é fundamental apontar que uma das formas do governo efetivar as políticas linguísticas para o resgate dessas línguas tem sido a educação escolar indígena estabelecida pela constituição de 1988, que garante que elas sejam incluídas, ensinadas e resgatadas para continuarem vivas (Braggio 2002, 134). É por meio desse documento oficial que muitas minorias indígenas existentes em várias regiões do Brasil vêm resgatando suas línguas, que foram proibidas em tempos anteriores.

No artigo intitulado “Pesquisa Sociolinguística em Projetos de Educação, Vitalização de Línguas e Culturas: relatos Sociolinguísticos iniciais dos Avá-Canoeiro de Minaçú”, Braggio (2003) fala sobre como a perda de línguas indígenas vem sendo bastante acelerada nos últimos tempos. Para a autora, os pesquisadores linguistas que acompanham e se preocupam com os casos de perdas de línguas indígenas apontam alguns argumentos para que as línguas indígenas possam continuar vivas e para que o povo continue utilizando a sua língua materna. No artigo, é apontado ainda que existiam várias línguas indígenas e que foram desaparecendo ao longo do tempo por força da colonização e da escravização dos povos indígenas. Fica claro que a primeira razão “para o desaparecimento de uma língua é a extinção de seu povo. Isso aconteceu de forma drástica com povos indígenas nas Américas no período da colonização” (Braggio, 2003, 115). Albó (1988, 1999 *apud* Braggio 2003, 114), ela afirma fortemente “que a perda de uma língua significa ‘morte’ de um povo”. Acontece que no decorrer do tempo muitas línguas que foram desaparecendo viram também o desaparecimento dos povos que as falavam. Como mostra o texto, o povo Avá-Canoeiro passou por uma situação muito difícil no período da colonização, pois foram escravizados e massacrados pelos colonizadores. Dado esse contexto, houve uma redução bastante alta do número de pessoas desse povo. No entanto, nesse caso, mesmo depois dos acontecimentos e de muitas brigas com os brancos, o povo mostrou que não quer ser exterminado, especialmente, com relação à língua que precisa ser repassada aos seus filhos, ou seja, para a nova geração que vem nascendo, o que foi um ponto positivo.

Alencar (2022), realizou a pesquisa sobre a situação sociolinguística intitulada *A língua Ye'pá Mahsã como Linguagem e prática Social: Inter-relação entre Língua, Cultura e Diversidade Sociocultural na sede do Distrito de Taracú, São Gabriel da Cachoeira-AM*. Como o próprio título deixa claro, o foco principal da pesquisadora é analisar a importância dessa língua indígena nas inter-relações entre a língua, a cultura e a diversidade sociocultural na comunidade indígena do distrito de Taracú no Rio Waupés, afluente do Alto Rio Negro. Para que o trabalho fosse realizado, a autora fez uma longa jornada, realizando uma viagem para chegar ao local, no ano de 2021. Assim, como os outros autores, Alencar também elaborou questionários para buscar informações com professores e lideranças da comunidade. Em geral, a pesquisa foi desenvolvida com a participação efetiva de diferentes faixas etárias da população com foco na identificação do grau do uso da língua. A autora registra ainda o uso do caderno de campo para anotar algumas observações sobre o que achou o mais conveniente e importante relacionado à pesquisa. Ao investigar o perfil dos docentes, a autora registra que os professores são indígenas contratados através de processo seletivo, têm formação nas áreas específicas em que atuam, são formados em cursos convencionais, objetivam contribuir com os alunos a conhecer suas culturas, suas línguas e os conhecimentos tradicionais de seus povos; trabalham numa estrutura

física escolar doada pela Diocese, construída pelos missionários e que está sendo alugada pela Secretaria de Educação do Estado – SEDUC. Segundo Alencar (2022, 111)

As crianças da Educação Infantil chegam à escola falando a Língua Portuguesa, porque é a língua que os pais falam com eles nas suas casas, segundo me informou Yu'sio, uma das professoras da Educação Infantil. Isso significa que a língua indígena passa a ser a segunda língua delas, o que prejudica muito todo o processo de formação linguística na língua indígena, mesmo tendo como contexto social o fato de a língua indígena ser amplamente falada na comunidade investigada. Percebe-se o esforço individual da docente para a preservação linguística da língua Yepá-Mahsã nessa fase inicial de formação escolar.

Um dos resultados desta pesquisa mostra que os professores que trabalham nesta escola são bilíngües, mas usam fortemente a língua portuguesa para ministrarem suas aulas, principalmente na etapa final do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Dessa forma, a responsabilidade de ensinar a língua indígena fica para os pais no ambiente doméstico. Sobre a leitura e a escrita, a autora avalia que são feitas em língua portuguesa, nos momentos de elaborar documentos como relatórios, atas de reunião, encontros, entre outros; apesar de a autora registrar que as pessoas são falantes de línguas indígenas e que discutem em suas línguas. Esse contexto evidencia que a língua portuguesa é muito forte. A escrita das línguas indígenas é considerada menos importante, quando comparada com a escrita da língua portuguesa. Esta última sempre teve o domínio, principalmente na escola, mas hoje existem docentes que participaram do magistério indígena e licenciaturas interculturais e são a maioria. Estes aprenderam e aprendem a escrever com mais eficiência em línguas indígenas e hoje são os maiores responsáveis por ensinar os estudantes nas escolas indígenas com o objetivo de deixar as línguas indígenas vivas para as gerações futuras.

A língua Baniwa, na comunidade de Castelo Branco, ainda continua viva e falada pela população – crianças, jovens e adultos –, mas a Língua Portuguesa também ganha espaços fortes, na atual geração. D'Angelis (2014, 4-5) afirma que:

Um fator importante para a vitalidade das línguas é a existência, ou não, de uma tradição escrita. Compreender e aceitar isso não significa dizer que tradição escrita é superior, ou melhor, ou mais importante que tradição oral. Significa, apenas, compreender em qual mundo e em que tipo de relações situam-se as comunidades indígenas minoritárias com respeito à sociedade nacional brasileira hoje, na qual, uma das razões da força da língua majoritária está nas possibilidades de seu uso escrito. A escrita e a leitura são ferramentas que contribuem muitíssimo para a

disseminação de conhecimentos e para a construção da imagem social de pessoas e comunidades. Além disso, as “exigências” colocadas aos falantes, pela prática cotidiana da escrita, representam desafios que contribuíram decisivamente, em muitas sociedades, para o maior desenvolvimento e enriquecimento das capacidades expressivas de suas línguas.

Como foi dito pelo autor acima mencionado, é muito importante a existência da escrita em uma língua para sua vitalidade dentro de uma comunidade indígena, haja vista o espaço garantido à Língua Portuguesa escrita. A escrita e a leitura são partes fundamentais para uma língua, pois é através delas que se garante igualdade com a Língua Portuguesa. Na comunidade Castelo Branco, como será apresentado no capítulo 7, a língua indígena Baniwa tem ganhado espaço de aprendizagem escrita através da escola, enquanto a oralidade tem seus espaços nos ambientes fora da escola em diálogos entre as pessoas.

D’Angelis (2014) considera uma série de critérios para a classificação da vitalidade linguística. Começa por considerar o “critério quantitativo”, o número de falantes. Sob esse critério, qualquer língua com menos de 100.000 falantes é considerada como ameaçada de extinção e, portanto, a língua Baniwa também seria assim classificada. A este critério, D’Angelis (*Op. Cit.*, 3) adiciona a “capacidade reprodutiva” que segundo o autor:

são elementos da situação sociolinguística, entre outros: a relação entre o número de falantes nativos da língua e o número total de membros da comunidade da qual aquela língua é o idioma dos ancestrais; a relação entre falantes nativos da língua e faixa etária; a relação entre falantes nativos da língua e sexo dos falantes; a existência ou não de práticas de leitura e escrita na língua em questão; a relação entre contextos sociais e usos linguísticos, etc.

A presente pesquisa busca verificar vários desses fatores em uma comunidade específica. É, a partir desses critérios que afirmo que a língua Baniwa, na comunidade Castelo Branco, ainda está sendo fortemente usada no dia a dia pela população. Por outro lado, os dados da pesquisa sugerem que é uma língua que começa a se enfraquecer, devido a alguns pais que se comunicam com seus filhos principalmente na Língua Portuguesa. Caso essa prática continue e se expanda entre o povo Baniwa, a língua pode ser extinta futuramente. Esta discussão sobre vitalidade será importante para a análise dos dados apresentada no capítulo 7.

Como pode ser visto neste capítulo, há um corpo de trabalhos desenvolvidos no Brasil sobre a sociolinguística de línguas indígenas. No geral, estes trabalhos optam por coleta de dados sobre a percepção dos falantes a respeito do uso das línguas e, especialmente, sobre a sobreposição

das línguas indígenas e da língua portuguesa. Todos os trabalhos consultados aplicaram questionários estruturados que serviram de base para a presente pesquisa. Embora não tenha sido problematizado, também nos baseamos em conceitos como L1, espaços de uso das línguas, bilinguismo, bilinguismo assimétrico, etc., presentes nos trabalhos acima referidos. Por fim, cabe lembrar apenas que o trabalho de Gonçalves (2018) também foi considerado como referencial teórico, mas optamos por não descrevê-lo novamente neste capítulo.

6. Metodologia da Pesquisa

Na presente dissertação, entende-se que a coleta de dados junto aos/com os participantes é uma parte da ciência fundamental para a pesquisa e, somente através dessa metodologia, o pesquisador poderá desenvolver os seus trabalhos. É também através do trabalho de levantamento de dados que o estudante-pesquisador vai conhecer e acercar-se da realidade sobre um determinado objeto de estudo que pretende compreender. No entanto, não é apenas a coleta de dados que constitui a pesquisa, é necessário que haja outros procedimentos metodológicos de pesquisa como, por exemplo: observações durante o trajeto ou deslocamento até a comunidade de interesse, observações durante o trabalho em campo, organização dos dados, análise dos dados, etc.

Antes de partir para a pesquisa de campo foi pensado como seriam os métodos para chegar ao objetivo, o que levou à revisão do projeto de pesquisa e, posteriormente, à elaboração dos questionários para as entrevistas presenciais, sendo que os questionários foram baseados em trabalhos de outros autores como Aquino (2010) e Oliveira (2019). O questionário elaborado foi apresentado ao orientador e revisado conjuntamente. Esse processo resultou no desenvolvimento de um questionário padronizado (cf. Apêndice 2) para a realização de entrevistas com os moradores da comunidade Castelo Branco. Todas as entrevistas eram gravadas com o celular *Samsung J2*, para contar como material de apoio no caso de dúvidas no momento da organização dos dados. Com esse mesmo aparelho celular, foram também registradas fotos do trabalho com alguns participantes e de alguns aspectos da comunidade.

O planejamento inicial da pesquisa em campo foi feito com a supervisão do orientador e considerou critérios utilizados em pesquisas sociolinguísticas (Cruz, 2004)²⁶. Como a comunidade Castelo Branco é composta de apenas 160 pessoas, aproximadamente, adaptou-se o quantitativo de entrevistados para a sua realidade. Ainda assim, em princípio, pensava-se na aplicação dos questionários a um total de 48 pessoas adultas, conforme o Quadro XII.

Quadro XII – Planejamento da Aplicação de Questionários segundo os critérios de inclusão				
	Gênero			
	Homens		Mulheres	
	Escolarizado	Não Escolarizado	Escolarizada	Não Escolarizada
18 a 40 anos	04	04	04	04
41 a 60 anos	04	04	04	04
Acima de 60	04	04	04	04

²⁶ O trabalho é referência para pesquisas sociolinguísticas no Amazonas e no Brasil, fazendo parte do ASLIB.

anos				
Total	12	12	12	12

A observação do quadro acima mostra que os questionários foram inicialmente pensados para contrastar a variável escolaridade. No entanto, no momento da aplicação dos questionários, não foi possível encontrar colaboradores não escolarizados. De fato, pode-se concluir que esta comunidade não conta mais com uma população não escolarizada, tendo registrado apenas um colaborador. Outras questões na aplicação também levaram a modificações nos quantitativos planejados inicialmente, chegando-se ao quadro XIII abaixo.

Quadro XIII – Perfil dos participantes da pesquisa				
	Gênero			
	Homens		Mulheres	
	Escolarizado	Não Escolarizado	Escolarizada	Não Escolarizada
18 a 40 anos	07	0	06	01
41 a 60 anos	03	0	04	0
Acima de 60 anos	01	0	0	0
Total	11	0	10	01

Durante minha estada em campo, estive buscando colaboradores falantes da língua Baniwa conforme a divisão por faixa etária. Foram buscadas pessoas mais velhas (geralmente, pais, mães e avós), pessoas de meia idade (os filhos maiores de uma família) e pessoas mais jovens (que se encaixam no perfil de 18 a 40 anos).

Durante a entrevista, o comportamento do colaborador era sempre considerado, pois entende-se que é muito importante observar o comportamento do entrevistado durante a realização do trabalho, suas reações a cada pergunta e suas manifestações sobre aquilo que será respondido nas perguntas. Essas pistas não verbais podem ser importantes para analisar os dados que serão emitidos na pesquisa.

Apesar de ser indígena Baniwa, conhecedor e morador daquela região, além de ser professor nas comunidades daquele trecho do rio, considero que tive uma postura adequada e responsável durante a condução das entrevistas, com competência, verificando os dados objetivos que foram coletados. Desta forma, busquei alcançar os objetivos do trabalho e verificar a situação sociolinguística da LB da comunidade de Castelo Branco, médio Rio Içana I, onde vivem os povos falantes nativos dessa língua.

Marquei a minha postura como pesquisador durante a realização do trabalho de pesquisa, apesar de ser morador e conhecedor, como dito anteriormente, tanto na execução da pesquisa quanto na escrita dos resultados. Digo que desta forma me situo, em alguns momentos, como pesquisador e não como participante, pensando uma forma de colocar isso como resultados e de pensar dentro de uma área da linguística a partir de referenciais externos à comunidade. Nesse sentido, a minha preferência, em um primeiro momento, foi buscar informações com os participantes e não considerar apenas minha forma de ver a questão.

Sobre a constituição do questionário, cabe lembrar que foi elaborado conjuntamente com o orientador e que considerou pesquisas prévias como Aquino (2010), Abreu (2012), Oliveira (2019) e Alencar (2022)²⁷. O questionário é composto por sessenta e quatro (64) questões que vão desde dados de identificação como: “nome”, “nome em língua indígena”, “idade”, “local de nascimento”, “etnia” até as perguntas sobre os espaços de uso da língua, grau de fluência e avaliação sobre as línguas.

A viagem para a realização de pesquisa em campo ocorreu no dia 19 de maio de 2022, partindo do Município de São Gabriel da Cachoeira de passagem²⁸ com moradores da comunidade Castelo Branco, destino final da viagem. A viagem pelo rio demorou três dias e meio, utilizando a canoa de madeira e motor 15 HP. Ao chegar na comunidade, fui ao centro comunitário, onde repassei informações importantes, esclarecendo o meu trabalho como pesquisador e os objetivos da estada naquela comunidade. Os comunitários já estavam cientes, pois alguns meses antes eu havia pedido autorização para realizar a pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Amazonas – PPGL/UFAM.

A aplicação dos questionários na comunidade foi realizada entre os dias 23 de maio de 2022 e 15 de julho de 2022. Realizei busca ativa de colaboradores na comunidade, junto às famílias, visando chegar aos números totais do planejamento inicial, o que acabou se mostrando impossível. Cabe ressaltar que a escolha da comunidade de Castelo Branco (Poperiana em língua Baniwa) se deu por considerar que há um número grande de famílias e por considerá-la como uma comunidade de população mais elevada. Nessa comunidade, encontram-se falantes Baniwa e alguns falantes de outras línguas indígenas da mesma região do alto Rio Negro. Assim como a sua população, seu número de alunos também é elevado, para o contexto local, havendo escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, como descrito anteriormente.

27 Além desses, foi ainda considerado um questionário desenvolvido pelo orientador do trabalho e aplicado no curso de Pedagogia Intercultural em São Paulo de Olivença.

28 Embora não haja linhas comerciais para a comunidade, é possível pagar um valor e viajar na embarcação de famílias ou de particulares, o que chamamos “passagem”.

As entrevistas foram realizadas com homens e mulheres, como dito anteriormente, considerando ainda a faixa de idade definida. Foram esclarecidos os procedimentos e os objetivos da pesquisa, com transparência, deixando a critério do colaborador a escolha do local das entrevistas, considerando sempre onde eles pudessem se sentir melhor. Dessa forma, algumas entrevistas foram feitas nas casas dos participantes e algumas na minha residência. Durante as entrevistas, sempre começava a minha introdução falando para o entrevistado sobre os meus objetivos, sobre como a pesquisa começou, quando começou e quando ia terminar, além de falar da importância e sobre possíveis usos futuros. Durante essa parte, buscava conscientizar os colaboradores para um melhor entendimento do trabalho. Após essa conversa, solicitava de cada um a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (cf. Apêndice 3).

Ainda sobre a condução das entrevistas, é importante enfatizar que durante elas sempre procurei esclarecer ao máximo as questões, de forma que houvesse entendimento pelos participantes e que esses pudessem responder as perguntas. Eu sempre iniciava os questionários em Língua Portuguesa, mas, como sou falante nativo da Língua Baniwa, fazia a tradução de algumas perguntas, sempre que necessário, de forma a facilitar o entendimento e compreensão do participante da pesquisa nas suas respostas. Ainda assim, vejo que houve pessoas que não chegaram a compreender claramente algumas questões e preferiram não responder algumas perguntas, como será observado na análise dos dados.

Após a aplicação dos questionários, foi realizada a tabulação dos dados em excel (.xls). Essa tabulação foi feita sob orientação e, para um tratamento uniforme dos dados, foram criados critérios para a sua interpretação e para a sua conversão em caracteres numéricos. Por exemplo, em respostas polares (“sim ou não”) o sim é interpretado como 1 e o não é interpretado como zero. Essas interpretações foram registradas como uma planilha que servia de orientação para cada uma das respostas e sobre como interpretá-las no momento da tabulação. As análises dos resultados da pesquisa são apresentadas no próximo capítulo.

Após essa tabulação, foi solicitada uma análise estatística básica dos dados obtidos, realizada por Gabriel Verçosa. Em alguns casos, foram ainda solicitadas análises específicas para observar correlações como, por exemplo, se os falantes de Nheengatu estavam relacionados a pai ou mãe Baré. Com as análises estatísticas básicas prontas, passou-se à análise e discussão dos resultados, o que é apresentado no capítulo seguinte.

6.2. Sobre as categorias do questionário

Como será observado no capítulo seguinte, durante a tabulação e análise dos dados, optou-se por agrupar as respostas iguais para permitir generalizações e a própria análise. Nesse caso, observaram-se sempre as categorias iniciais apresentadas aos entrevistados e as categorias que

apareciam nas respostas. Foi a partir da consideração dessas categorias estimuladas e espontâneas que se chegou aos agrupamentos apresentados no capítulo 7.

De maneira geral, as categorias são autoexplicativas e fáceis de serem agrupadas, por exemplo, no caso de perguntas sim e não. Da mesma forma, o agrupamento de idades é fácil e considerou intervalos de 10 anos, com exceção dos intervalos “mais de 66” e “18 a 25 anos”, o que é delimitado por escolhas da pesquisa nesse último caso (não entrevistar menores de 18 anos) e pela realidade do campo (apenas uma ocorrência de maior de 66 anos). Os casos em que consta “sem resposta” e “não se aplica” também estão delimitados pela realidade da pesquisa. Por outro lado, há categorias que não são tão óbvias e que explicaremos melhor nessa seção do trabalho, mas é importante aclarar que não detalharemos todas as categorias, apenas as consideradas necessárias para o entendimento das análises.

No caso das perguntas sobre etnia (Q5, Q7 e Q9), tratava-se de perguntas abertas, e o agrupamento, em todos os casos, foi feito a partir das respostas dos entrevistados. Não houve, portanto, qualquer risco de indução das respostas. Cabe ressaltar que a questão era aberta porque a região é conhecida por ser multiétnica e não prevíamos de antemão quais seriam as respostas.

A Q14 também era uma questão aberta e se observou pouca diversidade na resposta, de forma que foi bastante fácil agrupar os conjuntos para a análise. Cabe mencionar ainda que muitos indígenas se identificam como agricultores por ser essa uma ocupação registrada inclusive para se ter acesso a benefícios sociais. Afora esta categoria, apareceram apenas mais duas, como será visto adiante.

Todas as questões (Q16 a Q22) sobre a escolaridade das pessoas também foram formuladas como perguntas abertas, embora algumas, como Q20, trouxesse as opções na própria pergunta, levando o entrevistado a optar por uma das duas respostas. Todas as respostas foram agrupadas no momento da tabulação dos dados, gerando os gráficos apresentados no capítulo 7.

As questões sobre as línguas de domínio do entrevistado (Q23 a Q42) eram as mais estruturadas, em sua maioria fechadas, ou seja, com opções prévias para o entrevistado escolher ou avaliar. Havia, claro, algumas perguntas que mesmo com opções pré-definidas ainda possibilitavam a inserção de novas categorias, caso fosse necessário. De especial interesse são as perguntas em que consideramos as “situações”. Nesses casos, podem ser interpretadas da seguinte forma:

- Casa: ambiente doméstico em que a pessoa habita com seus familiares, sejam filhos, irmãos, pais, avós, etc;

- Escola: ambiente de instrução formal e marcado pelo convívio com pessoas fora do ambiente familiar, embora membros da família possam estar presentes;
- Trabalho: ambiente de trabalho formal, não considerados os trabalhos agrícolas, a pesca, etc; considerou-se o caso de trabalhos como professor, agente de saúde, líder de associação, etc.;
- Atividades cotidianas da comunidade: ambiente marcado pela conjugação do convívio intra e extra-familiar, consideraram-se atividades como pesca, caça, coleta de frutas, roçado ou coleta na roça, etc.;
- Situações formais: ambiente extra-familiar, consideraram-se as reuniões e assembleias, por exemplo;
- Fora da comunidade: ambiente não familiar, considerou-se qualquer comunidade que não fosse Castelo Branco, podendo ser da mesma etnia ou não;
- Atendimento de saúde: ambiente não familiar, marcado pela presença de não indígenas, considerou-se o atendimento dentro da comunidade;
- Igreja: ambiente religioso, marcado pela presença de pessoas não familiares, consideraram-se a igreja da comunidade e as atividades nela desenvolvidas;

Infelizmente, no momento da formulação do questionário, não houve a diferenciação entre a escrita e a leitura, havendo apenas questão sobre a primeira. Dessa forma, assume-se que as questões sobre escrita podem também ter englobado a percepção sobre a leitura, mas enfatiza-se que a aplicação do questionário evidenciou sempre a escrita.

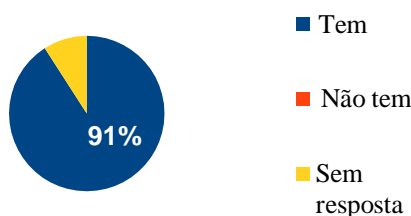
Há ainda questões de avaliação sobre as línguas da comunidade que abrangem perguntas fechadas e abertas. [Vale notar que mesmo sendo uma pergunta aberta, a Q45 é composta de poucas categorias. Categorias qualitativas como “bom” e “ótimo” foram usadas, mas sempre eram acompanhadas de explicação. Da mesma forma, há uma questão que utiliza o termo “bonita”, mas admite-se a subjetividade da questão.

7. Análise dos dados

No presente capítulo, são apresentadas as análises dos resultados dos 22 questionários aplicados na comunidade Castelo Branco. As questões são analisadas individualmente e são apresentados ainda alguns comentários sobre questões que nos parecem relacionadas ou que podem elucidar temas de interesse da pesquisa. As 64 questões formuladas nessa pesquisa tinham como objetivo estabelecer um perfil da comunidade e compreender o estado de vitalidade do uso da língua Baniwa, assim como algumas dinâmicas do uso de outras línguas na comunidade. Na continuidade, apresenta-se a discussão de cada um dos gráficos²⁹ obtidos a partir da análise das respostas dos sujeitos entrevistados.

7.1. Dados básicos e de identificação.

Q2 - Tem nome em Língua Indígena?

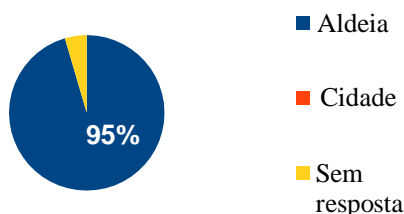


A primeira questão buscava apenas identificar os entrevistados e não foi considerada na análise. Sobre a Q2³⁰, 91% dos entrevistados afirmaram ter nome em língua indígena, o que mostra uma preservação de um traço cultural importante, uma vez que o desaparecimento dos nomes indígenas costuma ser interpretado como expansão da influência da sociedade envolvente nas sociedades indígenas. Cabe dizer que não houve nenhum entrevistado que respondesse que não tem nome indígena e, nos 2 únicos casos que não se registrou resposta positiva para a questão, são pessoas que não responderam a essa questão. A não resposta pode estar relacionada à falta de entendimento da pergunta. No geral, o Baniwa recebe o nome na língua indígena dado pelos próprios pais e carrega esse nome consigo. Por outro lado, há que se observar que hoje em dia é muito comum se identificarem pelo nome não indígena, o que era o objeto de interesse da Q1. De fato, todos os entrevistados se identificaram com nome não indígena na Q1.

²⁹ A análise estatística dos dados foi realizada por Gabriel Verçosa.

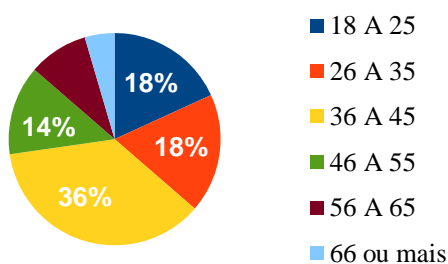
³⁰ As questões serão referidas sempre com o Q e o número correspondente no Roteiro de Pesquisa, conforme Apêndice II.

Q3 - Nasceu na aldeia ou na cidade?



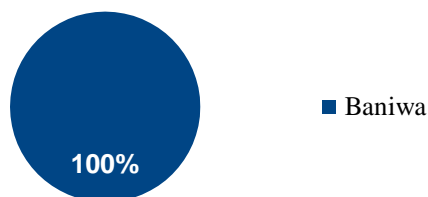
95% dos entrevistados afirmaram ter nascido na comunidade, provavelmente, na própria comunidade de Castelo Branco, como poderá ser visto em Q10 e em Q11. De fato, assim como no caso anterior, não há respostas negativas, registrou-se apenas uma ausência de resposta para a Q3. Considerando os números absolutos, dos 22 entrevistados, apenas 1 não respondeu a questão.

Q4 - Qual a sua idade?



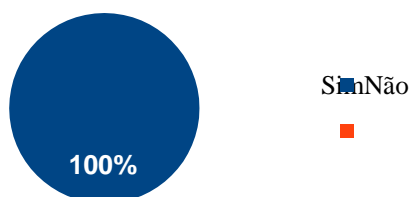
A ideia inicial da pesquisa era contar com o mesmo número de sujeitos por faixa etária. No entanto, como apresentado no capítulo 4, não foi possível obedecer aos critérios iniciais da pesquisa. Das 22 pessoas que responderam à Q4, 18% dos entrevistados tinham idades entre 18 e 25 anos, 18% dos entrevistados tinham idades entre 26 a 35 anos, 36% dos entrevistados tinham idade entre 36 e 45 anos (o grupo mais representativo na amostra), 14% tinham idades entre 46 e 55 anos e 9% dos entrevistados tinham idades entre 56 e 65 anos. Registrou-se apenas 1 pessoa (5% da amostra) com mais de 66 anos. Observa-se que há um equilíbrio entre as faixas de 18 a 35 anos (agrupamento das 2 primeiras faixa etárias) e a faixa de 36 a 45 anos. Somando-se as 3 primeiras faixas, obtém-se 72% da amostra ou 16 dos 22 entrevistados. A análise dos dados aponta para uma população relativamente jovem na comunidade Castelo Branco.

Q5 - Qual a sua etnia?

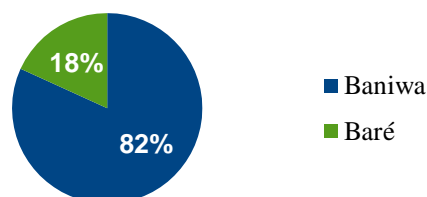


Sobre o pertencimento étnico da população de Castelo Branco, todos se identificaram como Baniwa, como pode ser visto no gráfico acima. No questionário aplicado, essa era uma questão aberta e o entrevistado poderia responder como quiser, no entanto, não houve menção a qualquer outra etnia. O pertencimento ao povo Baniwa entre os entrevistados independe da língua falada e da etnia dos pais, como se pode concluir ao comparar as respostas dadas à Q5 em contraste com as respostas dadas em Q7, Q9 e Q29.

Q6 - Seu pai é indígena?

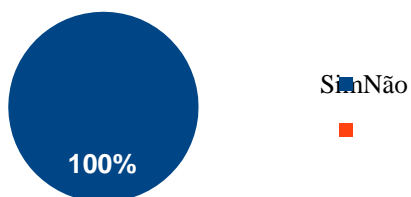


Q7 - Etnia do pai

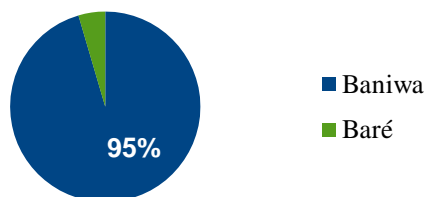


Todos os entrevistados declararam que seu pai é indígena. 82%, ou seja, 18 pessoas declararam que o seu pai pertence à etnia Baniwa e outros 18% dos participantes afirmaram que os seus pais pertencem à etnia Baré. Apesar de todos os participantes da pesquisa terem declarado que nasceram na comunidade Castelo Branco, o fato de haver pais da etnia Baré indica que seus pais ou antecedentes vieram de outras regiões para aquela comunidade, onde contraíram matrimônio com mulheres Baniwa e formaram suas famílias. Nessa comunidade, conforme as respostas dos entrevistados, não há pais que são da etnia Tukano e nem da etnia Koripako, o que era esperado inicialmente na pesquisa. Há uma diferença entre pessoas da etnia Baniwa, quando se comparam as respostas sobre a etnia do pai e sobre a etnia da mãe, havendo um maior número (18%) de pais da etnia Baré do que de mães (5%).

Q8 - Sua mãe é indígena?

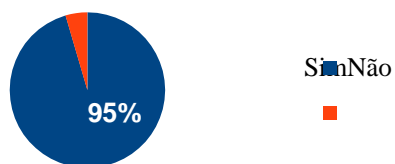


Q9 - Etnia da mãe

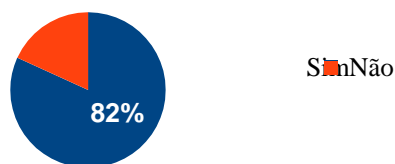


Todos os que participaram das entrevistas afirmaram que as suas mães são indígenas, seguindo o que afirmaram sobre seus pais. Pode-se inferir que naquela comunidade não há pessoas não indígenas. No gráfico de Q9, 95 % das pessoas afirmaram que as suas mães pertencem à etnia Baniwa, sendo a etnia majoritária e esperada na comunidade e na região. Apenas 1 pessoa (5%) afirmou que sua mãe pertence à etnia Baré. Nenhum dos entrevistados afirmou que sua mãe é da etnia Tukano ou Koripako, diferentemente das hipóteses iniciais estabelecidas na pesquisa.

Q10 - Sempre morou nessa aldeia?



Q11 - Já morou em outra aldeia?

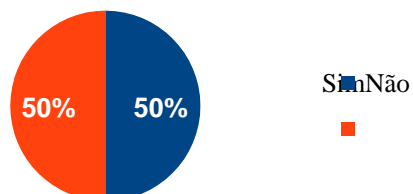


As respostas registradas para Q10, Q11, Q12 e Q13 devem ser analisadas em conjunto, pois há divergências nas respostas. Ao mesmo tempo que 95% das pessoas entrevistadas informaram ter levado suas vidas sempre na mesma comunidade, 82% informaram já haver morado em outra comunidade, 50% informaram já haver morado na cidade e 9% informaram ter vivido no internato. Se considerarmos a resposta dada em Q10, apenas 1 pessoa teria tido a oportunidade de morar em outros lugares. Se considerarmos as respostas em Q11, 82% das pessoas que foram entrevistadas (18 pessoas) relataram que moraram em outras comunidades.

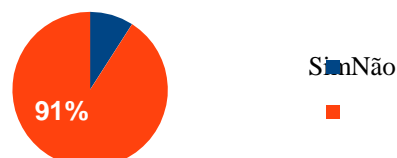
A aparente incongruência entre as respostas em Q10 e em Q11 pode ser justificada por várias situações. Muitas vezes uma pessoa precisa realizar visitas aos parentes que ficam distantes, outras vezes sai para visitar os seus filhos ou filhas que se casam e formam suas famílias em outras comunidades. Algumas dessas pessoas podem ter se deslocado para ter acesso à educação e assim acabaram morando em outras comunidades. Talvez as pessoas tenham a sensação de que não abandonaram a comunidade, ou seja, sempre moraram em Castelo Branco, porque mesmo passando temporadas em outros locais, fazem visitas periódicas à sua comunidade, que é

o seu local de referência. Pesquisas posteriores devem investigar essas variáveis considerando dinâmicas próprias e a sazonalidade de alguns deslocamentos.

Q12 - Já morou na cidade?



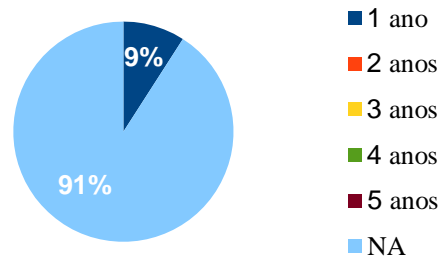
Q13 - Você viveu no internato?



Sobre Q12, 50% dos entrevistados, ou seja, 11 pessoas falaram que já moraram na cidade. Como foi dito acima sobre os gráficos anteriores, a questão se justifica por vários motivos. Provavelmente, essas pessoas foram obrigadas a se deslocar e morar na cidade, principalmente para terem acesso à escola no Ensino Médio, para acompanhar seus filhos durante seus estudos ou ainda podem ter se deslocado por longos períodos para tratar de questões de saúde. Esses deslocamentos devem ter ocorrido apenas por um período bem delimitado, tendo as pessoas retornado para seguirem suas vidas na comunidade.

As respostas para Q13, por sua vez, mostram claramente que o internato parece não ter tido influência para as pessoas que hoje vivem na comunidade, pois 91% dos entrevistados não tiveram acesso ao internato. Segundo a informação dos entrevistados, o internato surgiu e acabou antes de a maioria dessas pessoas poderem ter acesso a ele. Apenas 2 pessoas viveram na época do internato ou tiveram oportunidade de participar dos seus processos de funcionamento, principalmente relacionados aos estudos. É possível, entretanto, que a missionarização evangélica possa ter concorrido para que líderes e pais passassem a pensar que não era bom estudar nessas escolas, uma vez que os conhecimentos adquiridos no internato não eram adequados aos objetivos da nova missão e não serviam para uma comunidade evangélica. Os missionários evangélicos podem ter apresentado resistência às escolas que pertenciam à religião católica. Na minha experiência, observei que havia muitas críticas por parte das pessoas da comunidade em relação ao meu pai, por ter deixado que eu saísse para estudar em Assunção do Içana no colégio Salesiano, ligado à religião católica.

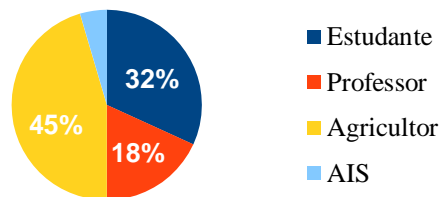
Q13a - Tempo que viveu no internato



E mesmo as pessoas que chegaram a viver no internato viveram por pouco tempo na instituição, como evidenciado pelas respostas em Q13a. Conforme se pode ver no gráfico acima, as 2 pessoas que viveram no internato declararam haver morado na instituição por apenas 1 ano.

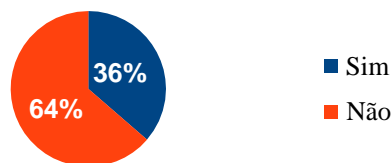
7.2. Profissão

Q14 - Profissão



Ainda que feita uma questão aberta sobre a profissão, registraram-se apenas 4 respostas. Estudante representa 32% das respostas, mas deve ser considerada uma ocupação, não se enquadrando bem como profissão; 18% dos entrevistados (4 pessoas) afirmaram que a sua profissão está relacionada à área de educação, ou seja, exercem a função de professor na escola da comunidade; 45% dos participantes da pesquisa (10 pessoas) afirmaram que são agricultores, trabalhando, principalmente, em atividades como o plantio de subsistência, para manter a sua família; 5% dos entrevistados se declara AIS, o que é esperado, pois uma comunidade normalmente conta com apenas 1 Agente Indígena de Saúde (AIS).

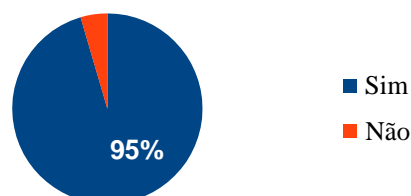
Q15 - Já trabalhou fora da aldeia?



36% (8 pessoas) dos entrevistados informaram que tiveram oportunidade de trabalhar fora da comunidade. Conforme o que é possível observar na comunidade, as oportunidades de trabalho são diversas e podem se relacionar, por exemplo, à área de educação, em várias comunidades de diferentes microrregiões daquela mesma calha de Rio e até na sede do município, principalmente no caso de pessoas que afirmaram que a sua profissão é professor. Há ainda pessoas que saem para trabalhar fora da comunidade por um curto período, muitas vezes para ajudar seus parentes em atividades como construção de casa, plantação e no sustento diário. Importante observar que a maioria, 64 % dos entrevistados, afirmou que nunca trabalhou fora da comunidade.

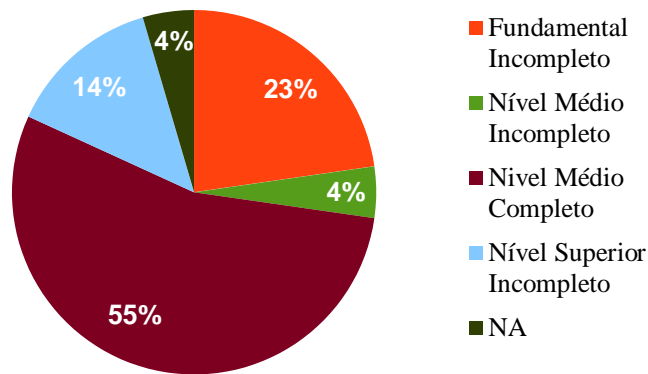
7.3. Escolarização

Q16-Frequentou a escola?



A escolarização da comunidade Castelo Branco é bastante alta, se considerado o contexto indígena. Segundo Luciano (2015), “é na região amazônica onde encontramos os indicadores de qualidade do ensino mais baixos do Brasil”. É digno de nota que 95% dos entrevistados (21 pessoas) frequentaram a escola e apenas 1 pessoa (5%) não teve contato com a educação escolar, ou seja, não teve oportunidade de estar na sala de aula para aprender a ler, a escrever, ou a buscar conhecimentos e formação para sua vida.

Q17 - Nível de escolaridade

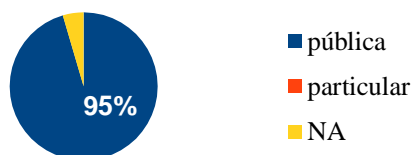


Sobre o nível escolar dos sujeitos da pesquisa, 4% (1 pessoa) não soube responder sobre o nível de escolaridade; 23% informaram que chegaram ao fundamental incompleto, o que pode variar do 1º ano até o 9º ano; não houve ninguém que registrasse ter apenas o nível fundamental completo; 4 % (1 pessoa) informou ter o nível médio incompleto; 55% dos entrevistados informaram ter o nível médio completo, o que é bem acima da média nacional de 9% de estudantes indígenas nesse nível, segundo Luciano (2015). 14% dos entrevistados (3 pessoas) informaram ter nível superior incompleto. O abandono do nível superior, inclusive em licenciaturas interculturais como a da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, pode estar relacionado às dificuldades com relação aos recursos financeiros para transporte, moradia, alimentação, etc. Diferentemente do que havia sido registrado em Q16, ninguém informou ser não escolarizado, o que coloca dúvidas sobre a informação dada anteriormente.

Q18 - Cursou o Ensino Fundamental na aldeia ou cidade?



Q19 - Tipo de instituição em que cursou o Ens. Fundamental



Sobre o local onde os entrevistados estudaram, a grande maioria, 95% ou 21 pessoas, informou que realizou o Ensino Fundamental na comunidade. De acordo com as respostas dos entrevistados, não é possível afirmar que nenhuma pessoa teve que se deslocar à escola da cidade para cursar o ensino fundamental, diferentemente do que observei ao longo da minha vida na comunidade. Como na comunidade há apenas escolas públicas, os percentuais de pessoas que estudaram o Ensino Fundamental na comunidade e de pessoas que estudaram o Ensino Fundamental em escola pública são iguais.

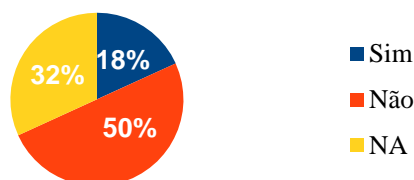
Q20 - Tipo de instituição em que cursou o Ens. Médio



Sobre a Q20, 73% dos entrevistados que participaram da pesquisa (16 pessoas) cursaram o Ensino Médio em escola pública, sendo que o curso deve ter ocorrido fora da comunidade em escolas estaduais, uma vez que o Ensino Médio só foi implementado na comunidade a partir de 2011. A maioria deles deve ter estudado na escola mais próxima de suas comunidades, onde foi implantada a escola de ensino médio há mais tempo, outros devem ter saído para estudar na

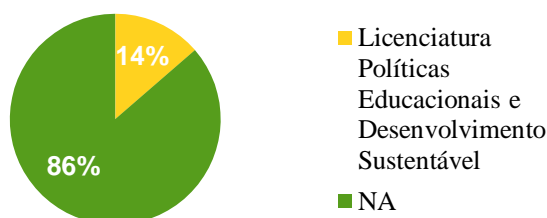
sede do município. No caso da Q20, 23% de não respostas estão relacionados com pessoas que não chegaram ao Ensino Médio, como pode ser observado na Q17, mas há 4% que devem estar relacionados a não respostas também em Q17.

Q21 - Estudou Nível Superior?



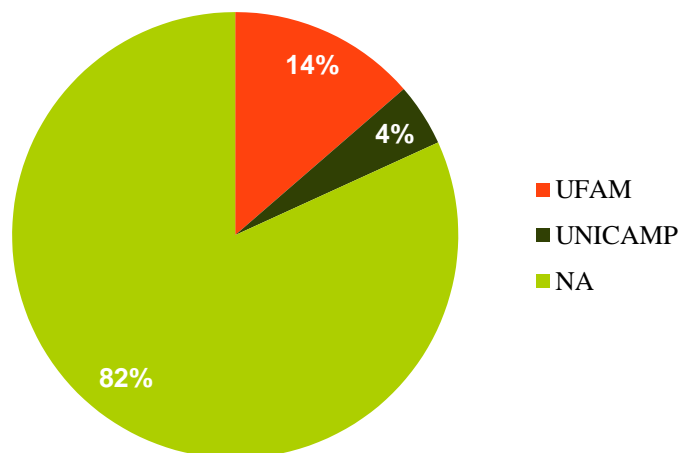
Ao serem interrogados novamente sobre se cursaram o nível superior, dessa vez 18% (4 pessoas) dos entrevistados confirmaram que tiveram acesso a esse nível educacional, sendo que em Q17 14% haviam afirmado ter iniciado esse nível de estudo. 50% (11 pessoas) afirmaram que nunca tiveram acesso ao nível superior, ou seja, nunca estudaram nas Universidades, seja por dificuldades no ingresso, por falta de vagas ou por dificuldades de acesso à inscrição para a prova do vestibular. 32% (7 pessoas) preferiram não dar respostas sobre esse nível de estudo, talvez por não compreenderem a pergunta de forma clara.

Q21a - Área de formação superior



Como pode ser visto na Q21a, todas as pessoas que tiveram acesso ao Ensino Superior fizeram o curso de Licenciatura Indígena – Políticas Educacionais e Desenvolvimento Sustentável, ofertado pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que ocorre em um ponto estratégico da região, dentro da Terra Indígena. A resposta é relevante pois evidencia a instituição e o curso que mais teve impacto na formação em nível superior na comunidade. Por outro lado, a partir dessa informação, é possível verificar o tipo de formação ofertada e pensar a política linguística desenvolvida pelos formadores e a possibilidade de impacto entre os falantes.

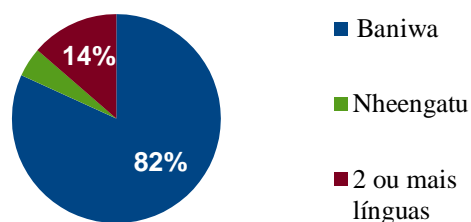
Q22 - Instituição onde cursou ensino superior



Na Q22, há uma pequena divergência com relação à Q21a, uma vez que 1 participante (4%) informou ter estudado na Unicamp. Talvez a resposta possa estar relacionada com o fato de o entrevistado não haver concluído seu curso, de forma que pode ter negado que tinha curso superior uma vez que não o concluiu. A grande maioria, 82 % ou 18 pessoas, não deu resposta, o que está relacionado ao fato de que essas pessoas não conseguiram estudar o nível superior e, por isso, não devem mesmo responder a questão. 14 % dos participantes da pesquisa (3 pessoas) afirmaram que o estudo em nível superior ocorreu na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, no Município de São Gabriel da Cachoeira numa comunidade próxima à sua comunidade, o que está de acordo com Q21a.

7.4. Perfil linguístico

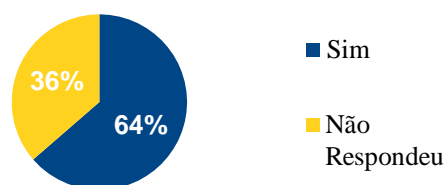
Q23 - Qual a primeira língua que você aprendeu em casa?



Sobre a primeira língua, aquela que se aprende em casa antes dos 7 anos de idade, 82% (18 pessoas) afirmaram que a língua Baniwa foi a primeira língua que aprenderam em suas casas.

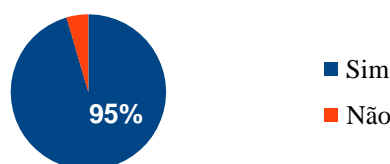
Esta é considerada a língua da comunidade Castelo Branco. 14 % (3 entrevistados) dos participantes da pesquisa informaram que aprenderam dentro de suas casas duas línguas ao mesmo tempo. No momento de sistematizar os resultados, optou-se por agrupar as respostas que consideravam 2 ou mais línguas, dado o baixo número de ocorrências. Apenas 1 pessoa (5%) informou que aprendeu em sua casa a língua Nheengatu. Não houve registro de nenhuma das outras línguas conhecidas na região, nem mesmo de línguas consideradas influentes, como é o caso da língua Tukano. A única pessoa que afirmou ter aprendido primeiro Nheengatu declarou que é filho de pai e mãe Baniwa. Das três pessoas que afirmam ter aprendido duas ou mais línguas em casa uma era filha de pai e mãe Baniwa, uma era filha de pai Baniwa e de mãe Baré e uma era filha de pai Baré e mãe Baniwa.

Q24 - Ouvia ou falava outras línguas na primeira infância?



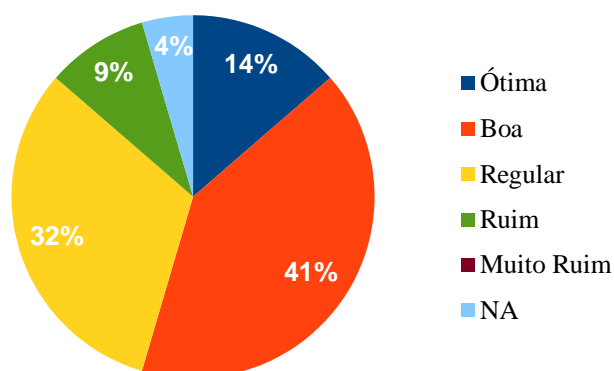
64% dos entrevistados (14 pessoas) ouviam ou falavam outras línguas durante a sua infância. É muito provável que a maioria dessas pessoas ouvia falar as outras línguas no ambiente público na sua comunidade e no ambiente escolar, pois além da língua Baniwa, que é falada pela população da comunidade, também há pessoas que falam as línguas Nheengatu, Tukano e koripako em Castelo Branco. A partir de minha vivência, posso dizer que, muitas vezes, algumas pessoas dialogam com as pessoas falantes dessas línguas, quando chegam na comunidade. Há ainda que se observar o uso da língua portuguesa, falada, principalmente, pelos não indígenas, quando chegam na comunidade. Os outros 36% (8 pessoas) dos entrevistados não deram respostas a essa pergunta. Nenhum dos entrevistados informou que não ouvia ou não falava outras línguas na infância.

Q25 - Você fala a Língua Portuguesa?



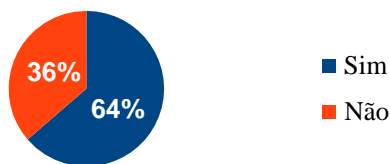
Pelas respostas em Q25, deve haver um alto número de falantes de língua portuguesa na comunidade Castelo Branco. 95% dos entrevistados (21 pessoas) confirmaram que falam a língua portuguesa, ou seja, quase todos os sujeitos da pesquisa aprenderam a língua nacional. A aprendizagem desta língua deve estar relacionada com a escola, especialmente com a sala de aula, mas é possível que algumas pessoas tenham aprendido fora do ambiente escolar, ouvindo as outras pessoas. Apenas 1 pessoa (4,5%) afirmou que nunca teve oportunidade de aprender a falar a língua portuguesa. Esse único não falante é o senhor com mais de 60 anos. Uma observação bastante interessante é que, nesta comunidade, a maioria da geração atual fala esta língua e seu aprendizado é obrigatório na escola.

Q26-Como considera a fluência emLP falada



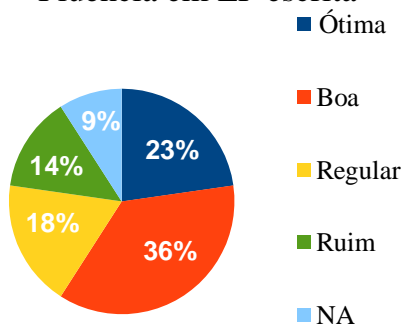
Sobre a percepção dos próprios falantes da sua fluência em LP, 41% (9 pessoas) consideram que têm boa fluência e 14% (3 pessoas) consideram que têm ótima fluência. Somados estes dois grupos, é possível dizer que a maioria dos entrevistados tem uma boa fluência (estão nos estratos mais altos do lado positivo). 32% (7 pessoas) consideram que a sua fluência em LP é regular. Não houve nenhuma pessoa que declarasse fluência muito ruim, embora haja 9% (2 pessoas) que declararam que sua fluência era ruim. 4,5% dos entrevistados (1 pessoa) não deu resposta a esta questão, o que talvez esteja relacionado à vergonha de avaliar a sua própria fala em LP. Infelizmente, não foi possível avaliar o desempenho dos entrevistados, o que deve ser feito em pesquisas posteriores.

Q27 - Escreve bem a Língua Portuguesa?



Apesar de o aprendizado da LP estar, muito provavelmente, associado ao contexto escolar, apenas 64% (14 pessoas) afirmaram que escrevem bem a língua portuguesa. Isso pode, efetivamente, estar relacionado a uma menor fluência em língua escrita, mas pode também estar relacionado com uma maior exigência dos usuários da língua com relação a sua performance em língua escrita. 36% (8 pessoas) consideram que não escrevem bem em língua portuguesa, o que poderia estar relacionado a um menor acesso ao estudo formal ou a uma escolaridade menos avançada. De fato, é importante lembrar que apenas 55% dos entrevistados afirmaram ter concluído o Ensino Médio e 14% afirmaram ter tido acesso ao Ensino Superior, números próximos do número de pessoas que afirmam ter boa fluência em LP escrita.

Q28 - Como considera a Fluência em LP escrita



Ao pedir que avaliassem seu grau de fluência em LP escrita de forma mais detalhada, 59% consideraram sua fluência como ótima ou boa, ou seja, nos 2 estratos superiores do espectro. 36% (8 pessoas) consideraram a sua fluência boa e 23% (5 pessoas) afirmaram que a sua fluência é ótima em língua portuguesa escrita. 9% dos entrevistados (2 pessoas) não deram respostas; 18% (4 pessoas) afirmaram que sua fluência em LP escrita é regular; e 14% (3 pessoas) afirmaram que a sua fluência em língua portuguesa escrita é ruim. É muito importante entender que cada participante colocou como se autoavalia em relação à escrita da língua portuguesa, mas que não houve avaliação de mostra de escrita dos usuários da língua. Por fim, é

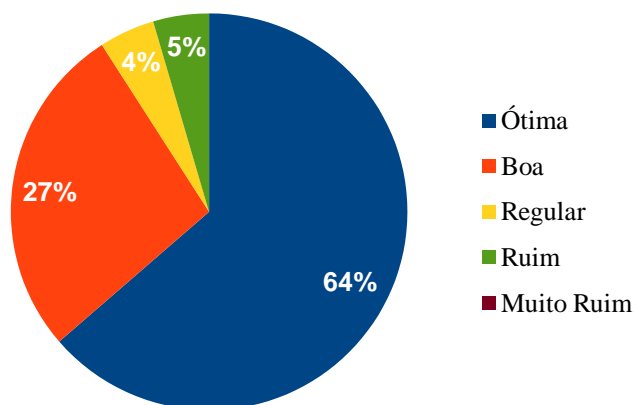
importante observar que a opção muito ruim não apareceu nas respostas, embora fosse uma das opções do questionário.

Q29 - Você fala a LínguaBaniwa?



Em Q29, 100% das pessoas que participaram da pesquisa confirmaram que falam a língua Baniwa, o que sugere que a LB está sendo praticada e tem alta vitalidade. De fato, se extrapolássemos os percentuais para toda a população, é possível sugerir que todas as pessoas da comunidade acima de 18 anos falam a LB, uma vez que nenhuma pessoa afirmou não falar esta língua. Como morador da comunidade, posso ainda afirmar que diariamente a população fala a LB entre si, com os pais, com os irmãos, com os filhos, enfim, de forma geral no espaço público. No entanto, serão feitas outras considerações mais adiante.

Q30 - Como considera sua fluênciaem LB falada

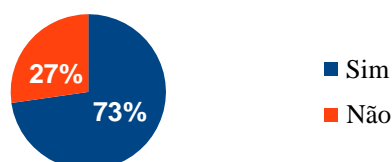


Na Q30, aparecem as diversas opções para a entrevistada ou o entrevistado avaliar sua fluência em LB falada. Não houve registro de respostas que considerassem sua fluência muito ruim,

4,5% (1 pessoa) afirmou que sua fluência é ruim e 4,5% (1 pessoa) afirmou que sua fluência é regular. Essa autoavaliação negativa de 9% é menor do que o número de pessoas que não seriam falantes nativos de LB, como pode ser visto na Q23.

27% (6 pessoas) dos entrevistados afirmaram que sua fluência é boa e os outros 64% (14 pessoas) consideraram sua fluência ótima. De fato, seria esperado que os mesmos 82% que responderam que aprenderam a LB em casa também considerassem sua fluência ótima. No entanto, o próprio processo de escolarização pode ser responsável por uma percepção negativa da fluência de uma pessoa em sua língua nativa, pois, na escola, a língua portuguesa é uma das disciplinas obrigatórias que deve ser aprendida também de forma escrita. O ensino da Língua Portuguesa pode ainda se relacionar ao prescritivismo em LB, o que pode gerar a percepção de que o falante não sabe sua própria língua.

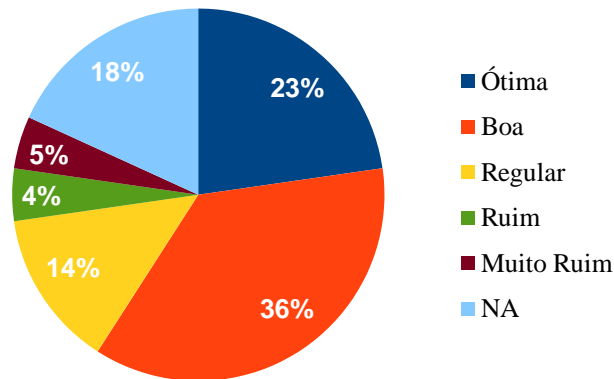
Q31 - Você escreve a Língua Baniwa?



Assim como ocorreu com a LP, a percepção das pessoas como escritoras em LB é menor do que o número de pessoas que consideram que falam a língua. No entanto, cabe notar que 73% consideram que escrevem em LB contra 64% que consideram que escrevem a LP³¹. Na Q31, 27% (6 pessoas) afirmaram que não escrevem a língua Baniwa, essa questão pode estar relacionada com o grau de escolaridade, como discutido anteriormente. 73% (16 pessoas) falaram que escrevem em LB, novamente um número próximo à soma de pessoas que têm Ensino Médio completo ou que ingressaram no Ensino Superior. Importante considerar que a língua indígena das comunidades do município de São Gabriel da Cachoeira é inserida no currículo conforme a política linguística de cada povo. Os povos podem escolher quais línguas querem que os seus filhos aprendam na escola, ou seja, a(s) língua(s) falada(s) por determinado povo ou comunidade tem espaço para que seja(m) inserida(s) no estudo formal.

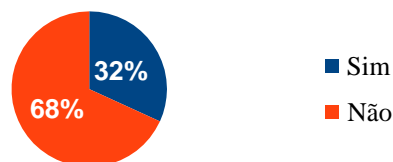
³¹ Cabe também mencionar que, devido a um problema na formulação das questões, não foi feita exatamente a mesma pergunta nos dois casos.

Q32 - Como considera sua fluência na LB escrita

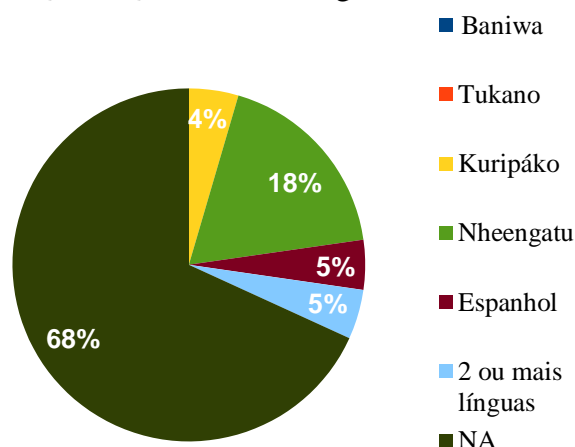


Quanto à percepção dos entrevistados sobre sua fluência em LB escrita, 18% (4 pessoas) não quiseram responder, apenas 1 pessoa (4,5%) considera que sua escrita é muito ruim e 1 pessoa (4,5%) considera que é ruim a sua escrita nesta língua. 14% dos participantes (3 pessoas) consideram regular a sua escrita em LB, 36% (8 pessoas) acham boa a sua escrita em LB e 23% dos participantes (5 pessoas) acham ótima a sua escrita na língua Baniwa. Novamente, a percepção positiva (ótima ou boa) se aproxima da escolaridade, mas há que se observar que o número de pessoas que chegaram ao Ensino Superior ou que têm o Ensino Médio completo é 10% maior do que as pessoas que avaliam positivamente sua escrita. Na prática, isso quer dizer que 2 pessoas que chegaram aos níveis mais altos de ensino não se consideram bons escritores em LB. A autoavaliação negativa, nesse caso, pode também estar relacionada à falta de tradição de escrita nessa língua indígena, o que poderia ser investigado em estudos posteriores.

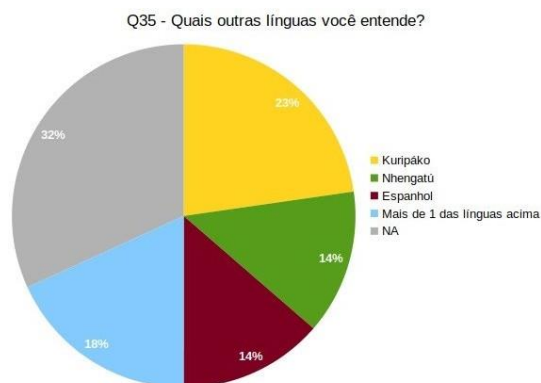
Q33 - Fala outras línguas além da LP e LB?



Q34 - Quais outras línguas você fala?

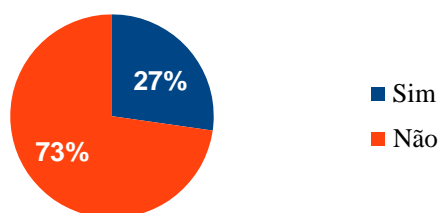


Q33 e Q34 buscavam investigar o multilinguismo na comunidade Castelo Branco, uma vez que a região de São Gabriel da Cachoeira ou da “Cabeça do Cachorro” é muito comumente referida como uma região multilíngue. No entanto, diferentemente da expectativa inicial, o que os resultados mostram é que essa é uma comunidade majoritariamente bilingue em LP e LB. No primeiro, 68 % dos entrevistados (15 pessoas) responderam que não falam outras línguas além da LP e da LB e os outros 32% (7 pessoas) confirmaram que falam outras línguas. Ao serem indagados sobre as línguas que falam, 18% dos participantes (4 pessoas) afirmaram que falam o Nheengatu, 1 pessoa (4,5%) afirmou que fala a língua indígena Koripako, 1 pessoa (4,5%) afirmou que fala a língua espanhola e 1 pessoa (4,5%) afirmou que fala duas ou mais línguas além do Português e do Baniwa, mas não informou quais. Assim como em Q23, a única língua indígena além da LB que parece ter algum espaço na comunidade Castelo Branco é o Nheengatu, sendo o Koripako falado por apenas 1 pessoa. No caso desta última língua, chama a atenção que o entrevistado considerou o Koripako como outra língua, uma vez que há pesquisadores que a consideram um dialeto da LB (cf. Souza, 2012; Gonçalves, 2018). Sobre a presença da língua Nheengatu, cabe ainda considerar que esta é também ensinada nas escolas do Alto Rio Negro, o que poderia explicar sua prevalência sobre outras línguas.

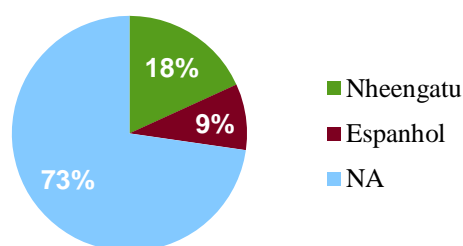


Em Q35, 32% dos entrevistados (7 pessoas) não deram resposta, 23% (5 pessoas) afirmaram que entendem a língua Koripako, 18% dos entrevistados (4 pessoas) responderam que entendem mais de 1 língua, 14% (3 pessoas) afirmaram que entendem a língua espanhola e os outros 14% (3 pessoas) afirmaram que entendem o Nheengatu. É esperado que a fluência na fala seja diferente da compreensão de uma língua, no entanto, no caso do Nheengatu, haveria o caso de uma pessoa que afirma falar a língua, mas não entendê-la, o que não é esperado. No caso do Koripako, é interessante que 5 pessoas afirmam entendê-lo, em contraste com apenas 1 pessoa que afirma falá-lo, pois é uma situação comum para uma língua muito próxima ou um dialeto. Também é interessante que aumentou o número de pessoas que afirmam entender mais de 1 língua. Como se vê anteriormente, não há consenso entre os autores sobre o *status* do Koripako em relação ao Baniwa. A meu ver, a Língua Koripako é semelhante à Língua Baniwa e é possível que o falante de outras variedades de LB entenda Koripako. Não obstante, há palavras e pronúncias diferentes. Talvez por isso, algumas pessoas consideram que apenas entendem e não falam o Koripako.

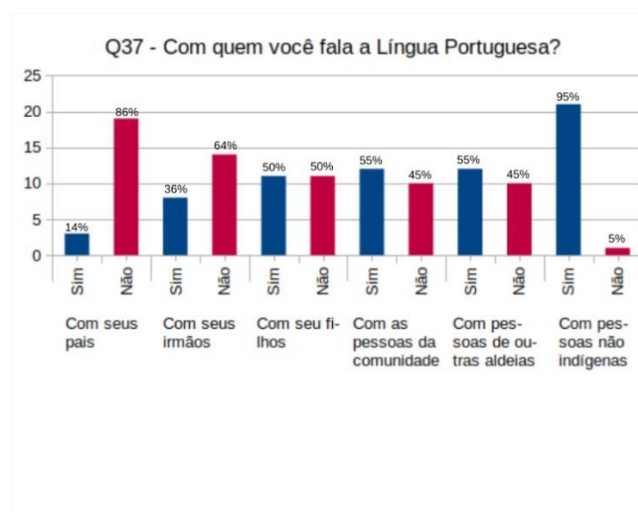
Q36 - Escreve em outras línguas além da LB e da LP?



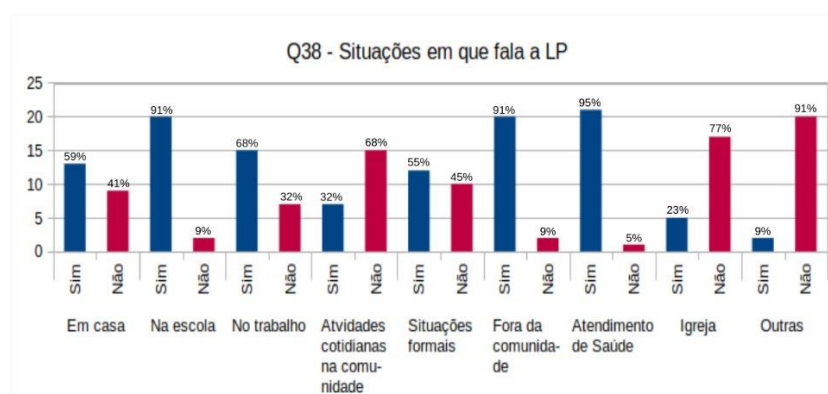
Q36a - Em quais outras línguas você escreve?



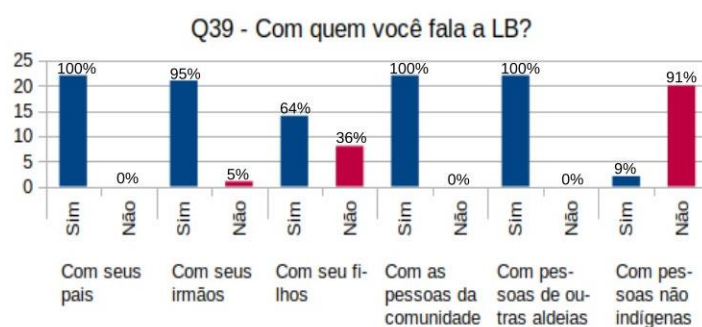
Q36 e Q36a evidenciam a presença do Nheengatu e da língua espanhola escritas na comunidade Castelo Branco. No entanto, cabe ressaltar que 73 % dos entrevistados (16 pessoas) informaram que não escrevem outras línguas além de LP e LB. Apenas 27% dos entrevistados afirmaram que escrevem outras línguas além dessas anteriormente citadas. 18 % dos entrevistados (4 pessoas) afirmaram que escrevem a língua indígena Nheengatu, o que fortalece a percepção de que essas pessoas tiveram ensino formal da língua; e 9% (2 pessoas) relataram que escrevem a língua espanhola, o que pode ser devido à proximidade relativa da comunidade a países hispano falantes, mas pode também relacionar-se à obrigatoriedade da língua estrangeira na escola.



Ao se tentar observar com quem as pessoas falam a LP, é possível se concluir que esta é, sem sombra de dúvidas, a língua de comunicação com a sociedade envolvente. 86 % dos entrevistados (19 pessoas) afirmaram que não falam a LP com seus pais e 14% (3 pessoas) responderam que sim; 64 % (14 pessoas) afirmaram que não falam a LP com seus irmãos e outros 36% (8 pessoas) falam essa língua com seus irmãos; a metade dos entrevistados (11 pessoas) falam a LP com seus filhos e a outra metade (11 pessoas) afirmou que não se comunica em LP com os seus filhos; 55% (12 pessoas) responderam que dialogam em LP com as pessoas da comunidade e 45% (10 pessoas) afirmaram que se comunicam com as pessoas da comunidade nessa língua; 55% (12 pessoas) afirmaram que falam a LP com as pessoas de outras comunidades e 45% (10 pessoas) afirmaram que não falam essa língua com as pessoas de outras comunidades; por fim, 95% dos participantes (21 pessoas) responderam que falam a LP com as pessoas não indígenas e apenas 5% (1 pessoa) afirmou que não fala LP com as pessoas não indígenas. A única pessoa que não fala LP com os não indígenas é a mesma que informou não ser falante de LP e considerou sua fluência nessa língua ruim, portanto, é normal que ele considere que não fale a LP em nenhum contexto. Todas as demais pessoas, que consideram ter alguma fluência em LP entre regular e ótima, utilizam a LP com não indígenas e em diversos contextos dentro de sua própria comunidade. Um dado importante é o que informa que a metade dos entrevistados se comunica em LP com seus filhos, pois pode ser considerado como um sinal de que há pais que estimulam seus filhos a aprenderem a LP dentro de suas casas. O gráfico acima mostra ainda um viés geracional, das crianças que nascem e crescem na comunidade, pois quanto mais jovem a pessoa, maior a probabilidade de a comunicação ocorrer em LP, o que pode ser inferido observando os dados da interação com pais, com irmãos e com filhos.

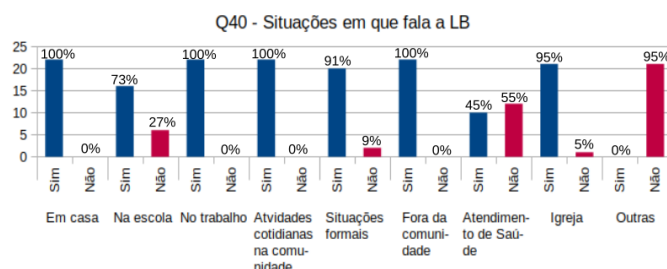


Sobre a Q38, 59% dos entrevistados (13 pessoas) responderam que falam a LP em suas próprias casas, enquanto 41% (9 pessoas) responderam que não usam a LP nas suas casas; 91% (20 pessoas) mencionaram que usam a LP na escola e 9% (2 pessoas) consideram que não utilizam a LP na escola. 68 % dos participantes da pesquisa (15 pessoas) afirmaram que falam a LP no trabalho e 32% (7 pessoas) mencionam que não; 32% (7 pessoas) afirmaram que falam a LP durante as atividades cotidianas da comunidade e 68% (15 pessoas) responderam que não a usam nesses momentos; 55% (12 pessoas) responderam que utilizam a LP em situações formais (nas reuniões e assembleias, por exemplo) e 45% (10 pessoas) informaram que não utilizam esta língua nas mesmas situações; 91% dos participantes (20 pessoas) responderam que falam a LP fora da comunidade e apenas 9% (2 pessoas) consideraram que não falam; 95% dos entrevistados (21 pessoas) afirmaram que utilizam a LP no momento de atendimento à saúde e apenas 1 pessoa (4,5%) afirmou que não a usa; 23% (5 pessoas) usam a LP na igreja e 77% (17 pessoas) consideram que não a falam nesse ambiente; 9% (2 pessoas) falaram que usam a LP em outros espaços, e 95% (20 pessoas) consideram que não a usam em nenhum outro espaço além daqueles que foram mencionados como opção na entrevista. A LP pode ser caracterizada como a língua da escolarização, da atenção à saúde, dos ambientes formais, do trabalho e dos espaços externos à comunidade. Cabe ressaltar que trabalho, muito provavelmente, não é entendido como os trabalhos tradicionais, uma vez que a maioria informa não usar a LP em atividades cotidianas. Chama a atenção o fato de a LP não ser a língua da igreja, uma vez que esta seria um espaço formal, no entanto, a questão pode ser explicada pela forte missionarização evangélica sofrida pelo povo Baniwa e, especialmente, pela população de Castelo Branco. Nesse sentido, cabe lembrar o esforço missionário por estudar a LB e por traduzir o novo testamento para essa língua, assim como produzir materiais para uso na igreja.

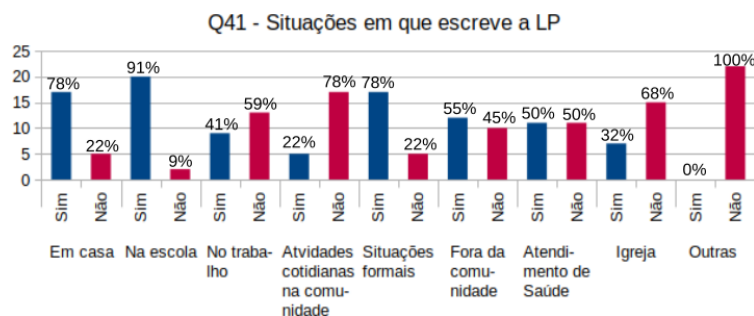


A Q39 tentou verificar com quem a LB é usada e o gráfico deve ser analisado em complementaridade com o gráfico da Q37. 100% dos entrevistados falam a LB com os seus pais; 95% (21 pessoas) afirmaram que falam a LB com os seus irmãos e apenas 4,5% (1 pessoa)

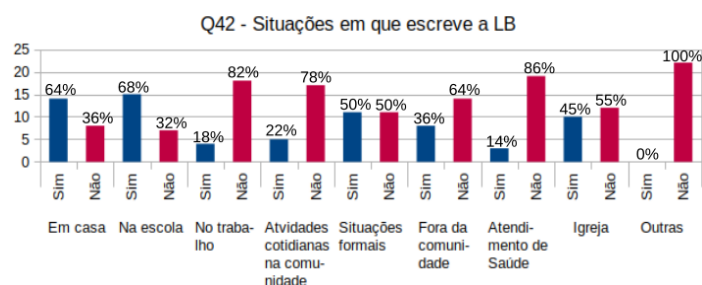
informou que não fala esta língua com seus irmãos; 64% (14 pessoas) afirmaram que falam a LB com os seus filhos e 36 % (8 pessoas) responderam que não se comunicam com os seus filhos nessa mesma língua; todos os 22 entrevistados, afirmaram que falam a LB com as pessoas da comunidade e também 100% dos entrevistados responderam que falam a LB com as pessoas de outras comunidades. No geral, os dados mostram uma língua com alta vitalidade, falada com as pessoas da família e com as pessoas da comunidade. No entanto, chama a atenção a existência de 36% dos entrevistados que relatam não falar a LB com seus filhos, o que indica uma tendência a uma interrupção de transmissão geracional, ainda que parcial. Considerando ainda que 50% dos entrevistados informam que usam a LP com seus filhos, a questão se torna ainda mais preocupante, pois aponta para alguns lares onde possivelmente os pais estão optando por transmitir apenas a LP aos seus filhos.



Sobre a questão 40, 100% dos entrevistados confirmaram que falam a LB nas suas casas e 73% (16 pessoas) responderam que falam a LB na escola, contra 27% (6 pessoas) que afirmaram que não falam esta língua na escola; 100% afirmaram que falam esta língua durante o trabalho e em atividades cotidianas da comunidade; 91% (20 pessoas) mencionaram que falam a LB em situações formais como reuniões e assembleias e 9% (2 pessoas) falaram que não utilizam esta língua durante essas atividades; 100% afirmaram que falam a LB fora da comunidade; 45% (10 pessoas) mencionaram que falam a LB no momento do atendimento de saúde e 55% (12 pessoas) responderam que não usam esta língua durante essa atividade; 95 % (21 pessoas) afirmaram que utilizam esta língua na igreja e apenas 1 pessoa (4,5%) afirmou que não usa esta língua neste espaço; 95% (21 pessoas) falaram que não usam esta língua em outros espaços além daqueles apontados pela pesquisa. Comparando o gráfico em Q40 com o gráfico em Q38, é possível caracterizar a casa, o trabalho e as atividades cotidianas como espaços bilingues com uso predominante da LB. A escola e as situações formais também são bilingues e apresentam predominância da LB, mas já se nota que nem todos os entrevistados afirmam usar a LB nestes espaços. O atendimento à saúde é o único espaço com predominância da LP. Por fim, cabe ressaltar que a igreja não parece ser um ambiente bilingue, mas sim um ambiente de uso da LB, como comentado acima.



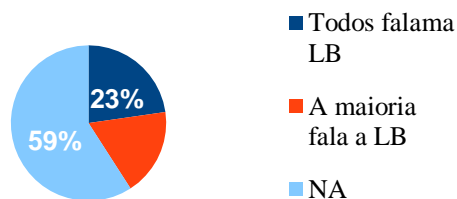
Sobre a Q41, 78 % dos entrevistados (17 pessoas) afirmaram que escrevem a LP nas suas casas e 22% (5 pessoas) afirmaram que não escrevem nessa língua nesse ambiente; 91% dos entrevistados (20 pessoas) afirmaram que escrevem em LP na escola e apenas 2 pessoas (9%) afirmaram que não escrevem esta língua neste espaço; 41% (9 pessoas) confirmaram que escrevem em LP durante o trabalho e 59% (13 pessoas) responderam que não escrevem nessa língua durante o trabalho. 22% (5 pessoas) afirmaram que escrevem em LP nos momentos das atividades cotidianas da comunidade e 78% (17 pessoas) afirmaram que não escrevem esta língua durante essas atividades; 78% (17 pessoas) mencionaram que escrevem em LP em situações formais (momentos de reuniões e assembleias) e 22% (5 pessoas) responderam que não escrevem esta língua nessas mesmas atividades; 55% dos entrevistados (12 pessoas) informaram que escrevem em LP fora da comunidade e 45% (10 pessoas) informaram que não escrevem esta língua fora da comunidade. 50% (11 pessoas) informaram que escrevem em LP durante o atendimento à saúde e a outra metade informou que não escreve nesta língua durante essa atividade; 32% (7 pessoas) escrevem em LP durante as atividades realizadas na igreja e 68% (15 pessoas) não escrevem nessa língua no espaço religioso; 100% dos entrevistados mencionaram que não escrevem a LP em outros espaços além daqueles que foram mencionados na pesquisa. É interessante notar que a LP escrita é utilizada em todos os espaços que foram citados no questionário, embora os entrevistados considerem que não falem em outros espaços. A escola destaca-se como espaço de uso privilegiado da LP escrita e mantém percentuais de uso escrito iguais aos percentuais de uso falado. O ambiente doméstico, o religioso e os ambientes formais destacam-se por ter um maior uso de LP escrita do que de LP falada, segundo as respostas dos entrevistados.



Se contrastamos este gráfico com o anterior, fica claro que a LP tem mais usos escritos que a LB. 64% dos entrevistados (14 pessoas) afirmaram que escrevem a LB em suas casas e 36% (8 pessoas) mencionaram que não escrevem nessa língua em seus lares; 68% (15 pessoas) falaram que escrevem a LB na escola e 32% (7 pessoas) responderam que não escrevem nessa língua na escola; 18% (4 pessoas) mencionaram que escrevem nessa língua durante o trabalho e 82% (18 pessoas) declararam que não escrevem nessa mesma língua durante o trabalho; 22% (5 pessoas) afirmaram que usam a LB escrita durante suas atividades cotidianas na comunidade e 78% (17 pessoas) falaram que não escrevem nessa língua durante essas atividades; 50% dos entrevistados (11 pessoas) utilizam essa língua em situações formais (momentos de realização de reuniões e assembleias, por exemplo) e o mesmo percentual afirmou que não escreve esta língua no momento dessas atividades; 36% dos participantes (8 pessoas) afirmaram que escrevem em LB fora da comunidade e 64% (14 pessoas) informaram que não escrevem nessa língua fora da comunidade; 14% (3 pessoas) responderam que escrevem em LB durante o atendimento à saúde e 86% (19 pessoas) informaram que não escrevem nessa no momento dessa atividade; 45% dos entrevistados (10 pessoas) escrevem em LB nas atividades na igreja e 55% (12 pessoas) falaram que não utilizam essa língua de forma escrita nesse espaço; 100% mencionaram que não usam a LB escrita em outros espaços além daqueles que foram colocados como opções na pesquisa. Cabe informar que o uso na igreja pode também estar relacionado à oralidade, mas que a LB é utilizada de forma escrita na igreja, pois os pastores realizam semanalmente os estudos bíblicos com crianças, adolescentes e adultos para melhor aprofundar seus conhecimentos na parte de teologia, quando caderno e caneta são usados para anotações das atividades. De forma geral, a LB é menos utilizada em sua forma escrita do que em sua forma falada e menos do que a LP em sua forma escrita. A LP teve mais espaços de uso informados pelos entrevistados em quase todos os casos. Apenas nos espaços cotidianos, o uso das formas escritas da LP e da LB foram iguais e apenas na igreja a LB foi considerada como mais usada do que a LP. Dessa forma, pode-se dizer que a LB segue sendo uma língua predominantemente oral e que a LP é mais relacionada a contextos de escrita.

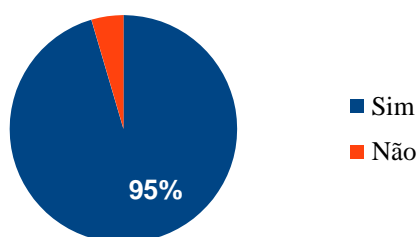
7.5. Percepção sobre a comunidade de fala

Q43 - Na sua comunidade você considera que:



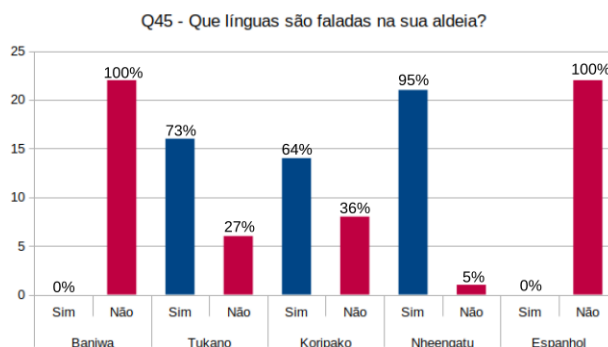
Em Q43, 59% dos entrevistados (13 pessoas) não responderam à pergunta, pois consideraram que não tinham como fazer afirmações sobre a situação das línguas na comunidade; no entanto, talvez essas pessoas não tenham chegado a compreender a pergunta; 23% dos participantes da pesquisa (5 pessoas) responderam que todos falam a LB; 18% dos entrevistados (4 pessoas) consideraram que a maioria fala a língua Baniwa. Além das opções que aparecem no gráfico, havia ainda outras, mas os entrevistados não marcaram nenhuma delas. Infelizmente, os dados obtidos não permitem contrastar a percepção dos entrevistados com as respostas sobre o uso registradas em Q29.

Q44 - As pessoas falam outras línguas indígenas na sua aldeia?



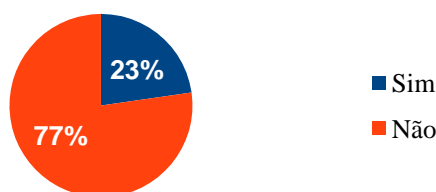
95% dos entrevistados (21 pessoas) responderam que as pessoas falam outras línguas indígenas além da LB na comunidade e 1 pessoa (5%) considerou que as pessoas não falam outras línguas indígenas nesta comunidade. As respostas convergem com as próprias respostas dadas em Q33 e em Q34, considerando que entre os próprios entrevistados havia falantes de Nheengatu, Koripako e de outras línguas. Em nossa amostra, 32% se declararam falante de outras línguas além de LP e LB, o que sugere que há sim a presença de outras línguas indígenas e que a percepção dos colaboradores sobre a comunidade é correta. Importante salientar que os

colaboradores são pessoas que nascem, vivem, e conhecem este local e sabem que os moradores desta comunidade falam outras línguas, que essas línguas indígenas também são faladas entre eles e com pessoas que são de outros locais. Por outro lado, houve uma pessoa que afirmou que não existem falantes de outras línguas indígenas, apesar de viver na comunidade.



A Q45 buscava entender a percepção dos entrevistados sobre as línguas faladas na comunidade. Nenhum dos entrevistados citou a LB, talvez por terem entendido que a questão era sobre “outras línguas”, ou seja, se há mais línguas além da LB que são faladas nessa comunidade; 73% dos entrevistados (16 pessoas) afirmaram que a língua indígena Tukano é falada nessa comunidade e outros 27% (6 pessoas) não mencionaram essa língua; 64% dos participantes (14 pessoas) mencionaram a língua Koripako e 36% (8 pessoas) não a mencionaram; 95% dos entrevistados (21 pessoas) responderam que a língua Nheengatu é falada nessa comunidade e apenas 1 pessoa (5%) não mencionou essa língua; 100% dos entrevistados não mencionaram o espanhol. As respostas sobre a percepção das línguas faladas na comunidade mostram a importância dada à língua Tukano e ao Nheengatu, línguas estas que vêm sendo consideradas como majoritárias se comparadas com as demais línguas indígenas da região. Chama a atenção que, embora a língua espanhola seja mencionada como usada pelos próprios entrevistados, ela não foi lembrada por ninguém nessa questão. Mais uma vez, a língua Koripako aparece mencionada como língua por 64% dos entrevistados, sendo importante notar que as respostas eram espontâneas.

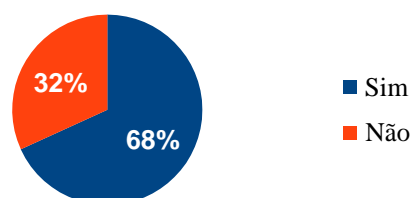
Q46 - Existem pessoas que falam a Língua Espanhola nasua aldeia?



Ao serem estimulados, em uma questão que citava explicitamente a língua espanhola, ainda assim, o percentual de pessoas que afirma que esta língua é falada na comunidade ainda é baixo. Apenas 23% (5 pessoas) consideraram que a língua espanhola é falada na comunidade de Castelo Branco e 73% (17 pessoas) consideraram que essa língua não é falada na comunidade. Chama a atenção o fato de algumas pessoas talvez nunca terem presenciado um diálogo em espanhol, o que explicaria a percepção da maioria de que esta língua não seja falada em sua comunidade. Por outro lado, deve-se pensar que a comunidade está bem próxima das fronteiras com Colômbia e Venezuela e que parte do povo Baniwa vive nesses países.

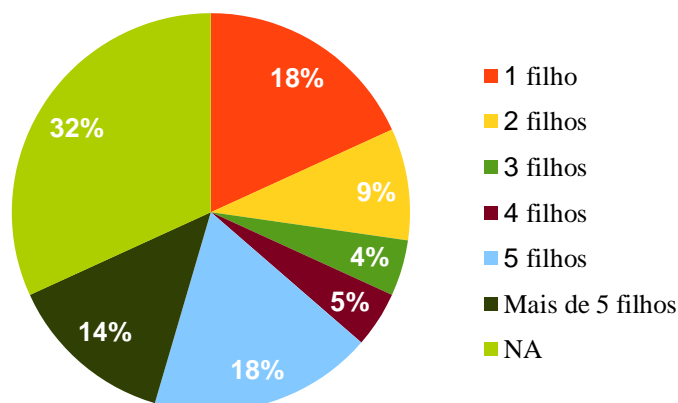
7.6. Transmissão Intergeracional

Q47 - Você tem filhos?



Foi realizado um conjunto de perguntas que visava entender se os entrevistados tinham filhos, suas idades, se ainda moravam com os entrevistados e as línguas usadas entre pais e filhos. Apenas 68% dos entrevistados (15 pessoas) responderam que tinham filhos e 32% (7 pessoas) responderam que não tinham filhos.

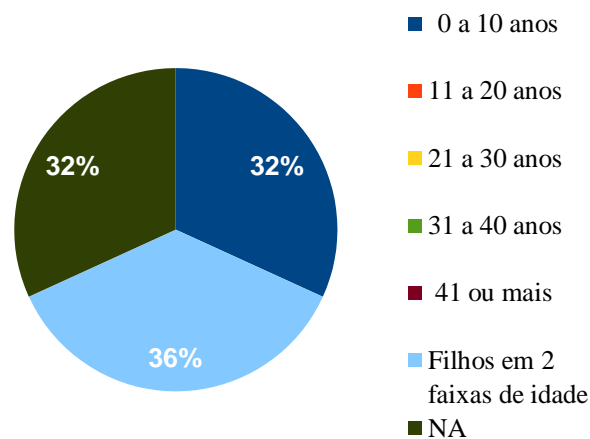
Q48 - Quantos filhos você tem?



Em Q48, cabe ressaltar que as pessoas que afirmaram não ter filhos em Q47 aparecem aqui como NA, pois a questão não se aplica a eles. 18% dos entrevistados (4 pessoas) têm apenas 1

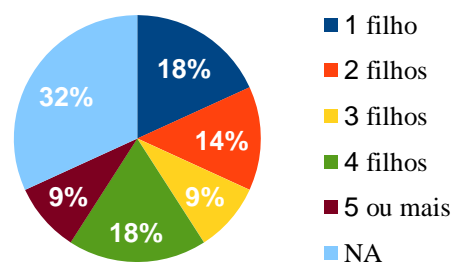
filho, 18% dos entrevistados (4 pessoas) têm 5 filhos; 9% dos entrevistados (2 pessoas) afirmaram ter 2 filhos; 4,5% dos entrevistados (1 pessoa) afirmaram ter 3 filhos; 4,5% dos participantes (1 pessoa) afirmaram ter 4 filhos. A opção nenhum não aparece no gráfico porque nenhum dos entrevistados mencionou esta opção.

Q49 - Quais são as idades dos seus filhos?



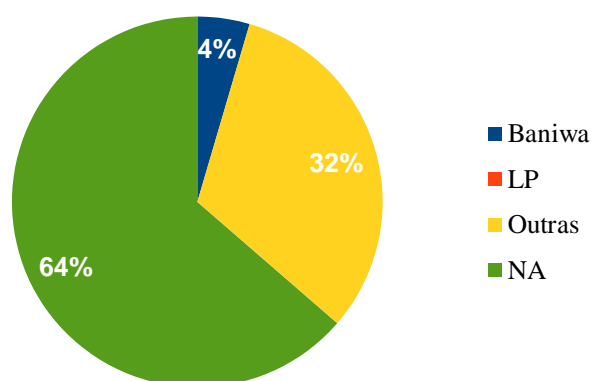
A ideia em Q49, era entender as idades dos filhos e era uma pergunta aberta. No momento de se analisar os dados, tentou-se agrupar as idades em um conjunto. Novamente, mantiveram-se as pessoas sem filho em um grupo que são os 32% de NA. Outros 32% dos entrevistados (7 pessoas) responderam que os seus filhos têm idades entre 0 e 10 anos; enquanto 36% dos entrevistados (8 pessoas) responderam que os seus filhos pertencem a duas faixas etárias distintas. Importante notar que poucos entrevistados têm filhos pequenos, até os 10 anos de idade, que seria o foco para o entendimento da transmissão geracional.

Q50 - Quantos filhos moram com você?



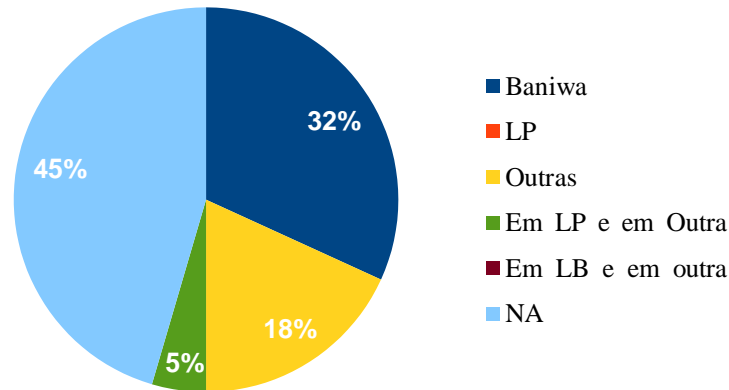
Em Q50, há percentuais maiores de filhos morando com os pais do que os percentuais informados sobre o número de filhos, o que mostra inconsistência nas respostas. Os 32% considerados como pessoas sem filhos, foram separados e correspondem ao NA no gráfico. 18% (4 pessoas) falaram que 1 filho mora em sua casa; 18% (4 pessoas) afirmaram que quatro filhos moram em sua casa; 14% (3 pessoas) falaram que 2 filhos moram em sua casa; 9% (2 pessoas) afirmaram que 3 filhos moram em sua casa; e 9% afirmaram que 5 filhos ou mais moram com a família.

Q51 - Em que língua se comunica com seus filhos menores de 7 anos



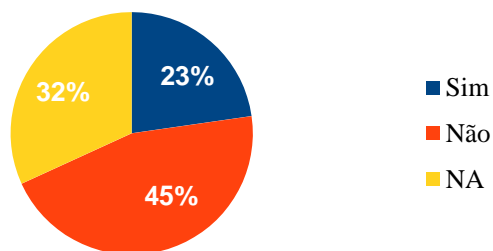
A pergunta principal desse bloco, que buscava entender a língua de comunicação com filhos menores de 7 anos de idade, apresentou número muito alto de não respostas, talvez pela maioria não ter filhos de 0 a 7 anos. 64% dos participantes (14 pessoas) não deram resposta à pergunta. 32% dos entrevistados (7 pessoas) informaram que se comunicam com seus filhos menores de 7 anos em outras línguas que não o LP e nem a LB; 4,5% (1 pessoa) informou que se comunicava com seus filhos menores de 7 anos em LB. Não houve ninguém que informasse a LP como língua de comunicação nessa situação. A resposta de 32% é bastante intrigante, pois coincide com o número de pessoas que declarou falar outras línguas além de LP e LB.

Q52 - Em que língua você falava com seus filhos até a primeira infância deles?



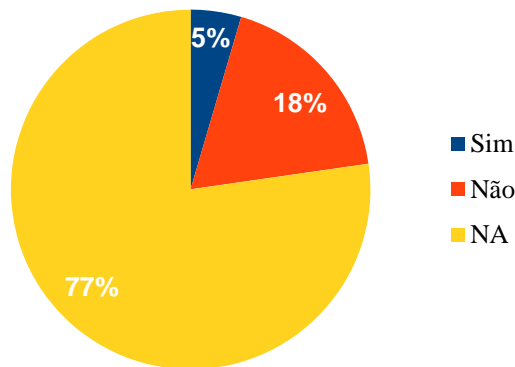
Na Q52, buscou-se entender não apenas que língua os pais com filhos até 7 anos falam com eles, mas buscar verificar se os pais se lembravam a língua de comunicação com os filhos até os 7 anos, mesmo em tempos anteriores. Novamente, houve um número alto de não respostas, com 45% dos participantes (10 pessoas) que não souberam responder a pergunta; 32% dos entrevistados (7 pessoas) afirmaram que falavam com seus filhos em LB na primeira infância. 18% dos entrevistados afirmaram que falavam em outras línguas com os seus filhos na primeira infância, significando que não usavam nem LB e nem LP; 1 pessoa (4,5%) afirmou que falava em LP e mais outra língua com seus filhos. Embora houvesse a opção de LB e outra língua, não houve registro de resposta nessa opção.

Q53 - Algum dos seus filhos é casado?



Como o casamento precoce e a residência com os pais são características comuns em sociedades indígenas, perguntou-se também se os filhos eram casados e se estes seguiam morando com os pais. Apenas 23% (5 pessoas) dos que têm filhos informaram que eles eram casados, ou seja, a maioria dos filhos 45% (10 pessoas) não eram casados, segundo os entrevistados.

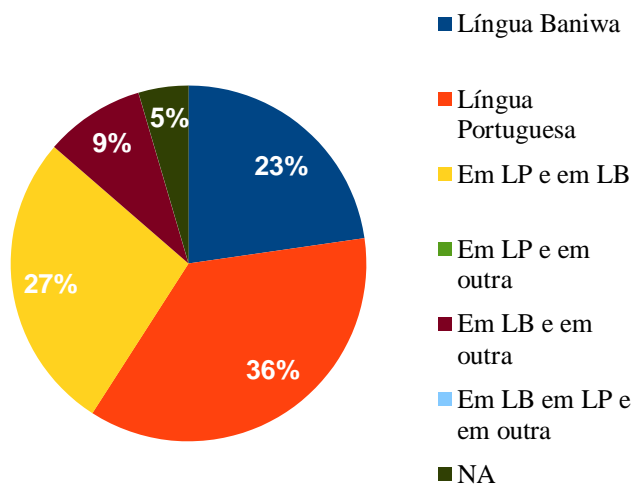
Q54 - Seu/sua filho(a)
casado(a) mora com você?



Dos 23% que responderam que tinham filhos casados, a maioria, 18% (4 pessoas) não mantêm os filhos em sua casa. Apenas 1 entrevistado (4,5%) informou manter o filho casado em sua casa. Os outros 77% dos participantes não responderam a essa questão, mas talvez porque ela não se aplicasse a eles.

7.7. Preferências e Avaliações sobre as Línguas

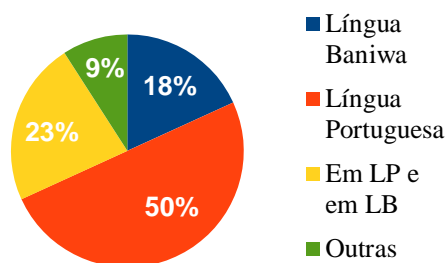
Q55 - Em que língua você prefere
falar?



A Q55 mostra uma preferência pelo uso da LP, o que destoa um pouco da autoavaliação dos falantes sobre sua fluência nessa língua. 36% dos entrevistados (8 pessoas) afirmaram que preferem falar em LP; 23 % dos entrevistados (5 pessoas) afirmaram que preferem falar a LB; 27% (6 pessoas) não apresentaram preferência entre as 2 línguas citadas, escolhendo a opção em

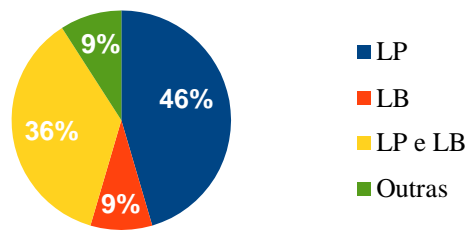
LP e em LB; 9% dos entrevistados (2 pessoas) preferem falar língua Baniwa e outra, que não seja a LP; 1 pessoa (4,5%) não respondeu à pergunta. Como dito anteriormente, apesar de os moradores desta comunidade serem falantes de LB, os dados mostram que a maioria prefere falar a LP e mesmo no segundo grupo numérico a preferência associa a LP e a LB. Os resultados mostram uma inclinação dos falantes à LP. Esta inclinação pode estar associada à necessidade de dialogar com as pessoas da sociedade não indígena que chegam à comunidade ou às saídas dos indígenas de suas comunidades. Se considerados os grupos que preferem apenas a LP e a LP associada à LB, o número de pessoas que preferem a LB é uma minoria.

Q56 - Em qual língua você prefere escrever?



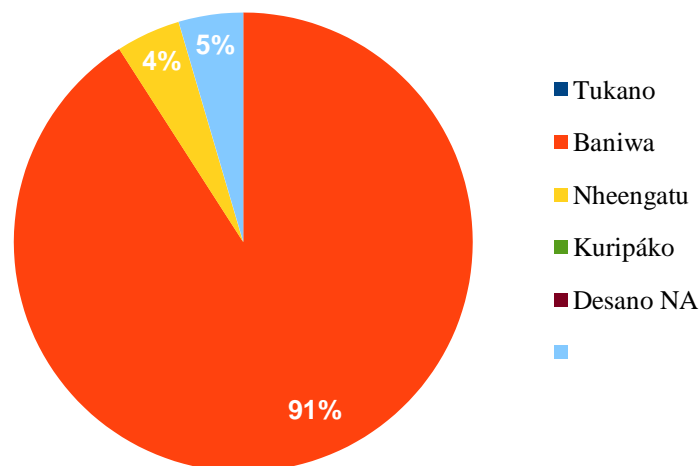
Se em Q41 e em Q42 já estava evidenciado que a LP tinha mais espaços de uso escrito do que a LB, Q56 demonstra que há também uma preferência ou valoração positiva para a LP escrita. 50% (11 pessoas) preferem escrever em LP; 27% (5 pessoas) afirmaram que preferem escrever em LP e LB, nesse caso considera-se sem inclinação a uma das línguas; 18% (4 pessoas) preferem escrever apenas em LB; e 9% (2 pessoas) preferem escrever em outras línguas. Fica claro que os membros da comunidade entendem que a LP escrita é importante para se comunicar com instituições e pessoas da sociedade envolvente e talvez a preferência pode estar relacionada a dificuldades que percebem ao tentar escrever documentos em LP. Nesse caso, a resposta é interpretada não como fluência, mas como um desejo de domínio da LP escrita. Por sua vez, as pessoas que querem escrever em duas línguas (LP e LB) podem entender que essas duas línguas são importantes, uma ao lado da outra, dentro da sua comunidade. Por fim, as 4 pessoas que preferem escrever somente na LB podem desejar a manutenção dessa na sua comunidade.

Q57 - Qual a língua mais importante para você?



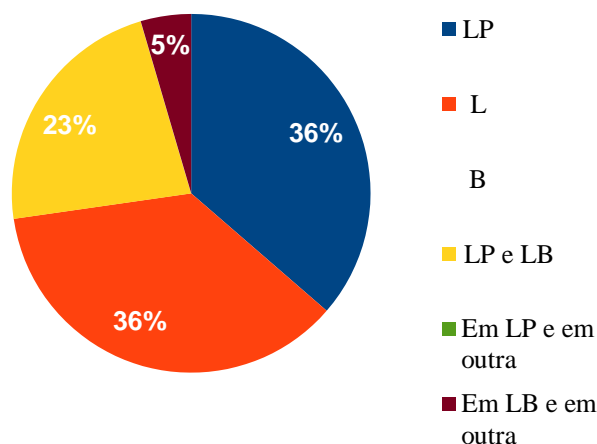
Em Q57, 46% dos entrevistados (10 pessoas) afirmaram que a língua portuguesa é a mais importante; 36% (8 pessoas) afirmaram que a LP e a LB são as mais importantes, estando as duas em igualdade; 9% dos entrevistados (2 pessoas) afirmaram que a língua Baniwa é a mais importante e 9% responderam que outras línguas são mais importantes. Considerando não apenas essa pergunta, mas analisando em conjunto com Q55 e Q56, fica claro que a preferência por falar e escrever em uma língua está relacionada com a importância atribuída à língua. No entanto, há diferenças entre as preferências de uso e a atribuição de *status*, havendo uma avaliação mais favorável à LP do que as preferências de uso podem demonstrar. No caso do *status* da LP cabe lembrar que é a língua de comunicação nacional, a língua de comunicação na sede do município, a língua de produção da TV, da internet e das rádios que hoje chegam às comunidades indígenas.

Q58 - Qual a língua da região do Içana mais importante para você?



O prestígio relativo da LB é alto, uma vez que excluindo a LP das opções, essa passa a ser considerada a língua mais importante pela maioria dos entrevistados. Em Q58, 91% (20 pessoas) responderam que a LB é a mais importante na região do Rio Içana e a única outra língua que ainda foi mencionada por apenas 1 pessoa foi o Nheengatu. As outras línguas que apareciam como opções nem foram consideradas pelos entrevistados, mesmo algumas tendo bastante influência na região, como é o caso da língua Tukano. As respostas em Q58 podem sugerir que a identidade ainda é relevante para os entrevistados e que as respostas se devem ao fato de a população dessa região ser majoritariamente falante de LB, especialmente na comunidade de Castelo Branco.

Q59-Qual a língua mais bonita para você?



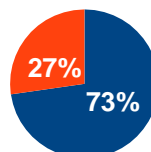
Partindo para uma questão mais subjetiva, a beleza, e deixando um pouco o *status*, a LB passa a ser mais bem avaliada pelo grupo entrevistado. 36% dos entrevistados (8 pessoas) consideraram a LB mais bonita, o mesmo número de pessoas que considerou a LP como mais bonita. Esses dois grupos são seguidos por 23% (5 pessoas) que consideraram que a LP e a LB são mais bonitas, sem diferenciação entre elas. Apenas 1 pessoa (5%) considerou que outra língua seria a mais bonita. Os dados apresentados em Q57 e Q59 evidenciam que a percepção positiva da LP tem forte relação com seus espaços de uso, com ser a língua nacional, a língua da burocracia estatal e da comunicação com a sociedade envolvente.

Q60 - Você acha que é importante preservar a LB?



Sim
Não

Q61 - Você acha que a Língua Baniwa corre o risco de desaparecer?

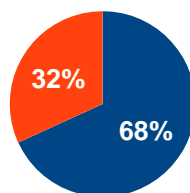


Sim
Não

Em que pese a inclinação à LP, evidenciada de Q55 a Q59, 100% dos entrevistados que participaram da pesquisa acham que é importante preservar a LB. Contraditoriamente, 73% dos entrevistados (16 pessoas) consideram que a LB corre risco de desaparecer. Apenas 27% dos entrevistados (6 pessoas) consideram que a LB não corre risco de desaparecer. Se o povo da comunidade Castelo Branco considera que a LB deve ser mantida, então ela deve ser usada diariamente na comunidade entre crianças, jovens e adultos, pelas famílias dentro de casa, no centro social nos momentos de interação coletiva e na escola. Somente assim essa língua indígena poderá ser preservada ao longo do tempo nas próximas décadas.

A percepção de que a LB está fadada ao desaparecimento pode estar relacionada à observação de crianças que atualmente aprendem a LP com seus pais dentro de casa, como pode ser observado nas respostas em Q39, em que 36% dos entrevistados declararam que não falam LB com seus filhos. Se a LP passar a ser a língua de comunicação nas casas e com as crianças, a sua aprendizagem acaba se multiplicando e tomando os espaços da LB. Essa é uma situação muito preocupante, pois, na minha experiência como professor de escola, em assembleias, nas reuniões, nas avaliações escolares, vejo que a maioria dos pais faz discursos sobre a política linguística a ser adotada pela escola e menciona que quer que os seus filhos aprendam a LP. A meu ver, isso tem feito com que as crianças atuais dessa comunidade falem mais a LP, se comparado com os anos anteriores.

Q63 - Você acha que outras línguas da região correm o risco de desaparecer?



Sim
Não

Q63 evidencia que a percepção do desaparecimento linguístico não está relacionada especificamente com a LB, pois 68% dos entrevistados (15 pessoas) consideram que outras línguas da região correm risco de desaparecimento; apenas 32% (7 pessoas) consideram que não há línguas em risco de desaparecimento na região. Pode-se concluir que a percepção do risco de desaparecimento está associada a todas as línguas indígenas da região.

Foram ainda feitas 2 perguntas abertas para que os entrevistados dessem sugestões de solução para que as línguas não desaparecessem. Q62 perguntava especificamente sobre a LB e Q64 perguntava sobre o contexto geral da região. Abaixo, apresento uma breve análise das respostas.

QUESTÃO 62

As 6 pessoas que consideraram que a LB não corre risco de extinção não deram respostas a essa pergunta. Analisando as respostas, os demais participantes consideraram que é necessário incentivar as crianças a continuarem falando a LB, haja vista que, segundo eles, as crianças estão falando somente a LP na comunidade Castelo Branco. Algumas pessoas falaram que é necessário que os pais, junto com a escola, conscientizem os filhos sobre a importância de sua língua indígena. Foi ainda mencionado o ensinamento “verbal” e o uso da língua escrita em casa e na escola. Algumas soluções chamam a atenção para o papel dos professores, que devem alfabetizar as crianças, primeiramente, em LB e depois em LP.

QUESTÃO 64

Da mesma forma que em Q62, 7 pessoas não responderam à questão por considerarem que as línguas da região não correm risco de desaparecimento. Os outros entrevistados falaram que as línguas precisam ser praticadas pelo povo de cada região ou sub-região e, o mais importante, que sejam criadas e efetivadas políticas linguísticas para as línguas indígenas existentes, trabalhando a importância dessas línguas em suas comunidades. Algumas pessoas falaram que é importante os pais, junto com as escolas, tomarem a responsabilidade de ensinar os filhos, primeiramente, em língua indígena e depois em LP. Além disso, alguns entrevistados falaram que os pais precisam incentivar os filhos a usar as línguas indígenas. Por sua vez, os professores precisam providenciar cartilhas nas línguas indígenas existentes nas comunidades para ensinar os estudantes na etapa inicial de estudos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final da dissertação, considero que apresento uma contribuição para entender a situação sociolinguística da comunidade Castelo Branco, uma vez que apresento dados que mostram como a língua está sendo usada na comunidade. Do meu ponto de vista, a língua Baniwa é importante por ser uma das línguas indígenas cooficializadas no município de São Gabriel da Cachoeira. No entanto, minha hipótese inicial era de que, na minha comunidade, a LP vem ganhando mais espaços e mais força do que a LB, seja no ambiente escolar, nos espaços públicos e dentro de casa, pelas famílias e, principalmente pelas crianças e jovens. Na minha percepção, as crianças e jovens se comunicam entre eles em LP e alguns pais incentivam os filhos a aprenderem apenas esta língua.

Como pode ser visto no capítulo 7, alguns dados corroboram minha hipótese inicial, uma vez que há pais que declaram que se comunicam com os filhos em LP e, ao mesmo tempo, declaram não se comunicar com os filhos em LB. Da mesma forma, os dados de avaliação sobre as línguas mostram uma inclinação ao LP em detrimento da LB. Esse contexto pode influenciar negativamente a transmissão intergeracional na comunidade Castelo Branco, o que pode levar à intensificação do processo de perda linguística.

Em que pese as questões que apontam para uma interrupção da transmissão geracional, os dados mostram, por outro lado, que a LB ainda é a primeira língua do povo indígena da comunidade de Castelo Branco, enquanto a LP ocupa a posição de segunda língua, havendo ainda casos em que a LP é a terceira língua, por serem pessoas bilíngues que aprenderam duas línguas indígenas ao mesmo tempo. Mesmo com esse predomínio da LB, cabe ressaltar que os entrevistados mostraram uma inclinação à LP como língua mais importante, o que pode estar relacionado à obrigatoriedade de aprendizado da língua, sobretudo para se “encaixarem” dentro da sociedade envolvente.

Sobre outras línguas faladas na comunidade, em que pese a fama de região multilíngue, os dados mostram uma comunidade majoritariamente bilíngue, em LB e LP. Há, sem sombra de dúvidas, pessoas que falam outras línguas, mas não é uma característica da comunidade, sendo uma característica de alguns indivíduos, pois observa-se que é a minoria. Cabe registrar que apenas a língua Nheengatu aparece com alguma força na comunidade. Sobre o Koripako, também cabe o registro de que, na percepção dos entrevistados, foi considerada uma língua diferente do Baniwa, principalmente nas respostas sobre entendimento.

A LP se mostrou uma língua fortemente relacionada à escrita enquanto a LB é uma língua mais relacionada à oralidade. Nesse sentido, cabe entender que a LP ganha espaço nessa comunidade através da escola, pois é uma obrigação estudar essa língua, sendo ofertada como uma disciplina

estudada todos os dias em sala de aula. Apenas uma pessoa registrou que não escreve a LP e isso parece estar ligado a questões geracionais.

Um achado importante e não esperado da pesquisa é a caracterização da LB como uma língua da prática religiosa, entendida como prática religiosa cristã. A comunidade Castelo Branco hoje é considerada uma comunidade protestante, com forte influência da missionarização. No entanto, os dados obtidos mostram que a LB ainda é a língua usada na igreja.

Com relação à percepção dos entrevistados sobre o futuro da LB, é perceptível que há preocupação em relação ao que acontece com as crianças na comunidade de Castelo Branco. Os próprios entrevistados apontam a necessidade de reflexão e de conscientização dos pais, dos responsáveis, das lideranças e da população em geral desta comunidade para garantir que a LB continue sendo utilizada pelas crianças, pelos jovens e pelos adultos, de forma a garantir que ela esteja viva para as novas gerações.

Uma observação importante e fundamental da maioria dos participantes da pesquisa é que já demos alguns passos no município de São Gabriel da Cachoeira com a cooficialização de 4 línguas indígenas, mas é necessária uma política linguística mais forte das instituições representadas na sede do município. Estas instituições devem trabalhar junto com os membros que fazem parte dessa complexa região, especialmente com os pais e com as escolas, que devem incentivar e ensinar os filhos a aprender a falar e escrever em língua indígena.

Por fim, quero ressaltar que esta foi uma pesquisa muito relevante para ampliar o meu conhecimento na área de linguística e espero que os estudos que desenvolvi e o meu entendimento sobre esses resultados possam me capacitar a ajudar as pessoas da minha região. Também espero que os resultados aqui registrados possam servir a outras pessoas que se interessem em estudar nesta mesma linha de pesquisa, pois é muito importante que esse tipo de estudo possa ser realizado, já que permite entender como está sendo a relação entre a língua e seu contexto social ou sociolinguístico. Espero ainda que outros trabalhos possam ser realizados não apenas sobre a língua Baniwa, mas sobre as outras línguas indígenas existentes no Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira.

Referências Bibliográficas:

ABREU, M. V. de A. *Situação Sociolinguística dos Krahô de Manuel Alves e Pedra Branca: Uma contribuição para Educação Escolar*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Tocantins. 2012.

ALENCAR, A. E. F. *A língua Ye'Mahsã como Linguagem e Prática Social: Inter-Relação entre a Língua, Cultura e Diversidade Sociocultural na Sede do Distrito de Taracuí, São Gabriel da Cachoeira-AM*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Amazonas-AM, 2022.

AQUINO, L. de S. *Pesquisas Sociolinguísticas entre os Asuriní do Tocantins. Contribuição para o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade de Brasília- UNB, 2010.

BALTAR, M. A. R. 1995. *Sistema de Classificação do Baniwa do Içana-Hohodeni. Língua Aruak do Norte- Rio Negro*. Dissertação defendida na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

BRAGGIO, S. L. B. 2002. *Políticas e Direitos Linguísticos dos Povos Indígenas Brasileiros*. Departamento de Linguística da University of New. México, 2001.

BRAGGIO, Silvia. L. B. *O papel da Política Sociolinguística em Projetos de Educação, Vitalização de Língua e Cultura: Relatos Sociolinguísticos Iniciais dos Avá-Canoeiro de Minaçu*. Universidade Federal de Goiás-UFG, 2003.

CRUZ, M. L. de C. *Atlas Linguístico do Amazonas – ALAM*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese de Doutorado em Letras Vernáculas. 2 sem. 2004.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. *Línguas Indígenas no Brasil: urgência de ações para que sobrevivam*. In: BOMFIM, Anari B.; COSTA, Francisco Vanderlei F. da (Orgs.). *153 Revitalização de Língua Indígena e educação escolar indígena inclusiva*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia/EGBA, 2014, p. 93-117.

FGUEIRA, R. M. C. *A Situação Sociolinguística e o Ensino de Língua Portuguesa em Contexto Indígena Munduruku na Região do Médio /Alto Tapajós- Estado do Pará*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal do Amazonas- UFAM, 2017.

FRANÇA, M. C. V. 1993. *Fonologia Sincronia e Diacronia do Baniwa- Siusi- Um Tratamento Não- Linear*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC.

GONÇALVES, A. G. *Para uma Dialetoologia Baniwa-Koripako do Rio Içana*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília-UNB, 2018.

GONÇALVES, A. G. *Processos de Alfabetização e Letramento na Educação Escolar indígena Baniwa e Koripako*. Dissertação de Mestrado. Universidade Brasília-UNB, 2018.

LUCIANO, G. dos S. *“Projeto é Como o Branco Trabalha; As Lideranças que se Virem para Aprender e nos Ensinar:” Experiências dos Povos indígenas do Alto Rio Negro*. Dissertação de Mestrado: Universidade de Brasília-UNB, 2006.

MELGUEIRO, E. M. *Sobre a Natureza, Expressão Formal e Escopo da Classificação Linguísticas das Entidades na Concepção do Mundo dos Baniwa*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília-UNB. 2009.

MELGUEIRO, Z. H. *A situação Sociolinguística nas Escolas Indígenas Irmã Inês Penha e Dom Miguel Alagna na Cidade de São Gabriel da Cachoeira-AM*. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE. 2012

OLIVEIRA, E. R. 2019. *Ensino Mediado por Tecnologia em Comunidade Indígena Ticuna: Desafios Linguísticos no Processo Ensino-Aprendizagem*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas- UFAM.

RAMIREZ, H. *Dicionário da Língua Baniwa*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2001.

SOUZA, E. M. L. *Estudo Fonológico da Língua Baniwa-Kuripako*. Dissertação defendida na Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP, 2012.

TAYLOR, G. *Introdução á Língua Baniwa do Içana*. Campinas, [SP]: Editora da UNICAMP, 1991.

Apêndice I

Como mencionado no capítulo II, foi realizado o mapeamento da religião predominante das comunidades Baniwa que fazem parte do Rio Içana e seus afluentes. O Rio Içana, como foi mencionado anteriormente, é o local onde se concentram os povos Baniwa e se subdivide em quatro grandes microrregiões: Baixo Içana, Médio Rio Içana I, Médio Rio Içana II e Ayari. Nessas microrregiões existem inúmeras comunidades Baniwa, sendo que essas comunidades estão marcadas por ação predominante de missões evangélicas ou Católicas.

Para o levantamento, usei o meu conhecimento como morador da região e, para confirmar algumas informações, consultei o Prof. Mauro Macedo Campos, morador da comunidade de São José do Rio Ayari e grande conhecedor daquela região. As consultas ao Prof. Mauro objetivavam principalmente obter alguns detalhes sobre a divisão das comunidades evangélicas e católicas do Rio Ayari.

Baixo Rio Içana			
	Comunidade	Localização	Religião
1.	Camarão	Baixo Içana	Católica
2.	Assunção	Baixo Içana	Católica
3.	Boa vista	Baixo Içana	Evangélica
4.	Brasília	Baixo Içana	Evangélica
5.	Irarí Ponta,	Baixo Içana	Evangélica
6.	Auxiliadora	Baixo Içana	Evangélica
7.	Jauacanã	Baixo Içana	Evangélica
8.	Ituim	Baixo Içana	Evangélica
9.	Wacará	Baixo Içana	Evangélica
10.	Santa Elena	Baixo Içana	Evangélica
11.	Santa Cruz	Baixo Içana	Evangélica
12.	Mirim	Baixo Içana	Evangélica
13.	Carara Poço	Baixo Içana	Evangélica
14.	Boa Nova Esperança	Baixo Içana	Evangélica
15.	Bela Vista	Baixo Içana	Evangélica
16.	Cabeçudo	Baixo Içana	Evangélica
17.	Massarico	Baixo Içana	Evangélica
18.	Monte Sinais	Baixo Içana	Evangélica
19.	São Pedro	Baixo Içana	Evangélica
20.	Pirayawara	Baixo Içana	Evangélica

21.	Buia Igarapé	Baixo Içana	Evangélica
22.	Nazaré	Situada no afluente Rio Cubate	Evangélica

Médio Rio Içana I			
	Comunidade	Localização	Religião
1.	Santa Rosa	Médio Içana I	Católica
2.	Tapira Ponta	Médio Içana I	Católica
3.	Santa Marta	Médio Içana I	Católica
4.	Nazaré	Médio Içana I	Evangélica
5.	Ambaúba	Médio Içana I	Evangélica
6.	Castelo Branco	Médio Içana I	Evangélica
7.	Belém	Médio Içana I	Evangélica
8.	Taiapu Cachoeira	Médio Içana I	Evangélica
9.	Mauá	Médio Içana I	Evangélica
10.	Tunui Cachoeira	Médio Içana I	Evangélica
11.	São José	Médio Içana I	Evangélica
12.	Warirambá	Situada no afluente Rio Cuiari	Evangélica
13.	Vista Alegre	Situada no afluente Rio Cuiari	Evangélica

Médio Rio Içana II			
	Comunidade	Localização	Religião
1.	Umarí Lago	Médio Içana II	Católica
2.	Tucunaré Lago	Médio Içana II	Católica
3.	Juivitera	Médio Içana II	Católica
4.	Arapaço	Médio Içana II	Católica
5.	Areal Mirim	Médio Içana II	Evangélica
6.	Tarumã	Médio Içana II	Evangélica
7.	Bela vista	Médio Içana II	Evangélica
8.	Tucumã	Médio Içana II	Evangélica
9.	Jandú Cachoeira	Médio Içana II	Evangélica
10.	Mauá Cachoeira	Médio Içana II	Evangélica

11.	Trindade	Médio Içana II	Evangélica
12.	Aracu Cachoeira	Médio Içana II	Evangélica
13.	Siucy Cachoeira	Médio Içana II	Evangélica
14.	Tamanduá.	Médio Içana II	Evangélica

Rio Ayari e seus afluentes			
	Comunidade	Localização	Religião
1.	Urumutum Lago	Rio Ayari	Católica
2.	Arari Pirá	Rio Ayari	Católica
3.	Juruparí Cachoeira	Rio Ayari	Católica
4.	Pana panã	Rio Ayari	Católica
5.	Pirayawara Poço	Rio Ayari	Católica
6.	São Joaquim	Rio Ayari	Católica
7.	Xibarú,	Rio Ayari	Católica
8.	Uapui Cachoeira	Rio Ayari	Católica
9.	Ucuqui Cachoeira	Rio Ayari	Católica
10.	São José	Rio Ayari	Evangélicas
11.	Miriti	Rio Ayari	Evangélicas
12.	Canadá	Rio Ayari	Evangélicas
13.	Inambú	Rio Ayari	Evangélicas
14.	Vila Nova	Rio Ayari	Evangélicas
15.	Macedônia	Rio Ayari	Evangélicas
16.	Santa Isabel	Rio Ayari	Evangélicas
17.	Acará Igarapé	Rio Ayari	Evangélicas
18.	Santana	Situada no afluente Rio Quiari	Evangélicas
19.	América.	Situada no afluente Rio Quiari	Evangélicas

Apêndice II

Roteiro de Pesquisa³²

- 1- Como você se chama?

- 2- Qual é o seu nome em língua indígena?

- 3- Você nasceu na aldeia ou na cidade? Qual é o nome do lugar onde você nasceu?

- 4- Qual é a sua idade?

- 5- Qual é a sua etnia?

- 6- Seu pai é indígena?
a. () sim () não
- 7- Qual a etnia do seu pai?
a. _____
- 8- Sua mãe é indígena?
a. () sim () não
- 9- Qual a etnia da sua mãe?
a. _____
- 10- Você sempre morou nessa aldeia?
a. () sim () não
- 11- Você já morou em outra aldeia?
a. () sim () não

Qual?	Por quanto tempo?

12- Você já se afastou da aldeia para morar na cidade?

a. sim não

Por quanto tempo você morou na cidade? _____

13- Você viveu no Internato?

a. sim não

Por quanto tempo você viveu no internato? _____

14- Qual é a sua profissão?

15- Você já trabalhou fora da sua aldeia?

a. sim não

Em qual lugar? _____

16- Você frequentou a escola?

a. sim não

17- Qual é o nível de sua escolaridade (pedir a série exata)?

18- Estudou o ensino fundamental na sua aldeia ou na cidade?

19- Estudou o ensino fundamental na escola pública ou particular?

20- Estudou o ensino médio na escola pública ou particular?

21- Estudou o nível superior? Qual área de formação?

22- Em qual instituição você estudou o Ensino Superior?

23- Qual foi a primeira língua que você aprendeu na sua casa?

Observação: Se forem 2 ou mais línguas, pedir ao entrevistado que explique a situação:

24- Na sua primeira infância (0 a 7 anos), você ouvia ou falava outras línguas, quais?

- a. _____
- b. _____
- c. _____
- d. _____
- e. _____
- f. _____
- g. _____
- h. _____
- i. _____
- j. _____

25- Você fala a língua portuguesa?

- a. sim não

26- Como você considera sua fluência em LP falada?

- Ótima
- Boa.
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

Observação ao entrevistador: observar se a performance dele é condizente com a avaliação dele sobre a língua (se necessário pedir para que o entrevistado fale em LP, que conte sobre como foi seu dia)::

27- Você escreve bem a Língua Portuguesa?

- a. sim não

28- Como você considera sua fluência em LP escrita?

- Ótima
- Boa.
- Regular
- Ruim
- Muito ruim

Pedir para a pessoa escrever sobre a infância dela:

29- Você fala a língua Baniwa?

a. () sim () não

30- Como você considera a sua fluência em língua Baniwa falada?

- () Ótima
- () Boa.
- () Regular
- () Ruim
- () Muito ruim

Observação ao entrevistador: observar se a performance dele é condizente com a avaliação dele sobre a língua (se necessário pedir para que ele fale em LB, que conte sobre como foi seu dia):

31- Você escreve a língua Baniwa?

a. () sim () não

32- Como você considera a sua fluência em língua Baniwa escrita?

- () Ótima
- () Boa.
- () Regular
- () Ruim
- () Muito ruim

33- Você fala outras línguas além de língua portuguesa e da língua Baniwa?

a. () sim () não

34- Quais outras línguas você fala?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____

35- Quais outras línguas você entende?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____

36- Você escreve em outras línguas além da LB e da LP?

a. () sim () não

Em quais Línguas você escreve?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____
6. _____
7. _____
8. _____
9. _____
10. _____

37- Você fala a língua portuguesa:

- a. com seus pais;
- b. com seus irmãos;
- c. com seus filhos;
- d. com as pessoas da comunidade;
- e. com pessoas de outras aldeia;
- f. com pessoas não indígenas;

38- Você fala a língua portuguesa, em que situações:

- a. em casa;
 - b. na escola;
 - c. no trabalho;
 - d. em atividades cotidianas da comunidade;
 - e. situações formais como reuniões e assembleias;
 - f. fora da comunidade;
 - g. no atendimento de saúde;
 - h. na igreja.
 - i. Outras:
-

39- Você fala a LB:

- a. com seus pais;
 - b. com seus irmãos;
 - c. com seus filhos;
 - d. com as pessoas da comunidade;
 - e. com pessoas de outras aldeias;
 - f. Outras:
-

40- Você fala a LB, em que situações:

- a. em casa;
- b. na escola;
- c. no trabalho;
- d. em atividades cotidianas da comunidade;
- e. situações formais como reuniões e assembleias;

- f. () fora da comunidade;
 - g. () no atendimento de saúde;
 - h. () na igreja.
 - i. () Outras:
-

41- Em que situações você escreve a Língua Portuguesa?

- a. () em casa;
 - b. () na escola;
 - c. () no trabalho;
 - d. () em atividades cotidianas da comunidade;
 - e. () situações formais como reuniões e assembleias;
 - f. () fora da comunidade;
 - g. () no atendimento de saúde;
 - h. () na igreja.
 - i. () Outras:
-

42- Em que situações você escreve a LB?

- a. () em casa;
 - b. () na escola;
 - c. () no trabalho;
 - d. () em atividades cotidianas da comunidade;
 - e. () situações formais como reuniões e assembleias;
 - f. () fora da comunidade;
 - g. () no atendimento de saúde;
 - h. () na igreja.
 - i. Outras: _____
-

43- Na sua comunidade, você considera que

- a. () Todos falam a língua Baniwa;
- b. () A maioria fala a língua Baniwa;
- c. () Metade fala e metade não fala a língua Baniwa;
- d. () A minoria fala a língua Baniwa;
- e. () Ninguém fala a língua Baniwa;

44- Existem pessoas que falam outras línguas indígenas além da Língua Baniwa na sua aldeia?

- a. () sim b. () não

45- Quais línguas são faladas na sua aldeia?

- a. _____
- b. _____
- c. _____
- d. _____
- e. _____
- f. _____
- g. _____
- h. _____

c. () Outras:

53- Algum dos seus filhos é casado?

a. () sim () não

54- Seu (a) filho (a) casado (a) mora com você?

a. () sim () não

55- Em qual língua você prefere falar?

a. () Língua Portuguesa

b. () Língua Baniwa

c. () Outra(s):

56- Em qual língua você prefere escrever?

a. () Língua Portuguesa

b. () Língua Baniwa

c. () Outra(s):

57- Qual a língua mais importante para você

a. () Língua Portuguesa

b. () Língua Baniwa

c. () Outra(s):

Explicar o motivo:

58- Qual a língua indígena da região do Içana mais importante para você?

a. () Tukano

b. () Baniwa

c. () Língua Geral (Nhengatú)

d. () Koripako

e. () Desano

59- Qual a língua mais bonita para você?

a. () Língua Portuguesa

b. () Língua Baniwa

c. () Outra(s):

60- Você acha que é importante preservar a língua Baniwa?

a. sim não

61- Você acha a língua Baniwa corre o risco de desaparecer (deixar de ser falada)?

a. sim não

62- Qual seria a solução para que não aconteça isso?

63- Você acha que outras línguas indígenas da região correm o risco de desaparecer (deixar de ser falada)?

a. sim não

64- Qual seria a solução para que não aconteça isso?

Apêndice III

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Eu..... da etnia..... portador (a)
do RG nº..... e do CPF nº.....

-, confirmo que fui convidado para participar da pesquisa, a realizar-se na aldeia indígena Baniwa Castelo Branco, no médio Rio Içana I, afluente do alto Rio Negro município de São Gabriel da Cachoeira estado do Amazonas-AM, intitulada **Situação Sociolinguística da Língua Baniwa na comunidade Castelo Branco do médio rio Içana**; que fui informado que a pesquisa está sendo realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas – UFAM pelo estudante indígena, Ovídio da Silva Camico, portador de RG nº 1842855-0 e do CPF nº 782671372-20, natural e pertencente à comunidade Castelo Branco, situada nesta mesma região e calha de rio e que está sendo acompanhada por seu orientador, o Prof. Dr. Sanderson Castro Soares de Oliveira. Fui bem esclarecido (a) sobre a realização do trabalho, cujo objetivo principal é pesquisar e analisar a situação sociolinguística na comunidade Castelo Branco, da etnia Baniwa, situada no médio Rio Içana I, no município de São Gabriel da Cachoeira. Foi ainda informado que a pesquisa se justifica devido às informações de que a língua Baniwa está sendo ameaçada por outras línguas, especialmente pela língua portuguesa. Nesse sentido, faz-se necessário entender como está a situação de uso da língua, considerando as crianças, os jovens, os adultos e os mais velhos, o que será realizado por meio de questionários padronizados aplicados aos adultos, mas com perguntas sobre a transmissão intergeracional. Confirmo, portanto, que estou ciente da minha participação voluntária nessa pesquisa e que minha participação se restringe a responder às perguntas do questionário, o que será gravado em formato digital, mas garantindo o sigilo do participante no momento da publicação dos resultados ou em qualquer outro meio de divulgação da pesquisa. Reconheço a importância da minha participação na realização desta pesquisa e fui informado que não terei nenhum benefício por este trabalho. Fui ainda informado de que, caso eu não queira participar deste trabalho, tenho a liberdade de me manifestar e de solicitar minha retirada da pesquisa, mesmo após responder o questionário. Dessa forma, autorizo a divulgação dos resultados desta pesquisa através de dissertação de mestrado do pesquisador e também autorizo para divulgação como livros, artigos, discussões nos momentos da participação de políticas públicas, entre outras situações, caso e quando for necessário. Foi informado que devo entrar em contato com pesquisador por via telefônica, pelo número (92) 98404-4825, ou por outros meios de comunicação (como o e-mail silvacamico100@gmail.com) para buscar outras informações

relacionadas à pesquisa caso considere necessário. Finalmente, afirmo aqui, que este termo foi lido para mim e devidamente explicado e que fui orientado(a) sobre tudo que está mencionado acima, principalmente para compreensão sobre a justificativa e o objetivo desta pesquisa, declaro meu livre consentimento em participar deste trabalho, estando ciente de que não haverá nenhum benefício relacionado à participação. Estou recebendo uma via de cópia deste documento sendo assinado por mim e pelos pesquisadores.

Manaus (AM),.....de.....de.....

Assinatura do participante:.....

Visto a declaração do(a) participante nesta pesquisa, eu Ovídio da Silva Camico junto com o Sanderson Castro Soares de Oliveira, assumimos maior responsabilidade por parte da descritiva deste trabalho, atendendo todos os requisitos importantes expostos pelo(a) participante.

Manaus (AM),.....de.....de.....

Assinatura do pesquisador responsável:

Ovídio da Silva Camico

Silvacamico100@gmail.com

Fone: (97) 984044825

Assinatura do orientador:

Sanderson Castro Soares de Oliveira